



• U C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Cyntia Simões da Silva

O contributo do feminismo pós-colonial na construção de uma crítica à paz liberal

O caso do Kosovo

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e da Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Prof. Doutora Daniela Nascimento

Coimbra, 2015

Resumo

Esta dissertação procura trazer luz sobre a importância de uma abordagem feminista pós-colonial na construção de uma crítica alternativa à institucionalização da paz liberal. Para a construção dessa crítica é utilizado e analisado o papel das Nações Unidas na intervenção internacional no Kosovo até 2008 focando maioritariamente as matrizes do modelo de consolidação da paz da organização. Através da análise do comportamento e do discurso da administração internacional no terreno, isto é, o desenvolvimento de novas políticas ou reformas, procuraremos identificar se o processo de paz no Kosovo teve em conta as necessidades das diferentes comunidades contribuindo assim para a construção de paz sustentável. Para responder a esta questão será utilizado um quadro teórico alternativo e crítico – o feminismo pós-colonial, numa análise que não tem sido suficientemente trabalhada no campo da construção de críticas à institucionalização da paz liberal em situações de pós-guerra, principalmente no caso do Kosovo. De facto, este exercício permite identificar lógicas de colonialidade e invisibilidade que através de uma agenda de paz liberal impõem e reproduzem binómios hierárquicos e excludentes não só entre administradores internacionais e os locais, mas também entre as populações locais, isto é entre kosovares sérvios e kosovares albaneses. Nesse sentido, e de forma também a responder à nossa pergunta de investigação, são analisadas as quatro dimensões do modelo de consolidação da paz da ONU – dimensões militar e de segurança, política e constitucional, económico-social e finalmente psicossocial, com base no quadro da intervenção internacional do Kosovo. É através dessa análise que seremos capazes de identificar as principais lacunas das políticas e reformas de reconstrução pós-guerra da administração internacional neste território.

Palavras-chave: Nações Unidas; peacebuilding; UNMIK; Kosovo; Feminismo pós-colonial; paz liberal

Abstract

This dissertation highlights the importance of a post-colonial feminist approach in the construction of an alternative critique of the institutionalization of liberal peace. For the construction of this critique we will use and analyse the role of the United Nations during the international intervention in Kosovo until 2008, mostly focusing on the matrices of the UN-led peacebuilding model. Through the analysis of the international administration's behaviour and discourse in the field, namely the development of new politics and reforms, we will attempt to identify if the peace process in Kosovo took in to account the needs and expectations of the different communities, thus contributing for the construction of a sustainable peace. In order to do this, we will use an alternative theoretical framework – postcolonial feminism, in a critical analysis that previous work on the institutionalisation of liberal peace in post-conflict situations has failed to address, mainly in Kosovo's case.

In fact, this exercise enables the identification of logics of coloniality and invisibilities that characterized a liberal peace agenda that imposes and reproduces hierarchical and exclusive dichotomies between international and local administrators, but also between local populations, namely between Kosovar Serbs and Kosovar Albanians. In this sense, and also in order to answer our research question, we will analyse the four dimensions of the United Nations peacebuilding model – military and security, political and constitutional, economic and social and psychosocial dimensions, on the basis of the international intervention framework in Kosovo. Through this analysis, we will be able to identify the main gaps of the post-war international administration and reconstruction in this territory.

Keywords: United Nation; peacebuilding; UNMIK; Kosovo; postcolonial feminism; liberal peace.

Résumé

Ce mémoire identifie et souligne l'importance d'une approche féministe postcoloniale avec un accent particulier sur des dimensions de genre dans la construction d'une critique à de l'institutionnalisation de la paix libérale. Pour cette construction nous utiliserons et analyseront le rôle des Nations Unis dans l'intervention internationale au Kosovo en 2008 on se concentrant principalement sur les matrices du modèle de consolidation de la paix de l'organisation. À travers de l'analyse du comportement et du discours de l'administration internationale dans le terrain, cet a dire, le développement de nouvelles politiques et réformes, nous essayerons d'identifier si le processus de paix au Kosovo a eu en compte les nécessités des différentes communautés, contribuant pour la construction d'une paix soutenable. Pour répondre à cette question nous utiliserons un cadre théorique alternatif – le féminisme postcolonial, une analyse qui n'a pas encore reçu suffisamment d'attention de la part des analyses critique sur l'institutionnalisation de la paix libérale en situations d'après-guerre, principalement dans le cas du Kosovo.

En effet, cet exercice nous permet identifier des logiques des colonialité à travers d'un agenda de paix libérale qui impose e reproduit des binômes hiérarchiques qui favorisent exclusion, pas seulement entre les administrateurs internationaux et les locaux, mais aussi entre les propres locaux, cet a dire entre kosovars serbes et kosovars albanais.

Dans ce sens, et de façon à pouvoir aussi répondre à notre question d'investigation, nous analyserons les quatre dimensions du modèle de construction de la paix de l'ONU – dimension militaire et de sécurité, politique et constitutionnel, économique et social et finalement la psychosocial, basé dans le cas de l'intervention internationale du Kosovo. C'est à travers de cette analyse que nous serons capable d'identifier les principales insuffisances des politiques et réformes de reconstructions après-guerre de l'administration internationale dans ce territoire.

Mots-clés: Nations Unis ; modèle de construction de la paix ; Kosovo ; Féminisme postcolonial; paix libérale

Agradecimentos

O desenvolvimento desta dissertação foi indiscutivelmente um processo solitário, no entanto não agradecer às e aos que mais perto de mim estiveram, seria injusto e talvez em alguns casos, perigoso.

Nesse sentido, e em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus professores que ao longo destes dois últimos anos, em particular, sempre se mostraram disponíveis para me ensinar mais. Injusto seria, no entanto, não agradecer a minha orientadora, a Professora Doutora Daniela Nascimento, pela completa e excepcional disponibilidade e pela sua capacidade de me mostrar alternativas e de me oferecer críticas construtivas que me permitiram melhorar e ir mais longe. Agradeço também ao Professor Doutor José Manuel Pureza, pela disponibilidade em me recomendar bibliografia assim como pelo apoio dado nos momentos iniciais quando a incerteza ainda era uma constante.

Quero agradecer excepcionalmente às pessoas que se mostraram disponíveis e que me ajudaram a melhorar ao longo do tempo: um obrigada muito querido ao António Frazão, à Antea Gomes, ao Tiago Gomes e ao meu sempre amigo Samuel Vilela. Quero também agradecer o apoio, amizade e “palavras”, à minha companheira de estudo, Ana Catarino.

Não poderia obviamente deixar de agradecer ao BEA Institute pela bolsa que me permitiu participar na Escola de Verão em Pristina. Aí aprendi algumas das complexas sinergias do Kosovo, algo que dificilmente conseguiria compreender através de leituras.

Um sincero obrigada ao meu amigo Esteban Ruiz Gayol pela fotografia de Mitrovicë/Mitrovica que utilizo como capa.

Finalmente dedico esta dissertação à minha família, em particular à minha mãe.

Sumário

Lista de Acrónimos.....	ix
Lista de Mapas.....	x
Introdução.....	1
Definição conceptual.....	5
Estrutura da Dissertação.....	9
Estado da arte.....	10
I. O pós-Guerra Fria e o surgimento de um novo paradigma na narrativa da “Paz”.....	10
II. As origens de um “fordismo” das Nações Unidas.....	11
III. O modelo.....	13
IV. Contributos de feminismos alternativos: estado da arte.....	15
1. O género e a consolidação da paz das Nações Unidas: Contributos teóricos emancipatórios no feminino.....	20
1.1. O género nas Relações Internacionais.....	21
1.2. Emancipações pós-coloniais no feminino: o feminismo pós-colonial.....	22
2. O conflito do Kosovo: origens e evolução.....	30
2.1. A desintegração da Jugoslávia.....	30
2.1.1. Fatores endógenos.....	33
2.1.2. Fatores exógenos.....	34
2.2. A construção de rivalidades entre sérvios e albaneses: o caso do Kosovo.....	34
2.2.1. Religiões no Kosovo: desconstrução das rivalidades entre sérvios e albaneses.....	36
2.2.2. Colonização ou ocupação? O espaço kosovar em disputa.....	37
2.2.2. A Revolução de 1981 e o exacerbar do nacionalismo sérvio: a Revolução Cultural Sérvia.....	40
2.2.3. Reação do Kosovo: identidades políticas paralelas no Kosovo.....	42
2.3. Primeiros passos de um conflito armado.....	43
2.3.1. O fim da guerra e a Resolução 1244.....	46
2.3.2. O pós-conflito no terreno.....	47
2.3.3. Quadro de intervenção da ONU.....	48
2.3.4. O fim do conflito e a corrida ao Kosovo.....	49
a) A KFOR.....	50
b) A UNMIK.....	51
2.3.5. Mitrovicë/Mitrovica: o legado da cisão entre as comunidades albanesa e sérvia.....	52

3. A missão da ONU no Kosovo: uma análise crítica	56
3.1. O modelo da paz das Nações Unidas.....	56
3.2. Análise das dimensões de consolidação da paz das Nações Unidas no quadro da Missão no Kosovo.....	56
3.2.1. Dimensão militar e de segurança.....	56
3.2.2. Dimensão política constitucional.....	61
3.2.3. Dimensão económico-social.....	66
3.2.4. Dimensão psicossocial.....	70
3.3. O feminismo pós-colonial na construção de uma crítica à paz liberal: Kosovo	75
3.3.1. Reconstrução do ódio entre kosovares albaneses e kosovares sérvios	75
3.3.2. O <i>peacebuilding</i> liberal na agenda do feminismo pós-colonial: contributos críticos.....	76
3.3.3. Legados de uma paz liberal no local.....	80
Conclusão.....	83
Referências Bibliográficas.....	87

Lista de Acrónimos

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

DDR: desmilitarização, desmobilização e reintegração

ELK: Exército de Libertação do Kosovo

EU: União Europeia

EUA: Estados Unidos da América

FR: Fundo de Reintegração

ICRS: Information Counselling and Referral Service

IFIs: Instituições Financeiras Internacionais

K-albaneses: kosovares albaneses

KFOR: Kosovo Force (força militar liderada pela OTAN)

KPC: Kosovo Protection Corps

KPS: Kosovo Police Service

K-sérvios: kosovares sérvios

KVM: Kosovo Verification Mission

ONU: Organização das Nações Unidas

OSCE: Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OTAN: Organização do Tratado Atlântico Norte

PDK: Partido Democrático para o Kosovo

PISG: Provisional Institutions of Self-Government

POEs: Publicly owned enterprises

RESG: Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas

RSS: Reforma do Setor de Segurança

SOEs: Kosovo's socially owned enterprises

SRA: Serviço de Referência

TPIJ: Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia

UNMIK: Missão das Nações Unidas para a Administração Interina no Kosovo

UNTAG: United Nations Transition Assistance Group

Lista de Mapas

Mapa 1: ex-República Federal da Jugoslávia (1993)

Mapa 2: Distribuição das comunidades sérvias e albanesas no Kosovo em 2008

Introdução

O final da Guerra Fria e o conseqüente surgimento (ou desvendar) daquelas que viriam a ser apelidadas de ‘*Novas Guerras*’ trouxeram para a agenda das intervenções internacionais a necessidade de (re)construir modelos de paz liberal em territórios de pós-guerra através da importação e (re)construção de sistemas democráticos liberais com base em intervenções militares e da reconstrução de instituições políticas, económicas e sociais (Richmond, 2004:83) semelhantes aos vigentes nos Estados Ocidentais. Esta necessidade de (re)construir entidades estatais semelhantes, consentida através daquilo a que Paris identifica como a institucionalização antes da liberalização¹, materializou-se na padronização operacional de dimensões e de normas que funcionam com base numa abordagem de reconstrução *top-down* sobrevalorizando cânones político-culturais ocidentais assim como economias neoliberais (MacGinty, 2007 *apud* O’Reilly, 2012:530). Esta sobrevalorização liberal ocidental tornou-se então a abordagem dominante não só na maioria da documentação política (Franks e Richmond, 2008:83) mas também em termos de práticas de operacionalização no terreno (tal como será analisado nas seguintes secções). Mas tal como Richmond identifica, os lapsos presentes ao longo do projeto de construção contemporânea da paz liberal têm-se tornado particularmente evidentes (2009: 54).

O Kosovo é precisamente um exemplo dessas evidências, onde no pós-guerra a padronização do modelo de paz liberal instituída revelou as falhas de uma construção artificial legitimada através de um discurso altamente masculinizado reproduzido pelas Nações Unidas. E onde as falhas dessa mesma paz se tornaram evidentes desde os primeiros momentos, minando não só a construção de uma paz sustentável mas também as perspectivas de reconciliação entre comunidades através daquilo a que Franks e Richmond identificam como cooptação local². Procurando precisamente a construção de uma análise crítica a esta norma de reconstrução de Estado devastados pela guerra, a presente dissertação tem como objetivo

¹ Segundo Paris o desenvolvimento de um sistema político democrático assim como de uma economia de mercado devem vir depois da construção de instituições económicas e políticas fortes. Esta abordagem é justificada pela necessidade de estabilidade política assim como o estabelecimento de uma administração internacionais (Paris, 2004: 178).

² Segundo os autores, cooptação local acontece quando uma comunidade/grupo adota a linguagem da paz liberal através do forte apoio e credibilidade concedido pela comunidade internacional (2008: 81).

analisar o modelo de consolidação da paz— *peacebuilding*, da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de uma perspectiva feminista pós-colonial.

A partir do estudo de caso específico do Kosovo, em particular da Missão das Nações Unidas para a Administração Interina no Kosovo (UNMIK) e focando questões essencialmente relacionadas com identidades presentes nas comunidades, o modelo de paz instituído pelas Nações Unidas – paz liberal, será analisado nas diferentes dimensões que o constituem, nomeadamente as dimensões militar e de segurança, política, económica e social e por fim a psicossocial. Ainda que o Kosovo seja caracterizado pela sua diversidade de comunidades, apenas será dada ênfase às duas maiores comunidades: kosovares albaneses (k-albaneses) e kosovares sérvios (k-sérvios³). Para isso e dando grande importância ao papel que a história desempenha, é feita uma análise histórica do enquadramento da formação do conflito no Kosovo sendo que a análise crítica e central deste trabalho focar-se-á entre Junho de 1999 até 2008 – ano da declaração da independência do Kosovo, marcando assim a linha temporal da principal atividade da UNMIK.

Assim, ao longo do trabalho procurar-se-á explorar se o processo de paz no Kosovo teve em conta as necessidades das diversas identidades presentes no país, contribuindo para promover uma paz sustentável. Nesse sentido, argumentar-se-á que o processo de reconstrução pós-conflito no Kosovo não deu a devida centralidade a todas as identidades, nomeadamente étnicas, traduzindo-se antes na imposição de uma paz liberal tipicamente masculinizada e excludente, não representando uma paz sustentável, uma vez que manteve até 2008 um conflito aberto não armado (através da institucionalização da lógicas de violência estrutural e cultural) entre diferentes identidades, não só entre as diferentes comunidades – kosovares albaneses e kosovares sérvios, mas principalmente entre os locais e a administração da ONU. Nesse sentido, é possível afirmar que a presença e intervenção internacional no território fomentou e cristalizou duas lógicas dicotómicas altamente excludentes e indesejáveis e que minaram intrinsecamente as perspetivas de uma paz sustentável.

³ A escolha destas duas comunidades em particular não pretende desvalorizar as experiências, identidades ou importância de outras comunidades existentes no Kosovo. No entanto a análise do contraste existente e mantido durante o pós-guerra entre as duas comunidades serve os propósitos desta dissertação, para além disso por uma questão de exequibilidade da pesquisa deu-se preferência a estes dois grupos por espelharem precisamente as falhas da administração internacional no terreno.

Marcado por um recente conflito armado e por quase uma década de limpezas étnicas (Byrne et al., 1995), o Kosovo é hoje o espelho de um passado, e presente, caracterizados pela cisão étnica e política, assim como pelo dissenso histórico entre a Sérvia e a Albânia. É desde 1990 caracterizado por uma forte presença internacional: Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), União Europeia (UE) e ONU, tendo contudo proclamado a sua Declaração de Independência em 2008 (UNMIK, s.d.). Reconhecido atualmente reconhecido por 96 países⁴, o Kosovo tem vindo a trabalhar ativamente para um mais amplo consenso por parte da comunidade internacional relativamente ao seu estatuto de estado independente no sistema internacional (Ministry of Foreign Affairs Kosovo, s.d.). Em resultado de um passado integrado na ex-Jugoslávia, este país faz fronteira com Sérvia a Norte e a Este, com o Montenegro a Oeste, com a Albânia a Sudoeste e finalmente, com a Macedónia a Sudeste. Tal como grande parte das ex-repúblicas da Jugoslávia, o Kosovo é caracterizado por uma variedade étnica muito particular, sendo que a disputa territorial entre Belgrado e Tirana o colocaram no epicentro de um conflito armado. Se para os Sérvios o Kosovo representa o coração do antigo Reino da Sérvia onde as mais emblemáticas Igrejas Ortodoxas Sérvias foram construídas, para a Albânia este território representa o renascer e a força da nação albanesa desde o Império Otomano (Byrne et al., 1995). Nele habitam quase dois milhões de kosovares – 1,869,667 dos quais cerca de 87% são de etnia albanesa e 7% de etnia sérvia⁵ (ECMI, 2015) sendo que do ponto de vista religioso as principais divisões são entre muçulmanos, ortodoxos e cristãos, que desde há muito coexistem no território. Nesse sentido, existe também uma distinção entre as duas principais comunidades em termos religiosos, a grande maioria da população albanesa considera-se muçulmana, sendo uma pequena minoria (cerca de 60 mil) católica. E contrariamente, a maioria dos k-sérvios são ortodoxos (International Crisis Group, 2001).

Até 2008, a situação no Kosovo manteve-se particularmente preocupante. Inúmeras reformas foram levadas a cabo destinadas a reconstruir instituições estatais, estabelecer um

⁴ Para a referência detalhada dos Estados que reconhecem o Kosovo ver: State Portal of the Republic of Kosovo (<http://www.mfa-ks.net/?page=2,33>).

⁵ Albaneses: 1.633,368 Sérvios: 131,731 Turcos: 18,948 Bósnios: 28,933. Comunidade Cigana: 15,796. Askali: 15,546 Egípcios: 11,524. Gonari: 10.945 Montenegrinos: 265 Croatas: 259. Outros 2, 352 (ECMI, 2015).

Estado de Direito, liberalizar a economia ou ainda promover o retorno de refugiados e deslocados assim como reconciliar as comunidades. Ainda assim, a agenda da paz liberal imposta pela ONU sofreu entraves através das suas próprias incapacidades de gerir a reconstrução pós-guerra: corrupção, elites políticas nacionalistas, um sistema estatal dependente e uma constante instabilidade política, económica e social, aliados obviamente à declaração de independência do território (Montanaro, 2009), mantiveram uma dinâmica de conflito não armado através da institucionalização de lógicas de violência estrutural e cultural entre as comunidades. De facto, a maior lacuna apresentada por este tipo de intervencionismo liberal no Kosovo foi a incapacidade de resolver o estatuto político futuro assim como consequentemente, reconciliar as comunidades. Num sentido oposto, as dinâmicas conflituais que se mantiveram ativas no território pelas mãos da ONU, assentaram com base na construção de estruturas masculinizadas durante todo o pós-guerra, legitimadas por um tipo de intervenção muscular (O'Reilly, 2012) – uma paz masculinizada.

O estudo de caso do Kosovo apresenta-se como pertinente para os objetivos desta análise uma vez que atualmente, continua a espelhar as marcas dessa guerra, através do contínuo ódio e medo em relação ao 'outro' que afeta as perspetivas de paz e estabilidade de uma grande parte da população kosovar. O facto de ter sido alvo de uma intervenção internacional assente nos pilares da chamada paz liberal, faz com que estes resultados possam e devam ser lidos sob uma perspetiva mais crítica. O feminismo pós-colonial, lente teórica escolhida para guiar esta análise, permitir-nos-á evidenciar que a imposição de uma paz liberal no Kosovo não contribuiu para uma paz sustentável uma vez que manteve dinâmicas de “colonialidade” promotoras de violência não eliminando as causas mais profundas do conflito.

É, portanto, fundamental deixar claro aquilo que a colonialidade é ou representa. Nesse sentido, tal como Quijano (2002) identifica, a colonialidade está relacionada com uma das linhas estruturais do “atual padrão” de poder dominante (atribuído essencialmente aos Estados mais desenvolvidos), que é a “classificação social básica e universal” da sociedade com base em traços socialmente distintivos: etnia, nacionalidade, religião, cultura, etc. É assim, com base nessa representação de colonialidade que a construção da paz no Kosovo vai acontecer dando primeiramente prioridade e distinção à imposição das matrizes liderais

e ocidentais relativamente às comunidades e numa segunda fase, dando prioridade e distinção a uma comunidade em relação à outra.

Definição conceptual

A definição de diferentes conceitos torna-se um passo essencial uma vez que é a partir deles que se constrói o argumento proposto nesta dissertação. Como tal, a definição de “paz sustentável”, conceito complementar ao de “paz” é indispensável sendo que o entendimento desta última é apresentado como multifacetado e passível de assumir diferentes significados tendo em conta diferentes posicionamentos teóricos. São dois os principais posicionamentos teóricos que dividem aquela que é a narrativa em torno do conceito de paz, contribuindo assim para a produção de discursos distintos e contrastantes. Se, por um lado, se encontra uma abordagem “tradicional” e positivista, por outro, encontra-se uma abordagem crítica e pós-positivista (Kowalski, 2014), traduzindo-se assim num confronto “paz liberal *versus* teoria crítica”. Como tal, é partindo destes diferentes posicionamentos, que serão definidos e discutidos os conceitos de “paz sustentável”, “paz liberal” e “paz masculinizada”. Enquanto conceito complexo, a “paz” é-nos apresentada por Lopes e Freire (2009: 18) como um processo abrangente que depende da existência de estruturas e mecanismos básicos que funcionem como promotores e protetores de Direitos Humanos. Como tal, pressupõe a ausência de violência, procurando a satisfação de necessidades básicas humanas e a existência de estruturas de representação e partilha de poder de forma proporcional a nível institucional. No entanto, e uma vez que a análise feita nesta dissertação se foca na reconstrução pós-bélica é importante reter dimensões que promovam não apenas a paz como mera ausência de violência, mas também uma paz sustentável e que tenha por isso em conta as raízes do conflito assim como seja duradora.

Deste modo, quando falamos em paz sustentável estamos necessariamente a remeter para um dos enquadramentos teóricos a partir dos quais é possível ler o conceito de “paz”, nomeadamente um enquadramento pós-positivista. Através desta lente pós-positivista e crítica no quadro dos estudos para a paz, o conceito de “paz sustentável” deve antes de mais, partir de uma abordagem *bottom-up*, procurando satisfazer as necessidades individuais e particulares para conseguir “corresponder às aspirações locais mais genuínas” (Pureza e

Cravo, 2005: 15). Assim, o seu objetivo é essencialmente a “erradicação da guerra e das suas sequelas imediatas” (*Ibidem*) sendo incluídas condições que impeçam a re-escalada da violência a todos os níveis. Aqui as propostas de Galtung (1969; 1990⁶) são particularmente pertinentes uma vez que oferecem três níveis de análise acerca daquilo que é a violência: a violência direta, estrutural e cultural. Enquanto ciclo vicioso, a violência cultural e estrutural são a causa da violência direta uma vez que as raízes desta são maioritariamente culturais assim como estruturais, no sentido oposto, a violência direta reforça as duas primeiras. Entende-se, assim, a violência direta como sendo aquela que é física e/ou verbal e que por isso pode ir desde o uso da força até à humilhação (no sentido menos físico e mais psicológico do termo). A violência estrutural acontece quando uma determinada classe, grupo étnico, de género ou nacionalidade, percebe que tem, ou tem de facto, um menor acesso a bens, recursos e oportunidades relativamente a outros grupos ou classes, estando essa desvantagem intrinsecamente construída no sistema político, social e económico de uma determinada sociedade (Galtung, 1996). Quanto à violência cultural, esta representa a construção assim como utilização de símbolos, comportamentos e crenças, que reproduzem e legitimam lógicas de violência, tornando-as parte da normalidade. Caracteriza-se assim, por um sentimento de superioridade ou pelo contrário inferioridade, formado e inculcado desde cedo sobre aquela que é a existência de uma hierarquia baseada em classes, etnias, religiões, nacionalidades, etc., (Galtung, 1990). Como tal, para Galtung a “violência directa é um evento, a violência estrutural é um processo inconstante e a violência cultural é invariante, permanente⁷” (1990). Apenas a ausência destas violências de forma duradoura, pode levar à verdadeira paz (Confortini, 2006), isto é a uma paz que ponha fim às verdadeiras causas do conflito e que seja inclusiva a todos os níveis – uma paz sustentável.

Contrariamente, o conceito de “paz liberal” enquadra-se numa linha teórica mais “tradicional”, ou seja, positivista. Enquanto construção teórica, esta apresenta-se hoje como dominante e com maior implementação a nível doutrinário, assim como em termos de agenda política, quase como um dogma que se assume como “uma descrição objetiva da realidade e, logo aponta para os elementos de uma paz única” (Kowalski, 2014: 379). A concretização desta narrativa acontece em torno de uma matriz que favorece o desenvolvimento de

⁶ Ver também Confortini, 2006.

⁷ Tradução livre da autora. No original: “Direct violence is an *event*; structural violence is a *process* with ups and downs; cultural violence is an *invariant*, a 'permanence'” (Galtung, 1990:292).

economias de mercado assim como o desenvolvimento de sociedades civis fortes baseadas na democracia liberal (Cravo, 2013; Sriram, 2009; Richmond e Franks, 2009) valorizando assim questões como “democracia”, “Estado de Direito”, “boa governação”, “Direitos Humanos” e mercados abertos e desenvolvidos (MacGinty e Richmond, 2009) que funcionam como promotores da construção de uma linha de discurso único, explícito e à partida, realizável.

Enquanto modelo político subjacente a processos de reconstrução pós-conflito, consolidou-se um entendimento hegemónico ocidentalizado em redor da teoria da paz liberal que favorece a ideia de que certos tipos de sociedades tendem a ser mais pacíficas, tanto em termos dos seus assuntos domésticos como externos, do que sociedades ditas ‘não liberais’ ou não democráticas. A teoria da “Paz Democrática” (Doyle, 1993; Rummel, 1983) vai procurar fortalecer esta ideia. Segundo esta abordagem, as democracias consolidadas têm menor probabilidade de entrar em guerra entre si uma vez que existem restrições institucionais e políticas: isto é, a imagem que cada Estado apresenta internacionalmente é reflexo das suas normas e culturas políticas domésticas, sendo que regimes democráticos baseiam-se em normas que enfatizam competição política através de meios pacíficos. Não implicando, nesse sentido, a eliminação do adversários mas sim a realização de tratados e acordos resultando numa lógica de estabilidade regional. As competições entre Estados não-democráticos representam maiores probabilidades de apresentar um resultado de soma nula em termos de partes assim como de consequências. Tendendo assim a apresentar mais possibilidades de utilizar o conflito armado ou coerção como forma de resolução e nesse sentido, percepções de instabilidade podem ser resultado do carácter recente ou imaturo de práticas com processos e normas democráticos (Maoz e Russett, 1993:625).

Fundamentando essa ideia, este projeto de paz liberal funciona com base em duas linhas de argumentos fundamentais à sua estabilidade: Estados liberais são os baluartes contra a instabilidade internacional e, em sentido contrário, Estados falhados ou Estados propensos a conflitos violentos, representam uma ameaça a essa estabilidade e segurança internacional (Hudson, 2012: 445; Yannis, 2002:823).

É esta a argumentação que tem servido de base para a institucionalização de um modelo de paz liberal no quadro do processo de consolidação da paz contemporâneo, também

conhecido por *liberal peacebuilding* – consolidação da paz liberal (Newman et al., 2009). Contrariamente a esta visão dominante, e partindo de lógicas de imposição de paz assim como processos de construção de paz desiguais, a crítica feminista mune-se de uma lente pós-positivista que tem marcado presença no campo das RI no quadro da chamada Teoria Crítica. Como tal e antes de partir para a definição do conceito de “paz masculinizada”, é importante reter algumas questões fundamentais desta corrente. Antes de mais o feminismo procura identificar a distinção entre aquilo que é o sexo e aquilo que representa o género. O sexo é biológico e intrínseco, não é referente nem representa relações de poder ou de sociedade. Pelo contrário, quando falamos do género estamos a utilizar um termo que para além de constituir uma construção social, representando um conjunto de comportamentos e expectativas socialmente adquiridos, faz a distinção, também social, entre o feminino e o masculino (Nogueira e Messari, 2005). Tal como Wilcox analisa, o género é constituído por um conjunto de construções discursivas que “representam, constroem, mudam e impõem um significado social” (Wilcox, 2010 apud Sjoberg, 2010).

Esta construção social organiza a vida social em hierarquias. No topo destas hierarquias encontramos o ideal de masculinidade hegemónica, forte e agressivo, sobre o feminismo fraco e pacífico. Ambos, mulheres e homens, tendem a colocar mais valor em representações associadas com masculinidade (*Ibidem*). A criação de uma ordem ou classificação baseada no género enquanto prática, produzida e reproduzida através de relações sociais, promove a violência uma vez que esta pode ser vista como um método para a reprodução dessa mesma ordem (Confortini, 2006). Como tal, uma vez que o ciclo vicioso entre a violência e a produção de uma ordem desigual acontece sistematicamente e, tendo em conta processos de paz que promovem lógicas de exclusão de determinadas identidades sejam elas étnicas ou de género, é possível dizer que há uma construção baseada em diferenças. Diferenças entre os que fazem e os que não fazem parte do processo de paz, ou ainda entre os que estão ou os que não estão incluídos no processo de paz. Neste sentido, a masculinidade é conceptualizada como oposição binária à feminilidade, como ligações a outras dicotomias modernas tais como guerra/paz, orden/anarquia, objetivo/subjetivo, forte/fraco, onde o primeiro termo é frequentemente percecionado com mais valor do que o segundo. Nestes casos a paz instituída é masculinizada, ou tal como Maria O’Reilly identifica “um tipo de intervenção muscular” (2012: 534), quando representa dicotomias e construções binárias

baseadas na diferença e que promovem estruturas de dominação assim como a continuidade da violência em períodos de pós-guerra.

Estrutura da Dissertação

Com base nestas questões, e uma vez que com esta análise se pretende oferecer uma alternativa teórica às mais diversas leituras sobre a instituição da paz liberal no Kosovo, a secção seguinte debruçar-se-á precisamente sobre a análise da abordagem da paz liberal. Não só será analisado o seu surgimento na cena internacional enquanto novo paradigma na resolução de conflitos assim como serão evidenciadas as linhas de atuação desta nova “norma” das Relações Internacionais.

O primeiro capítulo centrar-se-á na explicação e justificação do quadro teórico utilizado para a análise crítica da construção da paz liberal: o feminismo pós-colonial. Para isso analisar-se-á primeiramente o percurso dos feminismos ocidentais identificando as suas principais linhas de atuação. Num segundo momento, procurar-se-á identificar os pilares que estruturam o pensamento feminino pós-colonial, aí também se identificarão os mais relevantes autores para o nosso trabalho, assim como os seus principais contributos.

No segundo capítulo, será analisado o contexto da intervenção internacional no Kosovo. Para esse efeito, dividiremos o capítulo em três secções: numa primeira parte será feita uma análise histórica da formação e dissolução da Jugoslávia sendo que posteriormente é apresentada uma contextualização histórica do Kosovo, identificando assim os principais fatores despoletadores do conflito. Na segunda secção, procurar-se-á analisar as primeiras etapas do conflito assim como o quadro de intervenção da ONU no Kosovo. E na terceira secção, a análise focar-se-á na intervenção das organizações internacionais no Kosovo, mais especificamente na missão liderada pela ONU – UNMIK e pela OTAN – KFOR, de forma a perceber que mecanismos foram utilizados na promoção da paz.

O terceiro e último capítulo serão dedicados especificamente à análise crítica do processo de consolidação da paz levado a cabo no Kosovo no quadro do modelo de paz liberal promovido pelos atores internacionais, nomeadamente pelas Nações Unidas, a partir da lente teórica escolhida. Para isso, o capítulo será dividido em dois subcapítulos. Numa primeira fase, serão analisadas as dimensões do modelo de consolidação da paz da ONU através das

experiências das diversas instituições no quadro da UNMIK, sendo aí identificadas as principais críticas à atuação da administração internacional. Numa segunda fase, será dado espaço à construção da crítica feminista pós-colonial da institucionalização da paz liberal no Kosovo com base na análise feita ao longo do subcapítulo anterior. Aí, serão identificados com base no nosso quadro teórico, os efeitos e resultados da missão no local, a qual nos permitirá retirar conclusões sobre o impacto da intervenção/missão ao nível do contributo para uma paz inclusiva e sustentável.

Estado da arte

Nesta primeira parte é essencial fazermos uma breve análise e enquadramento do daquele que é o debate em torno dos modelos dominantes de paz e de intervenção em contextos de conflito e pós-conflito, em particular por parte das Nações Unidas bem como do quadro teórico utilizado para a construção da análise crítica à paz liberal – o feminismo pós-colonial.

I. O pós-Guerra Fria e o surgimento de um novo paradigma na narrativa da “Paz”

Marcado por um novo tipo de conflitualidade – as ‘novas guerras’ cunhadas por Mary Kaldor (1999), o início da década de 90 impulsionou a (re)formulação daquelas que seriam as novas linhas orientadoras da política internacional em termos de paz e segurança (UNSC, 1992) e consequentemente, dos processos de (re)construção e consolidação da paz. A consciência de que um grande número de Estados voltara à violência após a assinatura de acordos de paz⁸, revelou as limitações do *peacekeeping* – manutenção da paz, fruto dessas mesmas limitações, a ideia de construção e consolidação da paz ganhou atenção ao nível do debate em torno das possíveis respostas a conflitos desta natureza (Lidén, 2006). Embora já abordada nos anos 70 por Johan Galtung através da sua proposta de análise da paz ancorada em três abordagens – *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*⁹, a consolidação da paz

⁸ Cerca de metade dos países que emergiram de um conflito retornaram à violência em mais ou menos cinco anos (Annann, 2055:114 apud. Lidén s.d.).

⁹ O *peacekeeping* (manutenção da paz) apresenta como objetivo o travar assim como a redução da violência através da intervenção da força armada. O *peacemaking* (restabelecimento da paz) direcionava-se para a reconciliação estratégica e política através da mediação, negociação, arbitragem e conciliação principalmente

(*peacebuilding*) ganha maior notoriedade precisamente a partir de 1992, aquando da apresentação do relatório do secretário-geral da ONU, Boutros-Boutros Ghali: “Uma Agenda para a Paz: Diplomacia Preventiva, *Peacemaking and Peacekeeping*” (Lopes, 2014). A *Agenda para a Paz*, marcou o surgimento de um novo paradigma face aos desafios de segurança trazidos pelo fim da Guerra Fria em particular a partir da periferia do sistema internacional. Este paradigma ficou marcado não só por esta nova conflitualidade, mas também pelo consequente surgimento de um novo modelo de consolidação da paz (MacGinty e Richmond, 2009) pautado pela sua “natureza multidimensional e orientado para a erradicação das causas profundas do conflito” (Cravo, 2013:22) e, logo, para a promoção de uma paz sustentável e duradoura.

II. As origens de um “fordismo” das Nações Unidas

Influenciados por uma conjuntura histórica e política muito particular, os padrões e dinâmicas deste modelo de consolidação da paz viriam a absorver aquelas que foram as grandes marcas deixadas pelo fim da bipolaridade e que pautariam o início da década de 90, não só o triunfo do capitalismo, como também o triunfo e consequente materialização daquilo que viria a ser designado de “paz liberal” (Richmond e Franks, 2009). Conceito base de um modelo de intervencionismo padronizado, a paz liberal ou, como Richmond identifica, a “paz enquanto governação¹⁰” e a sua consequente materialização, foram igualmente influenciadas por um acontecimento muito específico, nomeadamente a intervenção internacional na Namíbia em 1989. Esta missão da ONU assumiu um carácter de (relativo¹¹) sucesso, servindo assim para testar a capacidade da organização na realização

a nível das elites. O *peacebuilding* (consolidação da paz) focava-se na implementação prática de mudanças sociais pacíficas através da reconstrução e desenvolvimento socioeconómico. (Tradução livre da autora. No original “(...) *peacekeeping* which aimed 'to halt and reduce the manifest violence of the conflict through the intervention of military forces in an interpository role'; *peacemaking* which was 'directed at reconciling political and strategical attitudes through mediation, negotiation, arbitration and conciliation' mainly at elite level; and *peacebuilding* which addressed 'the practical implementation of peaceful social change through socio-economic reconstruction and development' ” (Galtung, 1965 apud. Ramsbotham, 2007).

¹⁰ “Peace-as-governance” (2009: 56)

¹¹ Em 1989 a ONU iniciou o processo de *peacekeeping* na Namíbia. Este procedimento pretendia a transição de poder de África do Sul para o novo estado: a Namíbia. Nesse sentido, pela UNTAG (United Nations Transition Assistance Group) tinha como objetivo assegurar a criação de condições para eleições livres e justas para uma assembleia constituinte. Para isso pretendia-se a supervisão das preparações para a realização de eleições livres, a supervisão da deliberação e adoção de uma nova constituição e a assistência na formação de

de sucessivas operações de paz (Cravo, 2013) e para impulsionar a reprodução do modelo então utilizado. Foram diversas as operações de paz levadas a cabo com o ‘patrocínio’ da ONU no seguimento da intervenção na Namíbia, servindo assim para o grande crescimento da importância da organização enquanto garante da paz internacional. Este modelo utilizado nos mais diversos continentes, rapidamente adquiriu características de um sistema de produção padronizado cujo principal objetivo era a produção em massa de Estados estáveis – numa lógica claramente ‘fordista’ replicando por isso a intervenção na Namíbia em termos de processos de construção, “variando apenas em alguns detalhes” (*Ibidem*).

O fim da Guerra Fria veio assim, permitir e promover a legitimação das intervenções internacionais com vista à consolidação da paz enquanto sistema padronizado utilizado a nível mundial, definindo como objetivos a promoção e construção de uma “paz liberal” cujos pilares fundamentais são a democracia liberal, a economia de mercado livre e o respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais (Cravo, 2013; Lidén, 2006; Franks e Richmond, 2008; Randazzo e Bargués, 2012). Estes objetivos encontram-se por isso em linha com a intervenção na Namíbia assim como com as posteriores intervenções – Nicarágua, Angola, Camboja, El Salvador, Moçambique, Libéria, Ruanda, Haiti, Bósnia Herzegovina, Croácia, Guatemala, Timor-Leste, Kosovo, Serra Leoa e Sudão (Paris, 2004 *apud* Lidén, 2006). Sem rival, este modelo de consolidação da paz ganhou força e lugar na cena internacional e na maioria dos cenários de (re)construção pós-conflito “transplantando modelos ocidentais de organização social, política e económica para países devastados pela guerra” (Paris, 1997:56 *apud* Cravo, 2013:25).

um novo governo. Este quadro de atividades e de atores funcionou como fator de expansão naquelas que eram as práticas nas Nações Unidas uma vez que às tarefas tradicionais de diplomacia e “peacekeeping militar”, a organização procurou monitorizar eleições, manter a ordem política, fornecer serviços administrativos e legais básicos, assim como ofereceu ajuda humanitária (Boulding, 1992; UNTAG, s.d.). Este processo de criação da constituição foi de facto marcado por um claro sucesso tendo em conta aquilo que são os objetivos de uma democracia liberal. Forneceu à Namíbia uma constituição moderna na qual a protecção de Direitos Humanos, a independência do sistema judicial, a responsabilidade e descentralização do governo e a realização de eleições livres e justas foram asseguradas. Se de facto estes são os critérios que permitem avaliar o sucesso de uma operação de paz, a UNTAG é um claro exemplo deste sucesso. No entanto uma análise a longo prazo mostra que houve uma clara incapacidade do governo nacional em adotar e fazer respeitar as normas democráticas instituídas. A falta de interesse político por parte da população levou a manobras de abuso de poder por parte de membros do governo e à falta de presença de partidas de oposição. O poder centra-se atualmente na mão de uma pequena mas poderosa maioria que negligencia as instituições regionais e locais (Wiechers, 2010). O processo de paz neste caso procurou solucionar as questões a curto prazo deixando as restantes nas mãos de um país inexperiente às construções políticas ocidentais.

Ainda assim, é apenas em 2000 com o primeiro relatório de Brahimi que a definição de consolidação da paz – “democratização e construção da sociedade civil que inclui a efetiva governação civil e uma cultura de respeito pelos Direitos Humanos¹²”, se mostra explicitamente relacionada com objetivos mais amplos do ideal de Estado liberal promovido acriticamente pelos atores externos. Portanto, seguindo aquela que era a linha de atuação apresentada em 1992 na *Agenda para a Paz* e cujo intuito era de melhorar as capacidades da ONU para conseguir atingir os grandes objetivos da carta – manutenção da paz segurança internacional, a manutenção e protecção da justiça e dos Direitos Humanos e a promoção do “progresso social e melhoria dos padrões de vida dentro de um quadro de maior liberdade” (Boutros-Ghali, 1992:3 *apud* Lidén, 2006:7), o modelo de consolidação da paz surgiu como resposta a esses mesmo objetivos, procurando adaptar-se ao contexto pós-Guerra Fria. Os medos trazidos por esta conjuntura histórica – “sistemáticas divisões nacionais e o processo de globalização”, marcaram o panorama internacional no qual os conflitos civis eram vistos como a maior ameaça à segurança e paz internacional (*Ibidem*). O liberalismo foi, nesse sentido, a solução para estas ameaças à estabilidade ocidental, e nele procurou-se então a resposta rápida e pré-fabricada para a construção da paz assim como de Estados politicamente idênticos às democracias ocidentais.

III. O modelo

Ainda que na maioria das situações seja o fim de um conflito violento a marcar os primeiros passos de um processo de consolidação da paz, algumas das suas tarefas podem dar início ainda durante uma situação de conflito¹³. Surgido precisamente num contexto de conflito armado, o modelo de consolidação da paz apresenta como objetivo central a eliminação das causas de um conflito violento de forma a prevenir e/ou evitar o seu retorno sendo para isso, desenvolvidas ações que promovam a criação de condições para a durabilidade e

¹² Tradução livre da autora. No original “(...) democratization and civil society building that includes effective civilian governance and a culture of respect for basic human rights” (Brahimi, 2000:39 *apud* Lidén, s.d.).

¹³ Um exemplo pode ser dado através das chamadas “bolsas de paz¹³” são um exemplo disso uma vez que representam zonas/bolsas de paz isoladas em situação de conflito, onde as organizações da sociedade civil, os governos locais ou atores internacionais podem desenvolver e promover mecanismos de resolução de conflitos ou ainda fornecer serviços básicos (PBSO, 2010).

sustentabilidade da paz. Estas ações são levadas a cabo por um vasto e diversificado grupo de atores internos e externos tais como governos e instituições públicas, organizações não-governamentais (ONG), atores do sector privado, agências da ONU e outras organizações internacionais e regionais (Lopes, 2014). Este processo requer, por isso, uma abordagem focada em necessidades políticas, de segurança assim como de desenvolvimento que variam inevitavelmente consoante as características mais particulares de cada situação (PBSO, 2010).

Este quadro de atividades que marca o funcionamento de um processo de consolidação da paz é analisado e posto em prática em duas diferentes fases do pós-conflito. Num primeiro plano, devem ser abordados os objetivos e necessidades mais imediatas e urgentes do processo, tais como o (r)estabelecimento da segurança, construção de confiança política, garantia dos primeiros dividendos de paz e a expansão da capacidade nacional (*ibidem*). Com essas ações pretende-se essencialmente apoiar os atores nacionais na prevenção do ressurgimento do conflito. Quanto aos objetivos de longo prazo, estes centram-se no apoio a estes atores internos por parte de organizações internacionais relativamente a tarefas que permitam a transformação ou criação de um sistema nacional para a elaboração de prioridades no que diz respeito a ações direcionadas para os “potenciais surtos de violência”¹⁴ (Lopes, 2014; PBSO, 2010). Ainda que esta agenda seja particularmente vasta no que diz respeito à pluralidade de tarefas, nem todas as têm de ser utilizadas e/ou cumpridas. Neste sentido, é importante selecionar, priorizar e sequenciar a estratégia de ação tendo em conta não só as mais diversas condições e necessidades da população, mas também as particularidades que marcam o desenvolvimento do conflito armado.

A este processo de intervenção estão subjacentes dimensões interdependentes e cronologicamente postas em prática no terreno por este grande número de atores. São quatro as dimensões essenciais do modelo e que correspondem igualmente a objetivos específicos (e que serão devidamente analisadas através do caso da UNMIK). A primeira, a dimensão militar e de segurança visa a consolidação da segurança a nível interno e externo,

¹⁴ De acordo com o autor original: “potential conflict drivers” (PBSO, 2010). A existência destes “potenciais surtos de violência” em regiões conflituosas pode levar à criação de medidas de consolidação da paz especificamente direcionadas para o seu fim ou prevenção. A estes “potenciais surtos de violência” entenda-se o não respeito de DH, a má governação, a falta de integração social e falta de igualdade de género. Ou ainda crime ou drogas, explorações ilegais de recursos naturais ou também reformas agrárias (PBSO, 2010).

promovendo a reforma do sector de segurança através do processo de desmilitarização, desmobilização e reintegração (DDR) dos ex-combatentes (regulares e não regulares), assim como também a possibilidade de reforma do sector judicial, sendo que o fundamento essencial é a garantia das condições de estabilidade e segurança necessárias – nomeadamente o fim das hostilidades e da violência direta entre as partes) às fases e processos seguintes. A dimensão político-constitucional procura a criação e/ou reforço das instituições políticas democráticas nacionais, dos partidos políticos e dos meios de comunicação social, assistência eleitoral, capacitação de funcionários públicos e da sociedade civil, bem como o desenvolvimento de campanhas de educação cívica, assistência técnica na área dos Direitos Humanos e do combate à corrupção. O enfoque é, portanto, na dimensão política do processo. A dimensão económico-social, por sua vez, tem como objetivo a criação de condições para o retorno e reintegração social e económica dos deslocados e/ou refugiados e da população em geral, incluindo por isso a (re)construção de infraestruturas físicas e uma atenção especial à criação de oportunidades de emprego para jovens, ex-combatentes ou deslocados/refugiados. Em termos práticos, o enfoque é na dimensão mais económica do processo, de acordo com os ditames das organizações internacionais, focados essencialmente na criação de estruturas económicas de mercado liberal. Finalmente a dimensão psicossocial, ainda que não institucionalizada num modelo ou processo formal de atuação padronizada, tem a ver com a recuperação psicológica dos grupos mais afetados pela violência, procurando-se essencialmente condições que possam conduzir à justiça e reconciliação pacífica entre diferentes grupos (Lopes, 2014). Como tal, quando a dinâmica do processo de paz atinge o seu objetivo final, ou seja a capacitação da sociedade para gerir e sustentar o seu próprio processo de paz sem apoio externo, o mandato de consolidação da paz no quadro destas missões chega ao seu fim (*Ibidem*).

IV. Contributos de feminismos alternativos: estado da arte

Neste contexto, torna-se igualmente importante fazer uma breve análise da literatura daqueles que são os principais tópicos desenvolvidos e analisados ao longo desta dissertação: feminismos ocidentais, feminismo pós-colonial, críticas da paz liberal e finalmente os contributos de uma abordagem de género na crítica à paz liberal. O que aqui se pretende fazer é identificar as falhas presentes nas abordagens mais consensuais dos feminismos

ocidentais e das já existentes críticas à paz liberal, colmatando posteriormente essas falhas com os discursos alternativos trazidos pelo feminismo pós-colonial e pelas questões de género.

No contexto daquela que pode ser considerada a corrente feminista dos estudos da paz e da segurança, destaca-se uma abordagem essencialmente crítica relativamente à exclusão de mulheres dos processos de tomada de decisão assim como dos processos de restabelecimento, manutenção, e consolidação da paz (*peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding*). Estas dinâmicas incluem, na sua grande maioria, questões relacionadas com o género e a sua influência nas Relações Internacionais. Para tal, tem contribuído ativamente um grupo particular de feministas tais como Kathleen M. Jennings, Elisabeth Porter, Laura Sjoberg e J. Ann Tickner que se têm focado em questões que relacionam o papel da(s) mulher(es) durante e no pós-conflito (ver: Jennings, s.d.; Porter, 2007; Sjoberg, 2010; Tickner, 2006; Meintjes, 2000). O artigo “Gender and Post-Conflict Statebuilding” de Jennings (s.d.), por exemplo, faz primeiramente uma análise do quadro teórico feminista, focando-se numa segunda fase na necessidade de inclusão da questão de género no processo de statebuilding. Já o livro *Gender and International Security* de Sjoberg, procura evidenciar a necessidade de ler a relação existente entre o género e questões de Segurança Internacional, argumentando que a questão de género não deve ser compartimentalizada mas sim vista como algo essencial neste debate. Diken e Laustsen, por seu lado, propõem a ideia de que a violação é uma estratégia biopolítica que funciona numa lógica de “exclusão inclusiva” enquanto que Porter vê o *empowerment* como fundamental para a realização da segurança humana, segurança essa que constitui um complemento à paz. Quanto a Meintjes (2000), no seu artigo “The aftermath: women in post-war reconstruction” apresenta-nos as lacunas que marcam as fases de pós-guerra e conseqüentemente os processos de construção da paz, procurando essencialmente mostrar as conseqüências da falta de presença de mulheres nestas etapas. Finalmente, J. Ann Tickner, procura explicar as causas do *gap* existente entre as questões de guerra, de Segurança Internacional e de género. Considerando o estudo do feminismo dentro do campo mais alargado das Teorias das RI, no livro “*Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*” (2005), João Pontes Nogueira e Nizar Messari apresentam uma vasta mas clara análise desta perspectiva teórica, apresentando alguns dos principais pressupostos, assim como diferenças, existentes dentro da corrente feminista.

Mantendo uma linha feminista crítica, Confortini (2006) apresenta uma crítica às aparentemente consensuais noções de paz e violência oferecidas por Galtung, argumentando que os objetivos de ambos os estudos para a paz e estudos feministas podem ser implementados juntos e por isso complementados, oferecendo por isso noções de paz mais inclusivas e completas.

Face a este núcleo relativamente consensual de feministas¹⁵, tem vindo a desenvolver-se um outro grupo de autores que procura essencialmente a desconstrução de uma lógica de feminismo hegemónico ocidental, identificando as suas limitações. Para esta chamada de atenção tem contribuído Heidi Hudson (2005) que apresenta uma alternativa a correntes feministas hegemónicas, o feminismo pós colonial:

“(…) a apresentação de mulheres enquanto grupo invisibiliza as diferenças no seio desse ‘grupo’. As necessidades securitárias de mulheres ocidentais e de mulheres dos países em desenvolvimento são diferentes na medida em que nenhuma irmandade global pode ser assumida¹⁶”.

É a partir desta abordagem que surge a abordagem teórica mais crítica na nossa análise, a qual guiará precisamente a nossa investigação. As principais matrizes do feminismo pós-colonial baseiam-se precisamente na crítica contra feminismos ocidentais liberais uma vez que estes não só homogeneizam as experiências de mulheres em países em desenvolvimento, procurando representá-las na totalidade como de um único grupo de tratasse, como também fomentam o silenciamento da diversidade de discursos, colonizando identidades que apresentam culturas, histórias e vidas diferentes. Existe um grupo de feministas pós-coloniais particularmente homogêneas em termos daquela que é a principal reivindicação e argumento desta abordagem dentre as quais destacamos Gayatri Spivak (1986; 1988), Mohanty (1991), Mishra (2012), Hudson (2012), Weedon (2000), Shital V. (2012).

Para além das críticas à forma como certos grupos, como as mulheres, têm sido (des)consideradas nos debates em torno de questões de paz, violências e segurança internacional, também o desempenho das missões de paz levadas a cabo em situações de

¹⁵ Esta referência de autores é meramente exemplificativa, não representando a totalidade da massa crítica feminista.

¹⁶ Tradução livre da autora. No original: “(…) the presentation of women as a group masks the differences within that ‘group’. The security needs of Western women and women in the developing world are different to the extent that no global sisterhood can be assumed” Hudson, 2005:157.

pós-guerra tem sido alvo de críticas. Tal como MacGinty e Richmond (2009) identificam, os resultados da generalidade destas missões têm sido insatisfatórios, mas também contraproducentes e limitados numa pluralidade de formas (Bellamy, 2008:198). Nesta análise, e por uma questão de espaço, faremos no entanto uma apresentação mais ampla dessas mesmas críticas. Para Richmond (2009; 2004) e Jabri (2013), por exemplo, a “paz enquanto governação” torna-se a norma liberal no pós-Guerra Fria, imposta através da força, coerção, condicionalidade ou dependência de agências externas. O seu estatuto hegemónico é reforçado não só por Estados dominantes, mas principalmente por instituições também elas dominantes. A preocupação é em (re)criar Estados que espelhem democracia liberal a ponto de a força e intervenção serem legitimadas por essas mesmas instituições democráticas neo-liberais, como a solução para o conflito. Já Tziarras (2012) argumenta que a abordagem *top-down* da construção de instituições (*institutionbuilding*) e do *statebuilding* se sobrepõem à consolidação da paz, resultando em operações demasiado concentradas na criação de instituições e que desvalorizam particularidades importantes da sociedade. Na sua análise crítica, Chandler (2006:9) identifica o *statebuilding* como forma de dominação e superioridade Ocidental, escondidos em discursos de *capacity-building* e *empowerment*. A difícil distinção que tem vindo a edificar entre construção da paz e *statebuilding* legitimou abordagens externas, *top-down* e que desvalorizam as especificidades locais. Nesse sentido, Richmond e Franks (2009:181 e 183) apelam à necessidade de repensar esta relação assim como de debater a relação entre o liberalismo e a representação das capacidades do local. Outros autores têm procurado desenvolver a crítica à paz liberal no sentido de maior preocupação relativamente ao local tanto em termos da importância da sua participação na construção de uma paz local/híbrida como dos efeitos nocivos de uma paz externa e liberal (MacGinty e Richmond, 2013; Richmond, 2012). Nesse sentido, para Roberts (2012: 367), a consolidação da paz sofre de uma lacuna de legitimidade, uma vez que apresenta e constrói um tipo de paz identificado externamente ao local, tornando a paz liberal uma paz limitada e destinada a um limitado número de pessoas.

Existe ainda uma já vasta literatura crítica acerca dos efeitos do modelo de paz liberal no caso do Kosovo. Seguindo esta linha de análise, Frank e Richmond (2008) assim como Randazzo e Bargués (2012) focam-se na questão da multietnicidade que tem caracterizado o conflito no Kosovo e que continua a caracterizar a atualidade. Para Frank e Richmond (2008), a partir das linhas orientadoras da institucionalização da paz liberal no Kosovo,

diversas falhas acabaram por promover a marginalização de grupos identitários assim como das suas agendas, levando a que objetivos pluralistas e multiétnicos fossem minados por esse mesmo processo. Randazzo e Bargués criticam sobretudo uma consolidação de paz liberal que procura fomentar o “multiculturalismo” enquanto ferramenta de restabelecimento da paz através de políticas de descentralização territorial. De facto, e tal como O’Reilly identifica, as críticas à paz liberal apresentam uma falha no que diz respeito à análise e desenvolvimento de questões de género assim como do carácter masculinizado da reconstrução pós-guerra (2012:530), falha essa que a autora procurou colmatar no seu artigo “Muscular Interventionism: Gender, Power and Liberal Peacebuilding in Post-Conflict Bosnia-Herzegovina” através do caso da Bósnia-Herzegovina.

Nesse sentido e face a esta inexistência de análises críticas com base em lentes de género do pós-guerra e da instituição da paz liberal, este trabalho procurará precisamente construir essa crítica a partir do caso do Kosovo. Para tal, Hudson (2012) ser-nos-á particularmente útil uma vez que no seu artigo procura analisar de que forma a paz liberal instrumentaliza discursos de género enquanto ferramenta de imposição de normas com base num quadro teórico feminista pós-colonial. Já Väyrynen (2004) procura analisar de que forma o discurso dominante da ONU legitima e produz formas neo-liberais de masculinidades também ao nível das missões de paz. Neste sentido, procurar-se-á desvendar as formas como masculinidades e feminidades são construídas, reproduzidas e mantidas em relação a outras formas de identidade (Handrahan, 2004 apud O’Reilly, 2012) que caracterizam a sociedade kosovar. No que diz respeito ao conjunto da bibliografia utilizada, recorrer-se-á a livros, artigos, relatórios, acordos de paz, mandatos das missões, resoluções da ONU e sites oficiais especificamente relacionados com o estudo de caso, mas também a fontes teóricas que sustentem a análise centrada no feminismo pós-colonial e nos debates em torno da paz.

Deste modo, esta dissertação procurará essencialmente apresentar e compreender alternativas teóricas na elaboração de uma crítica à paz liberal, baseando-se num quadro teórico feminista pós-colonial e tendo como exemplo a tentativa de construção de uma paz sustentável por parte de instâncias internacionais, no caso do Kosovo.

1. O género e a consolidação da paz das Nações Unidas: Contributos teóricos emancipatórios no feminino

O projeto de paz oferecido por Estados ocidentais em situações de pós conflito a partir dos pressupostos da paz liberal, apresenta (tal como indicado na secção anterior) pré-requisitos fundamentais na constituição de Governos e economias eficazes e funcionais. No entanto, e tal como poderá ser analisado nas secções seguintes, este projeto de paz à partida inócuo, representa e mantém lógicas de violência estruturais, culturais ou diretas, que podem ser identificadas através de uma abordagem com base em questões de género. Neste sentido, objetivos inicialmente vistos como positivos tais como o reconhecimento profundo das especificidades e contextos, a utilização quer de uma abordagem *top-down* quer *bottom-up*, o Estado de Direito e a democracia, escondem a perda de poder que a construção de uma paz liberal acarreta, assim como a grave falta de legitimidade presentes nas longas intervenções de agências internacionais (Hudson, 2012: 445). A violência produzida pelo projeto pode então reproduzir-se em diversas dimensões traduzidas principalmente por falhas de administrações internacionais assim como as suas consequências: dependência económica, sistemas políticos fracos, desenvolvimento ou manutenção de economias ou sistemas paralelos ou ilícitos ou ainda manutenção de dinâmicas conflituais através da incapacidade de reconciliar partes beligerantes. Estas consequências representam o choque ou desacordo de agendas políticas e económicas descontextualizadas e altamente instrumentalizadas por Estados fortes Ocidentais através de um discurso masculinizado que manipula “imperativos morais que justificam a intervenção” (Huston, 2012: 446 e Väyrynen, 2004: 126) e que cria a perceção de que a agenda de consolidação da paz da ONU representa a estratégia indicada para a transformação no pós-conflito (O’Reilly, 2012: 534). A utilização de um quadro teórico feminista pós-colonial é por isso a nosso ver pertinente uma vez que procura desafiar o projeto de construção da paz liberal, dando voz a identidades “subalternas e subalternizadas” em situações de pós-guerra e marcadas por projetos de paz artificiais ou virtuais (Franks e Richmond, 2008: 98).

Debruçar-nos-emos acerca na explicação e análise deste quadro teórico nas seguintes secções.

1.1. O género nas Relações Internacionais

Como vimos na secção anterior, no final da década de 80, através da publicação da *Millennium* “Women and International Relations” que a abordagem feminista passa a assumir-se efetivamente enquanto abordagem teórica das Relações Internacionais (Sjoberg, 2010). O seu surgimento deveu-se em muito à inexistência de representações de mulheres no campo das Relações Internacionais e mais especificamente no seio das conhecidas teorias positivistas/tradicionais. Tal como Sjoberg (2010) mostra, todas as abordagens teóricas utilizam “lentes” que esquecem e escondem coisas, sobrevalorizando outras e, contrariamente a essa “corrente”, o feminismo procura revelar exatamente o esquecido e escondido. Nesta lógica, o feminismo surge no quadro da teoria crítica e por isso numa lógica pós-positivista, utilizando o género enquanto “lente” de análise teórica e crítica da realidade internacional. Tal como já referido, o género deve ser analisado como uma construção social que promove uma hierarquia social baseada em associações percebidas em características femininas e masculinas e na qual o masculino é sobrevalorizado face ao feminino. É esta simbologia do género que descreve a forma como o feminino/masculino estão ligados a diversas dicotomias que marcam o funcionamento do pensamento e comportamento Ocidental (Wilcox, 2010 apud Sjoberg, 2010). E tal como Confortini apresenta, o género é um processo que nos permite entender como é que estruturas de dominação surgem (2006: 338).

O feminismo abarca diferentes abordagens e sejam elas liberais, realistas, construtivistas, críticas, pós-estruturalistas ou pós-coloniais, todas partilham a preocupação normativa e empírica de que o sistema internacional é organizado hierarquicamente através do género (Sjoberg, 2010: 3). São, por isso, trazidas questões marginalizadas pelo estatocentrismo (Buzan e Hansen, 2009: 209) que tem caracterizado as teorias positivistas nas Relações Internacionais. É, no entanto, fundamental perceber que atualmente o objeto de estudo do Feminismo vai para além daquilo que é a inclusão da mulher na sociedade, assim como a luta contra a masculinização das relações sociais e políticas, procurando, ainda assim, abordar questões no feminino. Apresentando-se como emancipatório e procurando objetividade e universalidade, o feminismo, desde logo aplicado ao campo da paz e dos conflitos, pretende essencialmente a inclusão dos vários grupos e identidades excluídas dos processos de paz

através da promoção de uma lógica de igualdade baseada na diferença, utilizando para isso a lente de gênero.

1.2. Emancipações pós-coloniais no feminino: o feminismo pós-colonial

Dentro daquele que é o campo das Teorias das Relações Internacionais, o Feminismo marca a sua presença através da grande diversidade de abordagens. Neste sentido, são claras as diferenças entre elas pelo que é precisamente com base nessas diferenças que é fundamental analisá-las também de forma crítica. Para a construção desta mesma análise crítica, muito tem servido o contributo do feminismo pós-colonial (ou Feminismo de Terceiro Mundo¹⁷), principalmente ao procurar afastar-se das abordagens que identifica como “Feminismos Ocidentais” e liberais. Para esse mesmo afastamento serve de argumento que à ‘massa’ ocidental de feminismos, lhes falta representatividade naquilo que entendem ser o Terceiro Mundo. Feminismos ocidentais e liberais constituem a base da crítica uma vez que procuraram apresentar as mulheres do Sul global ou da periferia como homoganeamente diferentes e mostrando assim claras pretensões em representa-las como passivas, vitimizadas, inferiores e necessitando de proteção das feministas ocidentais (Hudson, 2012). Onyinyechukwu Onyido (2013) procura precisamente desconstruir esta imagem de vitimização associada à mulher – mulheres de países colonizados enquanto vítimas da ignorância e de religiões e culturas restritivas (Weedon, 2000), para isso explica que as mulheres não são um grupo homogêneo e que nesse sentido os impactos e experiências da guerra variam consoante uma grande diversidade de fatores (classe, estatuto e contexto social). É importante reter que também os homens sofrem os impactos da guerra, tal como as mulheres, no entanto os desafios que enfrentam poderão ser diferentes. Como tal, ambos, mulheres e homens, são vítimas e atores de conflitos armados, ambos sofrem de violência com base no gênero. Se por um lado as mulheres representam o maior número de vítimas de violações em tempos de guerra, por outro, os homens são marcados pelo maior número de

¹⁷ Apesar da consciência que represente claros e injustos rótulos marcados pela excessiva simplificação assim como um entendimento erróneo baseado em hierarquias económicas, ideológicas ou culturais, a utilização do termo “Terceiro Mundo” surge aqui como uma mera réplica do que é utilizado ao longo da bibliografia utilizada, assim como devido à indisponibilidade de outros termos. Estamos neste sentido, completamente conscientes da carga crítica que este termo apresenta.

mortos, desaparecidos ou prisioneiros. Tal como a autora identifica, há um claro “gap” na literatura no que diz respeito à lógica de vitimização masculina devido em grande parte à sobrecarga de informação direcionada apenas para a vítima feminina, acabando por esconder as vítimas no masculino (Onyido, 2013). Nesta linha de argumentação, são diversos os autores que se mostram como defensores deste feminismo pós-colonial, sendo a sua maioria claramente vinda de países em desenvolvimento: países do Sul ou da periferia. Fará então sentido fazer uma breve explanação acerca daqueles que são os seus contributos teóricos.

Nas palavras de Chris Weedon (2000), por exemplo, o feminismo pós-colonial procura revelar e dismantlar os efeitos do colonialismo em mulheres não ocidentais num mundo pós-colonial, procurando perceber que mecanismos suportam o funcionamento destes efeitos. Os efeitos do colonialismo são então interpretados por estas feministas pós-coloniais como a apropriação das suas identidades por feminismos ocidentais liberais ou ditos brancos. Em “Postcolonial feminism: Looking into within-beyond-to difference”, Raj Kumar Mishra justifica precisamente a rejeição da abordagem Ocidental com base no seu eurocentrismo, criticando-a por homogeneizar e universalizar as mulheres assim como as suas experiências. Neste sentido, esta abordagem teórica baseia-se numa luta contra a exploração e opressão baseada em diferenças, e é por isso sensível à complexa questão das relações de poder que surgem da sobreposição de construção de identidades de classes, etnias, género ou culturas, procurando principalmente a luta contra o eurocentrismo, sendo este marcado pela experiência da exclusão cultural. Para Hudson (2012: 447), mais do que uma simples relação de dominação/subordinação, todas estas relações se encontram relacionadas com aquilo que são as ligações entre poder, discurso e instituições políticas e práticas permitindo assim perceber como é que relações de desigualdade são construídas e mantidas. Weedon (2000) também segue essa linha, criticando o feminismo ocidental pela sua amnésia da história colonial assim como as suas tendências para reproduzir modos de representação coloniais e por representar mulheres de países menos desenvolvidos, como vítimas da ignorância e de religiões e culturas restritivas. Como refere Hudson:

“Lentes feministas pós-coloniais servem para tornar as operações de poder discursivo visíveis ao revelar como é que o discurso de segurança posiciona pessoas nas suas relações e com outros seres humanos numa ordem simbólica particular”. (Huysmans, s.d. *apud* Hudson, 2012)¹⁸

Uma das principais linhas de atuação desta abordagem, utilizada também frequentemente por Gayatri Spivak assim como Mohanty e Mishra, prende-se com aquilo que é o processo de “desconstrução”. Para Mishra este processo é de grande importância uma vez que pretende desconstruir mitos de poder e classificações baseadas em etnias e lógicas de subordinação, sendo o seu objetivo o desmantelamento de todos os tipos de opressões, injustiças e marcas deixados pela colonização ocidental. Para fundamentar o seu argumento, este autor procura identificar como padrões do feminismo Ocidental, as experiências de mulheres Norte-Americanas ou Europeias (Mishra, 2012). Contrastando com este, o feminismo pós-colonial surge assim da história do colonialismo com base no género – organização hierárquica.

Sendo a temática da desconstrução tão importante para o feminismo pós-colonial, impossível seria não referir Spivak (1988). Ainda que esta autora, de origem indiana, se foque especificamente na análise da literatura inglesa assim como nas suas características particularmente colonialistas, as suas críticas nessa área são um importante contributo para as RI. Nesse sentido, o filósofo francês *Derrida*, tem sido uma importante influência para Spivak principalmente no que diz respeito aquele que é o processo de desconstrução. Derrida evidencia que a “estabilidade e coerência de muitos dos mais tradicionais conceitos, tais como “consciência, ser ou ainda conhecimento” dependem de um sistema de diferenças ou oposições binárias”¹⁹. Este processo de desconstrução é então amplamente reutilizado por Spivak que procura inseri-lo nas mais diversas áreas desde movimentos políticos de mulheres de Terceiro Mundo até estudos da literatura pós-colonial. Com este processo de desconstrução, Spivak conseguiu desenvolver debates acerca do legado cultural colonial assim como e expandir e criticar a questão de se o feminismo ocidental é apropriado para

¹⁸ Tradução livre da autora. No original: “A postcolonial-feminist lens serves to make the operations of discursive power visible by revealing how security discourse (to paraphrase Jeff Huysmans) ‘positions people in their relations to [their gendered selves] . . . and to other [gendered] human beings within a particular symbolic [gender] order’” (Huysmans, s.d. *apud* Hudson, 2012)

¹⁹ Tradução livre da autora. No original: “coherence and stability of traditional philosophical concepts such as consciousness, being or knowing depend on a system of differences or binary oppositions.” (Morton, 2004:25).

descrever as histórias, vidas e guerras de mulheres do Terceiro Mundo. Um dos outros importantes contributos de Spivak tem sido a sua constante tentativa de (re)formular vocabulário crítico que descreve as experiências e histórias de grupos sociais muito particulares e que têm sido desapropriados e explorados pelo colonialismo europeu. A utilização de “Master Words” em contextos de libertação nacional ou luta política, procura englobar e incluir grupos oprimidos numa identidade política coerente e facilmente identificável. Para Spivak a utilização destas “palavras” tais como “os colonizados”, “as mulheres” ou “os trabalhadores” (1988: 33-35) são impróprias e erróneas uma vez que procuram incluir diversas realidades num todo comum. A desconstrução de Spivak neste quadro de representação política mostra os efeitos nocivos que a linguagem das lutas políticas universais podem ter na vida de grupos em desvantagem, como tal a autora propõem uma alternativa: a palavra “subalterno”. A este vocábulo a autora associa os diversos sujeitos ou posições que não são reconhecidas por discursos políticos dominantes, ou seja, representam grupos não hegemónicos. Nesta linha de pensamento e evidenciando uma outra questão agregada ao feminismo colonial de “quem fala por quem e que vozes são ouvidas?” (Weedon, 2000) surge um dos seus mais conhecidos e importantes artigos de Spivak “Can the Subaltern Speak?” (1988), nele a autora constrói uma crítica aos modelos políticos ocidentais. Para isso argumenta que da mesma forma que académicos ocidentais silenciam grupos subalternos ao tentarem representá-los, também a tentativa dos colonos britânicos durante o século XIX em proteger as mulheres viúvas indianas da prática de *Sati*²⁰ representa um silenciamento das suas vozes. Em ambas as situações, há uma apropriação das identidades e dos discursos de grupos subalternos neste sentido, o artigo marca claramente a posição de Spivak naquele que é o feminismo pós-colonial. O seu principal objetivo é o de revelar as limitações das teorias europeias na tentativa de representação das experiências de mulheres do Terceiro Mundo a quem é retirado todo e qualquer poder. É neste momento que é também expandida a narrativa do “subalterno” e nesta linha, a autora procura evidenciar a exclusão da participação de mulheres na história da luta contra o domínio colonial britânico, mostrando como a construção histórica do género, mantém o homem como dominante face à mulher. Spivak conclui então que “*The subaltern cannot speak*” (1988:104) e tal como

²⁰ *Sati* é o termo utilizado para referir o ritual da autoimolação ou autossacrifício por parte de uma viúva Hindu no momento do funeral do seu marido. Para mais informações acerca desta prática: <http://chnm.gmu.edu/wwh/modules/lesson5/lesson5.php?s=0>

Morton explica (2004:64)., o subalterno não pode falar uma vez que a identidade da mulher subalterna está profundamente ancorada no quadro patriarcal Hindu e também porque a representação da mulher subalterna por parte do colonialismo britânico, enquanto vítima de uma cultura Hindu violenta é inalterada. Em “Imperialism and Sexual Difference” (1986) Spivak critica, tal como outras feministas pós-coloniais, os feminismos ocidentais acusando-os de ignorar as experiências mais particulares de mulheres de Terceiro Mundo ao procurarem construir um sujeito feminino universal. Por isso enfatiza a cumplicidade dos intelectuais ocidentais ao silenciar as vozes dos grupos oprimidos ao falar por eles. De facto, Spivak tem apelado ao reconhecimento de histórias e experiências de mulheres de Terceiro Mundo mostrando também que a utilização e invocação do não-ocidental na teoria crítica ocidental recente marca claramente as limitações de um conhecimento ocidental (Morton, 2014).

O feminismo pós-colonial explora especificamente, e em diferentes contextos, a vida, trabalho, identidade, sexualidade e direitos das mulheres à luz do colonialismo e neocolonialismo e com base no género, nação, classe, etnia e sexualidades (Mishra, 2012). É dada grande primazia ao respeito pela história e cultura valorizando assim questões relacionadas com as tradições religiosas ou familiares contrariamente às mulheres ocidentais. Neste sentido, Mohanty (1991) critica as abordagens feministas Ocidentais pela sua característica de “*home-family-man haters*” uma vez que não reconhecem os papéis e estatutos de mulheres nas suas mais diversas dimensões. O feminismo ocidental é assim sistematicamente criticado uma vez que toma como ponto de partida a estrutura ocidental para avaliar o resto do mundo, mostrando provas de universalismo e heterogeneidade aspirando à reprodução de lógicas coloniais. O feminismo pós-colonial surge assim como questionando esta grande facilidade de universalização e homogeneização de questões ligadas às mulheres – mas facilmente são replicados a outros grupos- e crença de que as suas abordagens representam as mulheres de todo o mundo promovida pelo feminismo Ocidental. Tal como Mishra (2012) identifica, o grande objetivo do feminismo pós-colonial é tornar as diferenças, sejam elas étnicas, nacionais, locais ou de classe, visíveis e reconhecidas de uma forma não opressiva e redutora. Neste sentido e procurando desafiar e desconstruir estas narrativas hegemónicas, o feminismo pós-colonial surge como resposta crítica ao discurso dominante que tem marcado o feminismo ocidental. Weedon também contribui para este argumento referindo que:

“Pensar a diferença de novas formas e de forma não-opressivas é a chave do feminismo pós-colonial, no Ocidente como no Terceiro Mundo. Isto está relacionado com o projeto político de criar um clima global no qual a diferença pode ser vivida como enriquecedora e valiosa ao invés de como um efeito opressivo de oposições binárias hierárquicas.” (Weedon, 2000: 4) ²¹.

Prova dessa mesma resposta crítica, Chandra Talpade Mohanty (1991), constrói um entendimento sobre ‘Feministas de Terceiro Mundo’ com base em dois pontos fundamentais: primeiramente uma óbvia crítica interna ao feminismo Ocidental e depois a formulação de estratégias e preocupações autónomas, geográficas, históricas e culturais baseadas em orientações feministas. Tendo como objetivo a luta contra aquilo que Mohanty chama de “discurso feminista ocidental”, esta autora procura analisar a construção discursiva do ‘Feminismo de Terceiro Mundo’ precisamente por parte da abordagem feminista Ocidental. Para isso, a sua maior crítica questiona a homogeneização da mulher enquanto tema singular e monolítico por parte do feminismo Ocidental, apresentando por isso a colonização como um processo de apropriação e codificação de conhecimentos sobre as mulheres do Terceiro Mundo. Assim argumenta-se que em resultado deste quadro crítico de análise, é produzida e assumida uma noção homogénea de opressão da mulher enquanto grupo, produzindo como tal a imagem de “*average third world women*” baseada no género feminino (sexualmente constrangido) no Terceiro Mundo (ignorantes, pobres, vítimas, ligadas à tradição, não formadas). Contrastando com esta imagem, encontra-se uma autorrepresentação das mulheres ocidentais como modernas, formadas, tendo o controlo dos seus corpos e das suas sexualidades, assim como livres de todas as suas decisões. Partindo deste forte argumento, a autora vai procurar desconstruir lógicas que colonizam identidades individuais assim como grupos em países outrora colonizados (Mohanty, 1991). Para Mohanty (1991), a colonização das identidades de mulheres do Terceiro Mundo por parte do feminismo Ocidental está profundamente relacionada com a apresentação do projeto político e ideológico do Ocidente na periferia. Tal como a autora explica, são as identidades que se posicionam no centro do sistema internacional que definem e legitimam a existência

²¹ Tradução livre da autora. No original: “Thinking difference in new, non-oppressive ways is a key objective of postcolonial feminism, both in the West and in the Third World. This is linked to the political project of creating a global climate in which difference can be lived as enriching and valuable rather than as the oppressive effect of hierarchical binary oppositions.” (2000: 4)

de uma periferia, ou seja, é apenas quando um determinado grupo é visto como o “outro” ou pertencente à periferia, que um outro grupo se posiciona no centro e conseqüentemente, numa posição de superioridade. Como tal, o feminismo pós-colonial posiciona-se de forma crítica relativamente a uma definição de identidade política que pressupõe o Ocidente como referencial, e que apenas permite auto-governança quando baseada em princípios democráticos e liberais. Não pertencer a este referencial corresponde assim à “responsabilidade” do Ocidente, nesse sentido Estados e Organizações fortes fundamentam a sua intervenção em Estado fracos ou em vias de entrar em guerra – os outros, através da necessidade de sustentar as normas internacionais através processos de restabelecimento, manutenção, e consolidação da paz (*peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding*) (Hudson, 2012: 447).

Para Gunjate Shital V., o colonialismo e a patriarquia têm estado entrelaçados ao longo da história. Como tal, o fim formal do colonialismo não significou necessariamente o fim da opressão de mulheres, uma vez que continuam socialmente marginalizadas e estereotipadas. Obviamente, a crítica é mais uma vez direcionada aos feminismos tradicionais ocidentais brancos que se autoidentificam como a norma e a normalidade, argumentando-se assim que experiências de mulheres de terceiro mundo são muito particulares e diferentes envolvendo experiências de conquista imperial, escravidão, migrações forçadas ou até genocídio. Procurando criticar precisamente a construção desta narrativa de vitimização, em “*Feminist Peace and Conflict Theory*”, Weber analisa a abordagem Feminista à Paz e Conflitos apresentando diferentes abordagens feministas acerca do silenciamento de experiências assim como de conhecimentos das mulheres, apresentando para isso uma proposta de análise cronológica acerca do surgimento de diversos movimentos e teorias feministas. Neste sentido, e em contextos específicos, a excessiva representação do outro tal como apresentado por agendas de paz, pode corresponder a uma forma de silenciamento de vozes já subalternas. Neste contexto, o feminismo pós-colonial desvaloriza e critica ferozmente as generalizações simplistas e superficiais. Assim, no sentido contrário a esta lógica, Mohanty (1991) propõe uma abordagem “bottom-up” assim como uma análise contextualizada que evite metodologias de universalismos de vitimização. Não basta por isso ser crítico apenas por ser, é fundamental observar a nível micro, quais as lógicas e mecanismos culturais, que funcionam numa lógica de opressão. Paralelamente o feminismo pós-colonial apresenta-se

enquanto crítica à colonialidade e transplantação de modelos e discursos ocidentais do Norte para o Sul, ou do centro para as margens/periferia.

Neste sentido, este quadro teórico procura construir ligar desigualdades globais com base no género e práticas diárias também com base no género às suas produções coletivas de insegurança durante processos de consolidação da paz (Hudson, 2012: 447). Ao se enquadrar na área do pós-colonialismo e como tal nos estudos críticos das RI, o feminismo pós-colonial oferece-nos uma lente de análise crítica útil e que procura relevar o esquecido ou escondido pelos discursos dominantes que caracterizam o Ocidente e que serão importantes para a análise empírica desta dissertação. Tal como Jesus (2010) indica, o pós-colonialismo surge como uma resposta à incapacidade das RI em responder às questões oferecidas pela diferença, questões estas também centrais no estudos do feminismo pós-colonial. Neste sentido, esta abordagem feminista demarca-se com alguma clareza das restantes trazendo alterações que dizem respeito à desconstrução de discursos de vitimização assim como mudanças de análise metodológica. E por isso se torna tão interessante e útil para a análise aqui proposta, em particular para o estudo de caso, a partir de dois planos fundamentais: primeiramente, ao posicionar-se de forma crítica face a narrativas teóricas que constituem as Relações Internacionais, mas também constituindo uma extensão da teoria neocolonialista esta abordagem pretende descolonizar e desconstruir processos de imposição de paz impostos (Mishra, 2013). Num segundo plano, corresponde a uma intersecção deste neocolonialismo com aquilo que é o género, constituindo a lente de análise crítica desta abordagem e a qual permite analisar a instituição de hierarquias baseadas em sistemas de oposição binária – dicotomias.

Como tal, o feminismo pós-colonial será a base do enquadramento teórico utilizado neste trabalho, sendo que particular atenção será dada à temática do género. Nesse sentido, a próxima secção será dedicada à análise daquele que é o discurso da ONU relativamente às questões de género.

2. O conflito do Kosovo: origens e evolução

A história do Kosovo mostra-se hoje em grande medida a marca de um conflito violento que foi essencialmente “produto de factores políticos e estratégicos” (Moncada, 2001:62) caracterizado por um passado de lutas multiétnicas e de nacionalismos exacerbados. No entanto, ainda que não podendo negar o carácter multicultural, multinacional e multiétnico adquirido ao longo dos séculos, é fundamental fazer uma análise histórica daquela que foi a construção do território do Kosovo de forma a melhor entender os diversos desenvolvimentos do conflito desde os seus momentos iniciais até à atualidade bem como o papel e influência das identidades no desencadear do conflito, bem como no processo de (re)construção que se seguiu. Sem esta análise, seria impossível compreender os fortes laços históricos e emocionais que vinculam sérvios e albaneses ao Kosovo, assim como difícil seria compreender todas as dificuldades encontradas na tentativa de uma resolução pacífica do conflito. Nesse sentido, é primeiramente analisada a desintegração da Jugoslávia e posteriormente a história do Kosovo mais relevante para esta análise. É a partir destes dois momentos que depois será analisado o contexto para o surgimento do conflito armado assim como da consequente intervenção internacional no território, como base para a análise e argumentação proposta nesta dissertação.

2.1. A desintegração da Jugoslávia

A Jugoslávia, terra dos “Eslavos do Sul” e marco de união entre a multiculturalidade desde a sua fundação, foi desde o seu início em 1918 até ao seu fim em 1991 palco de um grande número de confrontos entre diversas comunidades. Com o fim da Grande Guerra em 1918 e com a consequente desintegração do Império Austro-húngaro, a Croácia e a Eslovénia decidem unir-se ao já existente Reino dos Sérvios formando assim o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. Nele, já se incluíam Montenegro assim como a Macedónia e a Bósnia-Herzegovina (Garde, 1992:46-61).

Em 1929, o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos passa a chamar-se de Reino da Jugoslávia, representando assim o conjunto e união de três identidades políticas distintas

existentes na parte mais ocidental dos Balcãs durante o século XX. O surgimento deste primeiro Estado Jugoslavo foi visto com grande otimismo, no entanto as tensões criadas entre Sérvios (na defesa de uma visão unitária e centralizada de Estado) e Croatas e Eslovenos (preferindo um modelo federal), fizeram surgir os primeiros problemas políticos e culturais no seio deste recente Estado (Wachtel e Bennett, 2012:15). No decorrer da Segunda Guerra Mundial e mais precisamente entre 1941 e 1945, as forças do Eixo invadem e ocupam o Reino da Jugoslávia²². A partir deste momento e mais especificamente com o fim da Guerra, os acontecimentos que daí sucedem vão ser de grande relevância para o processo de construção de uma possível identidade jugoslava (*Ibidem*). Foram dois os principais movimentos que emergiram para libertação da Jugoslávia face às forças do Eixo: os *tchetniks* e os *partisans*. Os primeiros eram um movimento “legitimista²³” anti-comunista, dirigido por oficiais do exército real Jugoslavo de nacionalidade Sérvia. Os *partisans* eram um movimento de resistência inspirado pelo Partido Comunista Jugoslavo e liderado por Josip Broz Tito, defendiam o internacionalismo e opunham-se ao “nacionalismo da grande Sérvia” (Garde, 1992:70 e 71). São estes últimos, os *partisans*, que em 1945 com apoio dos britânicos conseguem vencer os *tchetniks* e finalmente libertar e reunificar a totalidade do território Jugoslavo (*Ibidem*). A partir desse momento, Tito propõe a construção de uma Jugoslávia federal, promovendo o ideal de “irmandade e união” (Wachtel e Bennett, 2012:18) entre nações Jugoslavas. O Reino da Jugoslávia é então transformado num sistema federal de seis repúblicas nacionais com igualdade de direitos entre si: Croácia, Eslovénia, Macedónia, Bósnia-Herzegovina e Sérvia, esta última incluía dentro das suas fronteiras a província autónoma de Vojvodina e a região autónoma do Kosovo. O reino da Jugoslávia passa então a chamar-se República Federal da Jugoslávia e, a partir de 1963, República Federal Socialista da Jugoslávia, sob o comando do primeiro-ministro Tito que através do Partido Comunista desenvolve uma política centralizadora de união nacional aplicada em todo o território. Paralelamente, e através da Constituição de 1974, as regiões de Vojvodina e do Kosovo recebem uma considerável autonomia política (Friedrich, 2005).

²² Entre abril a junho de 1941 a Alemanha, a Itália, a Hungria e a Bulgária invadem e dividem a Jugoslávia.

²³ Os *tchetniks* apresentam-se como um movimento “legitimista” uma vez que reconhecem a autoridade legítima do governo real, refugiado em Londres.

Dentro daquilo que é o reconhecimento desta diversidade de nacionalidades num Estado como a Jugoslávia e procurando também a igualdade e equilíbrio entre os povos, o sistema vai procurar prevenir e evitar a preponderância de uma república face ao Estado Federal, nomeadamente a Sérvia (Garde, 1992:88). Como tal, o ‘jugoslavismo’²⁴ previsto pela ala comunista, pretendia a criação de “uma nova cultura universal supranacional compatível com as culturas nacionais individuais emergentes num Estado particularmente multiétnico”²⁵.



Imagem 1: Mapa da ex-República Federal da Jugoslávia (1993)
 Fonte: U.S. Department of State (Central Intelligence Agency), 2013

Pretendia-se uma cultura supranacional de reconhecimento e tolerância pela diversidade que abrangesse e ligasse as culturas nacionais entre elas, em vez de as eliminar ou afastar. Em termos práticos, o governo federal era dirigido por um Conselho Presidencial ou presidência coletiva, que através de um funcionamento rotativo, permitia a participação dos governantes das repúblicas e territórios autónomos (Weller, 1992). Neste sistema rotativo, cada um dos oito membros da presidência colegial devia ser eleito como presidente e como tal chefe de Estado por um ano (Garde, 1992:105). É importante reconhecer que o projeto político apresentado por Tito, ainda que posto em prática em larga escala, sofria de alguns problemas internos, quase crónicos marcados pelas rivalidades entre as diversas nacionalidades, assim como externos, devido ao surgimento de um novo clima geopolítico na Europa nomeadamente o desaparecimento do medo comunista a leste e o surgimento de alternativas democráticas a ocidente, em conjuntos estas situações acabaram por ditar o fim da Jugoslávia

²⁴ Tal como Moncada sugere, o ‘Jugoslavismo’ pressupõe a formação de um só Estado reunindo os eslavos do sul da Europa sob uma identidade cultural única (Moncada, 2001:23-24).

²⁵ Tradução livre da autora. No original “(...) the creation of a new supranational ‘universal’ culture was fully compatible with the flourishing of individual ‘national cultures’ in a particular multiethnic country.” (Wachtel e Bennett, 2012:16).

(Wachtel e Bennett, 2012:12-13; Departamento de Estado norte-americano, 2013). Ambas as questões serão respectivamente apresentadas nas secções seguintes.

2.1.1. Fatores endógenos

Em termos internos, o sistema político instaurado apresentava sérias dificuldades em manter o controlo político, económico e/ou cultural sobre cada uma das Repúblicas, controlo esse que era fundamental na união e manutenção da Jugoslávia. Após a morte de Tito em 1980, essas dificuldades tornaram-se ainda mais visíveis. Desde logo, a situação económica da federação encontrava-se extremamente debilitada: tornara-se endividada e com uma das mais fortes inflações da região (Garde, 1992:251). Também foi clara a incapacidade do Estado central em controlar a emergência de fortes centros de poder no interior das fronteiras, como acabou por acontecer, em 1986, com a Sérvia através da “revolução cultural Sérvia²⁶” (Wachtel e Bennett, 2012:29) que polarizou ainda mais a sociedade kosovar e que conseguiu sobrepor a comunidade sérvia sobre as restantes. Neste momento (1986) também surge o *Memorandum Sérvio* que faz uma análise das causas do mau estado da economia e sociedade jugoslavas. A primeira parte do documento foca-se no insucesso da autogestão financeira surgida da Constituição de 1974, preconizando, portanto, o retorno ao centralismo. Na segunda parte, por seu lado, são criticadas as fronteiras formadas por Tito entre as repúblicas e províncias autónomas, vistas como injusta para o povo sérvio. São ainda referidas as perseguições e ameaças de que eram vítimas os Sérvios no Kosovo assim como na Croácia, respectivamente (Garde, 1992:254). É então aqui construída uma verdadeira crítica à herança de Tito, em favor do exacerbamento do nacionalismo Sérvio. O federalismo desaparece e dá lugar a um bloco sérvio homogéneo dominado por Milošević (Garde, 1992:261). Também o objetivo inicialmente apresentado por Tito de criar um grupo suficientemente forte com uma identidade nacional partilhada acabou por nunca se concretizar, levando por isso ao surgimento de narrativas nacionais separatistas que competiam com a narrativa nacional Jugoslava, como era o caso do Kosovo (Wachtel e

²⁶ Segundo Paul Garde (1992:253) uma revolução cultural é o fenómeno utilizado por um dirigente comunista para obter as mudanças políticas que deseja, passando primeiramente pela eliminação dos seus adversários e depois para a consolidação do seu próprio poder, conseguindo de seguida atingir o entusiasmo de uma importante parte da população, que por sua vez, passa a impor essas mesmas medidas desde uma fase mais baixa da sociedade.

Bennett, 2012:14). Região mais pobre da Jugoslávia (Pavlović, 2005:53), o Kosovo é o berço do Estado Medieval Sérvio que ao longo dos anos de dominação turca, foi marcado pela crescente presença de Albaneses de maioria muçulmana. É importante lembrar que desde a formação da Jugoslávia que os Albaneses do Kosovo reivindicavam a “república do Kosovo” ou seja, um estatuto de igualdade com as restantes repúblicas (Garde, 1992:106).

2.1.2. Fatores exógenos

Externamente, o desaparecimento do Comunismo no Leste Europeu resultante do enfraquecimento da União Soviética, a par da crescente consolidação e presença da Comunidade Económica Europeia serviram como importantes fatores de destabilização da situação política, económica e até cultura Jugoslava. se, por um lado, os Estados Europeus Ocidentais se afastavam de um passado comunista em direção a eleições e economias de mercado livres, por outro, o afastamento do Ocidente relativamente à Jugoslávia minou o extensivo apoio financeiro e económico necessário para preservar uma economia jugoslava já perto do abismo. Também, a ausência de uma ameaça soviética à integridade e união da Jugoslávia removeu o forte incentivo pela unidade e cooperação que tinha sido até ao momento, o argumento de existência da Jugoslávia (Departamento de Estado norte-americano, 2013).

É a 17 de Maio de 1991 que, em resultado de um processo de gradual decadência, que as últimas instituições federais jugoslavas existentes – governo e exército, deixam de funcionar levando assim ao fim da Federação. Neste mesmo ano, mais precisamente em Junho, a Eslovénia e Croácia tornam-se independentes (Garde, 1992:307) num desenrolar de acontecimentos que acabarão por marcar o surgimento da guerra aberta entre o Governo de Milošević e as repúblicas que se querem tornar independentes contra a vontade sérvia.

2.2. A construção de rivalidades entre sérvios e albaneses: o caso do Kosovo

Kosovo e Metohija, nome oficial do território até 1968, foi durante os anos de 1389 e 1912 parte do vasto Império Otomano, ainda que anteriormente tivera pertencido aos territórios do império Búlgaro e Bizantino e mais recentemente à Sérvia. Tal como será apresentado

neste mesma secção, é precisamente no decorrer destas sucessivas ocupações que o Kosovo se tornou um lugar de grande importância para a Sérvia assim como para a Albânia. O Kosovo é considerado o berço da nação sérvia e sede do patriarcado ortodoxo. Em 1389, Kosovo Polje – cidade próxima de Pristina, capital do Kosovo, fora o campo de batalha do confronto entre os exércitos Sérvio e Otomano, onde acabaram por morrer o Príncipe sérvio e o Sultão Turco marcando a vitória turca e a consequente ocupação do território sérvio por este império por mais de cinco séculos (Garde, 1992:223-226). Esta data é ainda hoje de grande importância simbólica para a nação sérvia que a celebra anualmente com grande aparato político (Moncada, 2001:22). Para os albaneses, o Kosovo é também um território de grande importância não só pela sua situação geoestratégica, mas também por ser visto como o início das revoltas contra a ocupação turca e como tal o centro do nacionalismo albanês. No ano de 1878, e por isso ainda sob a presença Otomana, foi criado em Prizren um “Governo Autónomo Albanês” e aí também foram desenvolvidas as primeiras revoluções albanesas do século XIX (Moncada, 2001:55).

Atualmente, albaneses e sérvios continuam a reivindicar o povoamento e ocupação do território. Os albaneses relembram que são os descendentes dos Ilírios, povo nativo da região, já os sérvios afirmam que quando chegaram pela primeira vez à região (século VI e VII) esta encontrava-se desabitada (Vickers, 2000:97). Nesse sentido, é importante salientar que, atualmente, tanto kosovares albaneses e kosovares sérvios (de orientação maioritariamente nacionalista) apresentam teses opostas acerca da origem e desenvolvimento étnico do Kosovo (*Ibidem*). Os sucessivos processos de colonização e ocupação de que tem sido alvo o Kosovo ao longo dos tempos têm tornado difícil a identificação e formação kosovar na sua base, falando-se essencialmente em comunidades em disputa pelo mesmo território. Como tal, o Kosovo apresenta um papel fundamental nos movimentos nacionalistas albaneses e sérvios assim como nas suas identidades coletivas, fator que não pode ser desconsiderado aquando da análise do atual conflito. É ao longo destes processos que as disputas entre as comunidades albanesas e sérvias se vão começar a fazer sentir, durando até aos dias de hoje como será analisado nas secções seguintes.

2.2.1. Religiões no Kosovo: desconstrução das rivalidades entre sérvios e albaneses

A importância da análise da questão religiosa no Kosovo surge da necessidade de desconstruir a relação existente entre precisamente a dinâmica das diferentes religiões e o surgimento do conflito armado entre as comunidades, ainda que as divisões religiosas sigam igualmente linhas étnicas. A convivência entre as comunidades religiosas marca a história do Kosovo desde cedo, sendo elas: o Islamismo, a Ortodoxia e o Catolicismo (SPRK, s.d.). Quanto à relação destas com as duas principais comunidades no Kosovo é possível afirmar que um grande número de kosovares albaneses reconhecem-se enquanto muçulmanos, sendo que uma pequena minoria se revê no catolicismo. E neste caso, a religião não apresenta um grande peso naquela que é a identidade nacional, sendo a língua – o albanês, de grande importância nesta questão. Como tal, a abordagem ao islamismo por esta comunidade é de alguma leveza e conseqüentemente o fundamentalismo islâmico apresenta-se com pouco peso nesta região balcânica (ICG, 2001). Contrariamente, quanto aos kosovares sérvios, consideram-se maioritariamente ortodoxos, sendo neste caso uma importante componente da identidade nacional. Atualmente, ainda que não existam estatísticas oficiais acerca da religião da população, estima-se que a maior parte da população seja muçulmana (90%), sendo 6% Ortodoxos, 3% Católicos e 1% a outras (SPRK, s.d). Neste contexto, a identidade nacional sérvia vai então durante a fase inicial do conflito, ser utilizada por Milošević de forma a promover uma propaganda nacionalista sérvia sendo que para isso serão utilizadas imagens de edifícios ortodoxos destruídos por kosovares albaneses como forma de manipulação da população sérvia. Seguindo esta linha metodológica durante o conflito armado, as forças sérvias vão procurar destruir diversas instituições islâmicas²⁷ assim como estruturas católicas albanesas. E ainda que inicialmente apoiado pela igreja, Milošević perde parte desse apoio no início da década de 90 resultando de diversas críticas. Com o fim formal da guerra e como forma de retaliação, albaneses iniciam uma onda de destruições contra edifícios ortodoxos (ICG, 2001). Estes atos de vandalismo recíproco não devem ser analisados como motivados por fanatismo religioso, mas sim pelo desejo de erradicar evidências da presença do outro, uma vez que por exemplo os ataques de kosovares sérvios tiveram como alvo instituições de ambas as predominantes religiões entre kosovares

²⁷218 Mesquitas foram destruídas, 302 casas de Imans foram devastadas, 16 Imans foram mortos e 15 estavam desaparecidos ou presos após os ataques aéreos da OTAN em 1999 (ICG, 2001:14).

albaneses (islamismo e catolicismo). Também os principais movimentos e grupos beligerantes do conflito apresentam um teor claramente nacionalista e não religioso fundamentalista, como poderá ser analisado nas seguintes secções, evidenciando até tolerância religiosa entre os habitantes kosovares (Vickers: 2000:97). Para além disso, as comunidades religiosas no Kosovo têm mostrado maior predisposição em comunicar entre elas após o fim do conflito, do que outros sectores da sociedade (ICG, 2001). Tal como Vickers esclarece, as clivagens já existentes entre as comunidades no que diz respeito à religião, à linguagem, aos costumes foram de facto usurpadas e enfatizadas com o objetivo de exacerbar nacionalismos para que estes pudessem ser utilizados como “cortina de fumo” entre grupos e classes sociais (Vickers, 2000:97). Como se observará nas secções seguintes, esta “cortina de fumo” servirá o propósito de satisfazer o desejo de poder apresentado por Milošević.

2.2.2. Colonização ou ocupação? O espaço kosovar em disputa

No momento da chegada dos Otomanos ao território (final do século XIV), a demarcação religiosa entre albaneses católicos e sérvios ortodoxos já era óbvia, traçando uma fronteira invisível entre o norte albanês e o leste sérvio. Mas a tolerância religiosa era neste momento uma importante componente por parte dos habitantes do Kosovo que partilhavam uma cultura quase comum (Vickers, 2000:97). Mas no século XVIII, a política de tolerância religiosa otomana entra em declínio, promovendo, como resultado, a islamização a algumas partes do território Kosovar. Os albaneses foram o grupo mais disposto a converter-se ao Islão, acabando portanto por receber uma série de privilégios²⁸ negados aos restantes. Desta forma, os muçulmanos albaneses tornaram-se o grupo privilegiado assim como o dominante (Pavlović, 2005). Mas após a reconquista destes territórios pelos sérvios em 1912 – primeira guerra dos Balcãs, as vítimas da violência passam a ser os albaneses como forma de vingança em virtude de um passado sangrento comum e do qual foram alegadamente vítimas. Como tal durante esse período, não foram reconhecidos ao povo albanês quaisquer direitos enquanto minorias, vivendo sob clara dominação sérvia. Dando seguimento a uma lógica de

²⁸ Por privilégios entenda-se impostos mais baixos, detenção e reconhecimento de um estatuto superior e favorecimentos durante julgamentos em tribunal (Vickers, 2000:98).

ocupação estratégica, o governo sérvio procurou recolonizar a região do Kosovo, instalando milhares de colonos sérvios e montenegrinos na região (ambos os grupos falam sérvio).

Depois da Primeira Guerra Mundial e face ao colapso do Império Otomano, cerca de meio milhão de albaneses são incluídos, contra a sua vontade, no então recém-criado reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (Vickers, 2000:98). Durante a Segunda Guerra Mundial e sob a ocupação das forças do Eixo, os albaneses voltam a ser privilegiados, uma vez que uma grande parte do Kosovo é integrada na “grande Albânia”— projeto patrocinado pela Itália de Mussolini com o objetivo, entre outros, de enfraquecer a Jugoslávia²⁹. Consequentemente, sérvios e montenegrinos tornam-se o grupo vulnerável num ambiente de inferioridade, favorecendo assim a sua emigração e fuga em grande número (Moncada, 2001:62 e Pavlović, 2005:49).

O fim da Segunda Guerra Mundial e a conseqüente chegada de Tito à Jugoslávia trouxeram o início daquilo que viria a ser a efémera, mas tão desejada autonomia do Kosovo³⁰, primeiramente em 1969 e aumentando em 1974. Nesse ano, é instituída a Constituição Federal de 1974 através de Tito, passando o Kosovo a ter uma constituição assim como as mesmas instituições que as outras repúblicas: um governo e um parlamento próprios, um tribunal constitucional e representação em todas as instituições federais (Krieger, 2001:2-12). No entanto, aquilo que representava para os kosovares albaneses uma república *de facto*, não o era *de jure*, isto é, em termos federais o Kosovo funcionava como um Estado jugoslavo idêntico a todos os outros, mas na realidade não era considerado uma república (Pavlović, 2005:5). Era essencialmente um território “algures entre uma província autónoma e um estado-membro de uma federação” (Teodosijevic, Jasmina (1996) apud. Chomsky, 1999:45). No entanto, este pequeno avanço em termos de autonomia daquela que é a província kosovar, interpretada por Moncada como um processo de “discriminação positiva em favor dos kosovares” (Moncada, 2001:63), funcionou como um novo impulsionador de um poderoso movimento nacionalista albanês (Vickers, 2000:98). Neste momento e mais precisamente entre 1974 e 1981, o Kosovo vai passar por um processo de “albanização” ou seja, uma política de fomento da taxa de natalidade albanesa³¹. Depois deste momento,

²⁹ A Jugoslávia fora desde cedo, a grande rival de Roma no domínio do Adriático.

³⁰ Mas apenas para os kosovares albaneses.

³¹ Esta política de “albanização” foi resultado de uma decisão entre Tito e Enver Hoxha (líder albanês) com vista a uma aproximação táctica entre ambos os territórios de forma a prevenir uma eventual invasão soviética (Moncada, 2001:63). Pretendia-se o aumento significativo do número de albaneses para conseguir uma efetiva

tornam-se praticamente independentes da república da Sérvia, sendo o poder regional transferido para a direção albanesa do Partido local. É também a partir de 1974 que a existência de dois modos de vida sociais e culturais paralelos entre albaneses e sérvios vai ser mais clara, ainda que a convivência entre ambos seja relativamente pacífica.³² Estes modos de vidas paralelas duraram séculos e permaneceram durante o período Comunista como resultado de políticas da Liga Comunista Jugoslava (LCM) cujo intuito era o de criar e manter instituições separadas com base na etnia – albanesa ou sérvia, de forma a evitar a preponderância da Sérvia (Pavlović, 2005 e Janjić, 2005:290). É mais ou menos a partir deste momento, e com maior ênfase durante a década de 80, que a comunidade sérvia no Kosovo inicia uma onda de queixas³³ e reivindicações contra os kosovares albaneses contribuindo para que o número de sérvios a abandonar o Kosovo fosse cada vez maior. É importante ter em conta que embora vivendo no mesmo território, albaneses e sérvios nunca foram incentivados a criar uma sociedade multiétnica com instituições estáveis e duradouras (Pavlović, 2005:50).

A morte de Tito em 1980 e a desintegração da Jugoslávia vêm fortalecer alguns movimentos de teor nacionalista. Neste momento e mais precisamente na sequência dos acontecimentos de 1981³⁴, o surgimento de um conflito aberto entre k-sérvios e k-albaneses torna-se eminente (Vickers, 2000:99). De facto, e ainda que a emigração kosovar fosse algo comum tanto entre albaneses como entre sérvios devido à pobreza do país (o Kosovo era a região mais pobre e menos desenvolvida da Jugoslávia, assim como a região com a maior taxa de desemprego), o número de albaneses a abandonar o Kosovo era muito menor que o de sérvios, mostrando efetivamente um ambiente de insegurança para estes últimos. Paralelamente, o número de detenções de albaneses acusados de separatismo aumenta, levando ao surgimento de diversas manifestações assim como a um grande número de mortos (Garde, 1991:232-235).

alteração do desenho demográfico do Kosovo. A taxa de natalidade albanesa no Kosovo era assim de 26 per 100 em 1979 (Pavlović, 2005).

³² É importante lembrar que anteriormente a este pacifismo e até 1966 os albaneses sofreram várias formas de pressão política e social, tornam-se um grupo altamente ostracizado: muitos são expulsos, presos e até mortos.

³³ As queixas de sérvios contra os albaneses relacionavam-se com a morte de gado, a destruição das produções agrícolas, ameaças, obrigação de vender produtos a baixo custo e a emigração forçada. Também se falava em homicídios e violações sempre cometidas por albaneses contra sérvios.

³⁴ Ver página 12.

Tal como Paul Garde evidencia, a violência é cometida por ambos os grupos. No entanto, a violência sérvia acaba por se institucionalizar através do aparato policial e militar do Estado, tornando-se permanente desde cedo – a partir de 1945. Contrariamente, a violência levada a cabo por albaneses apresenta um carácter polarizado, resultando de comportamentos individuais, ainda assim é difusa e constante (1992:235). Também Pavlović (2005) clarifica uma questão fundamental ao longo desta interpretação histórica: os kosovares albaneses nunca detiveram o poder exclusivo do Estado assim como em nenhuma fase da história tiveram o monopólio legítimo de uso da força. Durante as décadas de 70 e 80, grande parte das manifestações levadas a cabo por albaneses no Kosovo tinha como principal mote a reivindicação do estatuto do Kosovo, ou seja, o abandono do estatuto de província autónoma e adoção do estatuto de República do quadro da federação jugoslava, igualdade relativamente às restantes repúblicas e por isso a independência. Já a exigência por parte dos sérvios ia, como seria de esperar, no sentido contrário a estes últimos, pretendendo a reintegração do Kosovo na república da Sérvia (Garde, 1992:237).

2.2.2. A Revolução de 1981 e o exacerbar do nacionalismo sérvio: a Revolução Cultural Sérvia

Em 1981 iniciam-se grandes manifestações no Kosovo. A primeira é realizada pelos estudantes da Universidade de Pristina, pretendendo demonstrar a frustração e preocupação em relação a algumas questões muito particulares: o desemprego e a incapacidade do Estado Federal em reconhecer o crescente número de alunos no ensino superior no Kosovo. Esta manifestação rapidamente cresceu, alastrando-se a todos os estudantes do Kosovo e provocando o surgimento de diversas outras manifestações em toda a província. Porém, as reivindicações rapidamente se alteraram, passando a ser: a criação de uma república do Kosovo, a partir deste momento este passou a ser o maior problema do Kosovo. Apontadas pela Liga Comunista Jugoslava como “comportamentos agressivos, cruéis e implacáveis” (Pavlović, 2005: 61), estas manifestações geravam receio de que pudessem constituir uma ameaça à integridade territorial da Jugoslávia. Cerca de 200 pessoas foram presas na manifestação e a partir deste momento os kosovares albaneses passariam a ser o maior número de presos políticos na Jugoslávia. Ainda assim, a grande maioria das organizações defensoras do nacionalismo albanês ou da independência do Kosovo foram formadas após

as manifestações. As autoridades da Jugoslávia identificaram estes movimentos como contrarrevolucionários e a Sérvia caracterizou-os como uma ameaça étnica que promoveu o surgimento do nacionalismo sérvio. A migração sérvia passou, a partir desse momento, a ser o símbolo da vitimização sérvia por parte de albaneses kosovares (Pavlović, 2005:62-65). É então a partir das manifestações de 1981 que o nacionalismo kosovar albanês se vai fazer sentir nas fronteiras jugoslavas, levando assim ao surgimento de uma forte repressão sérvia neste mesmo território. Entre 1986 e 1989, a Sérvia vai pôr em prática a sua revolução cultural, publicando assim o *Memorando*³⁵. Nesse documento argumenta-se que os sérvios kosovares estão a ser vítimas de um “genocídio físico, político, legal e cultural” (Memorandum, 1986 *apud* Pavlović, 2005:64). Para além de criticar a autonomia do Kosovo, Milošević vai, através dos meios de informação (televisão, rádio e jornais) desenvolver uma estratégia de propaganda contra os albaneses, condenando os ataques de que os sérvios haviam sido vítimas no Kosovo. Muito rapidamente surge uma vaga de união, solidariedade e responsabilidade do povo Sérvio. O crescimento do nacionalismo sérvio vai ser exponencial, apoiado pela igreja ortodoxa durante a fase inicial da propaganda. A partir de 1987, Milošević vai procurar organizar manifestações de teor nacionalista e após ter conseguido juntar milhares de pessoas em diversas dessas manifestações inicia-se uma fase de afastamento e expulsão de diversos dirigentes albaneses. É rapidamente posta em prática uma política de diferenciação afastando assim todos os “obstáculos” à política nacionalista de Milošević que através de uma “psicologia de massas” funcionaria como potenciadora do nacionalismo sérvio e do ódio aos albaneses. Esta política vai ser posta em prática através de uma propaganda feita nas televisões, na imprensa e até em discursos oficiais (Garde, 1992:255-258). Este sentimento atinge os sérvios onde quer que se encontrem e, em 1988, quatro das oito identidades federais – Sérvia, Vojvodina, Kosovo e Montenegro, apoiam Milošević e como tal, metade dos assentos da presidência federal passam para as mãos da Sérvia. Neste momento são expulsos cerca de 150 mil Kosovares Albaneses dos seus empregos maioritariamente na polícia, educação e instituições estatais (Dugoli e Agimi, 2008). As manifestações alastram-se também na Bósnia e Croácia, onde habita uma minoria sérvia, conduzindo à formação de tensões étnicas em todas as repúblicas. Durante este período, um novo processo de recolonização do Kosovo por parte de sérvios marcou

³⁵ O *Memorando* foi um documento desenvolvido e escrito pela Academia Nacional Sérvia de Artes e Ciências, nele argumenta-se a “sistemática discriminação contra sérvios e a Sérvia na Jugoslávia” Pavlović, 2005:63).

presença na agenda de Milošević. O incentivo à imigração sérvia para o Kosovo e à emigração albanesa eram, de facto, marcantes tornando-se oficial a marginalização do povo albanês (Garde, 1992:260). Em 1989, Milošević põe fim à autonomia das províncias reunificando assim o território da Sérvia, pondo fim ao funcionamento do governo e do parlamento do Kosovo, passando também deter a direção da rádio e da televisão albanesa e proibindo os jornais de língua albanesa. Segue-se uma onda grevista por parte da população albanesa em todo o território do Kosovo (Garde, 1992:259).

Ao fim de três anos de “revolução cultural”, a presença do bloco sérvio pela mão de Milošević no centro da federação veio alterar o legado de equilíbrio e unidade deixado por Tito, promovendo a sobreposição da nacionalidade sérvia sobre as restantes. Neste momento, as violações de direitos humanos no Kosovo ganham a atenção da comunidade internacional e nesse sentido, ainda que sofrendo ameaças relativamente ao corte da ajuda norte-americana à Jugoslávia, a Sérvia continua o seu projeto: põe fim à autonomia da minoria albanesa e recusando qualquer diálogo, reforça a repressão contra os albaneses do Kosovo (Garde, 1992:288). Gradualmente é possível perceber que a tentativa de “irmandade e união” patrocinada por Tito não passa de um efêmero projeto na história da Jugoslávia.

2.2.3. Reação do Kosovo: identidades políticas paralelas no Kosovo

Após uma reunião entre deputados albaneses e organizada por estes a 2 de Julho de 1990 é proclamada a República do Kosovo (Garde, 1992:287), e entre 26 a 30 de Setembro de 1991 realiza-se um referendo que aprova a independência da República³⁶. Segue-se assim um ano depois, a eleição do presidente do governo³⁷ – Ibrahim Rugova, líder da Liga Democrática do Kosovo (LDK³⁸), mais tarde conhecido pela sua política de resistência passiva (O’Neill, 2002:22). É importante reconhecer que a realização de todas estas atividades aconteceram sempre numa lógica clandestina, dando assim continuidade à dinâmica kosovar associada ao paralelismo político no Kosovo, defendido por Tito como forma de prevenir a preponderância sérvia (Janjić, 2005:283). Este paralelismo rapidamente encontrou lugar no

³⁶ 87% do eleitorado participou, cerca de 900 mil pessoas sendo que 99% votou a favor da independência da “República do Kosovo” (Refworld, 1992).

³⁷ Este governo clandestino apenas era reconhecido por um país: a Albânia.

³⁸ Em Albanês LDK: Lidhja Demokratike e Kosovës

governo clandestino de Rugova, transplantando-se para outras esferas da sociedade albanesa kosovar, incluindo-se a criação de escolas e hospitais que funcionavam em instalações privadas. O mesmo se passava ao nível da imprensa e editoras, assim como do sistema de administração da justiça, finanças e saneamento básico que foram desenvolvidos de forma paralela. Pretendia-se, a todo o custo, lutar contra o monopólio sérvio, boicotando-se os actos eleitorais da Federação Jugoslava e recusando-se os pagamentos de qualquer tipo de imposto ou taxa a Belgrado (Moncada, 2001:66). Foi igualmente instituída uma “taxa de solidariedade” a todos os kosovares inclusivamente à diáspora, de forma a subsidiar o governo de Rugova, mas pretendia-se acima de tudo internacionalizar a questão problemática que caracterizava o Kosovo. No seguimento destas políticas kosovares albanesas, a respostas por parte da Sérvia não se fez esperar. Apresentando uma postura mais agressiva, adquirindo carácter daquilo a que os kosovares albaneses viriam a chamar de “purificação étnica silenciosa” (Byrne et al., 1995)³⁹, as rusgas, apreensões de armas ilegais assim como o incentivo à emigração albanesa eram utilizadas como táticas de intimidação. No verão de 1992, sérvios e albaneses viviam num verdadeiro clima de *apartheid* e de hostilidades, sem qualquer comunicação entre as comunidades (Janjić, 2005:288), revelando assim o carácter sintomático e quase eminente de um conflito entre as duas etnias.

2.3. Primeiros passos de um conflito armado

Ainda que os primeiros passos da construção de rivalidades e ódios tenham sidos dados desde muito cedo na história da Jugoslávia, o tiro de partida para conflito armado viria a ser dado em 1993 aquando da formação do Exército de Libertação do Kosovo (ELK⁴⁰). No entanto, foram diversos os fatores catalisadores do conflito. Por um lado, a vizinha Albânia trouxera as condições ideais para a formação de uma guerrilha armada kosovar⁴¹, por outro,

³⁹ Para mais informações acerca desta questão ver o relatório “Gender, conflict and development: Volume II” disponível em <http://www.bridge.ids.ac.uk/sites/bridge.ids.ac.uk/files/reports/re35c.pdf>.

⁴⁰ UÇK em Albanês: Ushtria Çlirimtare e Kosovës.

⁴¹ Entre 1993 e 1997 alguns membros do ELK receberam treino militares em campos secretos na Albânia, paralelamente, em 1997 a pirâmide financeira Albanesa desmoronou-se levando ao colapso económico-financeiro do país, desesperadas milhares de pessoas invadiram os depósitos de armas do exército e da polícia. Muito rapidamente milhares de armas e munições invadiram o mercado albanês, sendo nesse sentido mais tarde compradas a baixo custo por membros do ELK (O’Neill, 2002:23 e Janjić, 2005:291).

as decepções trazidas em 1995 pelos Acordos de Dayton⁴² que não fizera referência ao caso do Kosovo, trouxeram o sentimento de que a resistência kosovar albanesa teria de ser feita pela força das armas e não através de uma estratégia de resistência passiva e pacífica utilizada até então e defendida por Rugova (Janjić, 2005:292 e Thaqi, 2000:190). Também o desinteresse por parte da comunidade internacional era óbvio, ignorando a questão da autodeterminação do Kosovo através do argumento de que este problema fazia parte das questões internas da Jugoslávia (Vickers, 2000:99). Mas partir desse momento, kosovares albaneses iriam lutar pela sua independência. Estavam então criadas as condições para o início das ofensivas entre albaneses e sérvios. O ELK crescera rapidamente, tornando-se a partir da primavera de 1996, mais comuns e coordenados os ataques a polícias sérvio. Neste contexto também o número de civis mortos aumenta. Subitamente, a guerra no Kosovo tornara-se uma possibilidade, expondo os receios das potências ocidentais, nomeadamente aos Estados Unidos da América (EUA) que em 1992 pelas palavras de George Bush, prometera apoio militar na eventualidade de um conflito causado pela Sérvia (O'Neill, 2002:23). No verão de 1998, as tensões aumentam e face ao ataque das forças sérvias ao ELK: militares sérvios invadem e destroem aldeias inteiras. Surgem as primeiras vagas de deslocados albaneses e neste seguimento as tentativas de conversações entre os albaneses e Milošević, pressionados pelo Ocidente, falham e os ataques entre os dois grupos continuam afetando também inúmeros civis.

Face a uma impossibilidade de negociação entre as duas facções, a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) ameaça Milošević com ofensivas aéreas se os ataques contra civis não pararem. Nesse sentido, e tendo em conta os acordos de Outubro de 1998, Milošević aceita retirar a maioria das suas forças armadas do território kosovar assim como aceita a presença de 2000 inspetores internacionais desarmados sob alçada da missão *Kosovo Verification Mission* (KVM) (O'Neill, 2002:24). Estabelecida em Outubro de 1998 pela Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE), a KVM tinha como objetivo monitorizar o cumprimento da Resolução do CSNU 1199⁴³. Nesse sentido, foram

⁴² Os Acordos de Dayton correspondem aos acordos de paz assinados em 1995 entre os representantes da Bósnia-Herzegovina, da Croácia e da Sérvia como o objetivo último de pôr um fim ao conflito armado na Bósnia. Para mais informações ver “The Situation in Bosnia And Herzegovina” http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/BA_951121_DaytonAgreement.pdf.

⁴³ A Resolução do CSNU 1199 apela ao imediato cessar-fogo e à retirada das forças militares e de segurança utilizadas na repressão de civis (S/RES/1199 (1998)).

realizados relatórios diários e semanais assim como entrevistas a refugiados, nos quais foi possível observar a existência de uma clara e organizada campanha levada a cabo pelas forças sérvias cujo objetivo era o de intimidar a população albanesa. Acreditava-se também que Milošević tinha como plano expulsar esta mesma população – operação *Horseshoe* (Gow, 2005: 311). As forças de Belgrado continuavam a chamar a atenção internacional e a ser alvo de críticas: acusada, para além dos diversos massacres, de originar grandes fluxos de refugiados chegaram aos 300 mil no ano de 1998 (Gow, 2005:305-308).

A 6 de Fevereiro de 1999 deu-se o início de uma série de conversações organizadas e desenhadas pela OTAN, cujo objetivo último seria um Acordo de paz entre a então Jugoslávia (autoridades sérvias) e os kosovares albaneses, sendo para isso necessário pôr fim à campanha sérvia contra o ELK e contra a população albanesa em geral. Pretendia-se acima de tudo o fim da violência no Kosovo e o retorno pacífico dos refugiados e deslocados. Estas conversações tiveram lugar no Castelo de Rambouillet, ficando assim conhecidos como os Acordos de Rambouillet. Após sucessivas alterações exigidas por parte dos albaneses kosovares que insistiam na inclusão de um referendo de independência face à Sérvia, o Acordo de Paz pretendido pela ala ocidental oferecia autonomia ao Kosovo – fazia numa referência à alteração do seu estatuto político, sem qualquer dependência à Sérvia, assim como pretendia livre acesso da OTAN ao território, caso não aceitasse, a Sérvia seria bombardeada. Nas palavras de Holbrooke – diplomata norte-americano que participou nas conversações: “Foi-me pedido que voltasse atrás e que desse a Milošević uma mensagem muito clara de que se ele não aceitasse os acordos de Rambouillet, nós bombardearíamos”⁴⁴. Mas a Sérvia de Milošević não aceitara o acordo proposto (Gow, 2005:308-334).

Os ataques continuavam cada vez mais intensos: aldeias inteiras eram bombardeadas ou então diretamente arrasadas enquanto unidades mais pequenas perseguiram e matavam, violavam a torturaram civis. Os actos de barbárie visíveis pelos massacres em massa tornavam a política de limpeza étnica de Milošević cada vez mais real, com ela pretendia-se essencialmente afastar agressivamente os grupos populacionais que pudessem servir para a formação de bolsas de violência política e militar contra a Sérvia (Gow, 2005:215 e O’Neill, 2002:26-29). É no entanto fundamental realçar que a violência também era cometida pelo

⁴⁴ Tradução livre da autora. No original: “I was asked to go back and to give Milošević a very clear message that if he didn’t accept the Rambouillet agreements, we would bomb” Gow, 2005:333

ELK contra sérvios, outras minorias assim como contra albaneses suspeitos de colaborar com o regime sérvio (O'Neill, 2002:27). Em Março de 1999, a KVM é evacuada e no dia 24 desse mesmo mês, face à não-aceitação dos acordos de paz de Rambouillet por parte da Sérvia e face à contínua estratégia de limpeza étnica e violência também levada a cabo pela Sérvia, a OTAN dá início à sua campanha de bombardeamento⁴⁵. É fundamental deixar claro que durante os bombardeamentos, a limpeza étnica se intensificou (artigo 5, da dimensão psicossocial – prático).

2.3.1. O fim da guerra e a Resolução 1244

Após 78 dias de bombardeamento aéreo – de 24 de Março de 1999 a 8 de Junho, a campanha também ela de terror⁴⁶ da OTAN chega ao seu fim, culminado com a aceitação por parte da Sérvia de um Acordo de Paz apresentado pelo G7 e a Rússia e assinando o Acordo Técnico-Militar com o Kosovo Force (KFOR) (Chomsky, 2001:14 e Jürgen, 2005).

Baseados nos Acordos de Rambouillet⁴⁷, os princípios básicos deste acordo de paz estavam incluídos na Resolução do Conselho de Segurança 1244. Esta torna-se a partir desse instante, a linha de orientação da governação política do Kosovo e nela afirma-se a necessidade de uma “presença de segurança internacional”, autorizando a presença da OTAN no terreno – KFOR, assim como de uma “presença civil internacional” através das Nações Unidas e neste caso particular a UNMIK (S/RES/1244, 1999).

⁴⁵ Os ataques militares aéreos da OTAN não foram autorizados pelas NU, foi por isso a primeira vez que a organização utilizou a sua força militar sem a autorização do CS. Neste sentido, são mais do que diversos, os debates em torno da legalidade vs moralidade da intervenção militar da OTAN no caso particular da Jugoslávia (Sérvia e Kosovo), no entanto ainda que relevantes, estas questões não serão debatidas ao longo deste trabalho. Para mais informações ver Buckley, 2000: 221-333-356-435.

⁴⁶ Ainda que não sendo questão para debate neste trabalho, é importante referir que a intervenção da OTAN trouxe desastrosas consequências para o conflito, nomeadamente o ataque a edifícios civis assim como a morte de cerca de 500 civis (Gow, 2005:320).

⁴⁷ Datados de 15 de Janeiro de 1999 os acordos de Rambouillet reuniram em solo francês representantes dos EUA, Reino Unido, Alemanha, França, Itália e Rússia com o objetivo de fornecer uma solução política à crise do Kosovo. Nestes acordos, pretendia-se o fim da violência no Kosovo, assim como o retorno dos refugiados e deslocados. Finalmente, apelou-se à adoção de uma nova constituição para o Kosovo respeitando a integridade territorial da Jugoslávia e estabelecendo paralelamente, os princípios de um auto-governo democrático durante três anos até a determinação do estatuto futuro do Kosovo. Ainda que o acordo não tenha sido assinado, serviu de base para criação da Resolução do CSNU 1244 (S/1999648 e Le Monde Diplomatique, s.d.). Para mais informações ver: <http://www.monde-diplomatique.fr/cahier/kosovo/rambouillet>.

2.3.2. O pós-conflito no terreno

O conflito armado entre o exército jugoslavo e as forças albanesas assim como a consequente intervenção aérea da OTAN haviam fragilizado significativamente a situação humanitária no Kosovo. Dos cerca de 1.7 milhões de habitantes, 800 mil encontravam-se refugiados em países vizinhos – Albânia, a ex-república Jugoslava da Macedónia e Montenegro, e cerca de 500 mil estavam internamente deslocados (Jürgen, 2005). Muitas destas pessoas refugiadas ou deslocadas vivenciaram experiências de trauma psicológico assim como de violações físicas (Neethling, 2010). A questão da segurança no imediato momento a seguir à retirada das forças jugoslavas foi marcada pela confusão e pelo vazio, um vácuo que por algum motivo não fora esperado pela OTAN⁴⁸. Neste vácuo de insegurança, novos surtos de violência surgiram com enorme facilidade. E desta vez, o desejo de vingança partia da comunidade albanesa levando à pilhagem, à expropriação forçada ou até à morte de sérvios (Jürgen, 2005), como resultado cerca de 230 mil sérvios procuraram refúgio fora do Kosovo (Bernabéu, 2007). A comunidade sérvia, maior minoria no Kosovo não era o único alvo. O ambiente hostil entre albaneses que representavam quase 90% da população e os sérvios e outras minorias (Ciganos, Ashkali, Egípcios, Bósnios e Gonari) chegava a dividir cidades inteiras através de linhas étnicas. Para além disso, em conjunto com a guerra, a herança de cinco décadas de comunismo e dez anos de um sistema virtual de *apartheid* trouxera o verdadeiro caos à situação social, política e económica esta última marcada pela completa ausência de investimento e finanças (Yannis, 2001). O pós-guerra no Kosovo trazia assim a certeza de que a violência não tinha chegado ao fim e que o caminho a percorrer para a construção da paz iria ser algo moroso. Foi precisamente este contexto de vazio que trouxera a necessidade do surgimento de um novo modelo de *peacekeeping* – manutenção da paz, que através da forte presença da OTAN se tornara numa missão sem precedentes e a que que muitos apelidaram de “novo humanitarismo militar” (Chomsky, 2001:13) ou ainda um “modelo de governação internacional *sui generis* numa sociedade pós-conflito”⁴⁹.

⁴⁸ O exato momento entre a saída das forças sérvias do território e a entrada e instalação da administração internacional (que levou meses) foi marcada por um vazio temporal e um “vácuo sem autoridade” que rapidamente foi preenchido pela institucionalização da atividade criminal (Yannis, 2001).

⁴⁹ Tradução livre da autora. No original “(...) a *sui generis* model of international governance with a post-conflict society” (Reka, 2004).

2.3.3. Quadro de intervenção da ONU

As linhas orientadoras daquele que seria o processo de (re)construção política no Kosovo encontravam-se delineadas na Resolução 1244 que ao estabelecer a presença da UNMIK assim como o apoio do Kosovo Force (KFOR), promoveu um novo modelo de governação internacional. Este carácter inovador foi trazido em grande medida pela ideia de que esta era a “maior e mais desafiadora missão da ONU no campo da administração territorial”⁵⁰, ainda que a Resolução não o mencionasse, pretendia-se acima de tudo a criação de um protetorado no Kosovo. Em conjunto, a UNMIK e o KFOR passariam a desempenhar as funções de um verdadeiro Estado criando um novo modelo de governação internacional assim como uma democracia internacionalmente dirigida (Reka, 2004). No entanto, a resolução apresentava deficiências e também contradições que trouxeram dificuldades desde o primeiro momento à UNMIK e ao KFOR (Yannis, 2001). A mais marcante era sem dúvida, a incerteza quanto ao futuro estatuto político do Kosovo. Desta incerteza, qualquer decisão tomada pelos administradores internacionais poderia ser interpretada como pretendendo promover quer a independência do Kosovo quer o regresso à administração sérvia. Se para uns – albaneses-, o medo se traduzia numa nova ocupação sérvia (uma vez que a soberania da Jugoslávia se mantinha intacta) para outros – sérvios-, o importante era procurar não cooperar com as forças da UNMIK ou KFOR uma vez que o Kosovo ainda pertencia à Sérvia (O’Neill, 2002:30). Mas também o apelo à “substancial autonomia e significativa autoadministração do Kosovo” (S/RES/1244, 1999: §11a) presentes da resolução mostravam ser questões de muito pouca clareza para ambas as comunidades sérvias ou albanesas. Ninguém sabia de facto o que significavam estes termos na prática (O’Neill, 2002: 30), mas o que a resolução deixava claro era a soberania e integridade territorial da República Federal da Jugoslávia: “a população do Kosovo pode gozar de uma substancial autonomia no quadro da República Federal da Jugoslávia⁵¹”, algo que facilmente era interpretado pelas comunidades como contraditório. Este carácter dúbio quanto ao estatuto político do território materializou-se na deficiência do funcionamento da UNMIK que contrastava com as aspirações da grande maioria da população – a independência do Kosovo (Yannis, 2001).

⁵⁰ Tradução livre da autora. No original “the largest and most challenging mission of the United Nations in the field of territorial administration” (Zimmermann e Stahn, 2001 apud. Reka, 2004).

⁵¹ Tradução livre da autora. No original “people of Kosovo can enjoy substantial autonomy within the Federal Republic of Yugoslavia” (S/RES/1244, 1999: Annex 2: §5).

Enquanto linha da orientação política no pós-guerra, a resolução faz o apelo ao fim imediato da violência, à rápida retirada das forças militares, policiais e paramilitares jugoslavas assim como ao retorno pacífico de deslocados e refugiados (RCSNU 1244, 1999:1), no entanto e tal como O'Neill identifica, não existe qualquer referência à protecção de minorias ou à promoção da multietnicidade (O'Neill, 2002:31). E no entanto, foram precisamente as minorias étnicas, os principais alvos dos ataques por parte de kosovares albaneses. Talvez a menção desta questão na resolução, que representou um dos maiores problemas humanitários do pós-guerra (Hehir, 2006), pudesse ter preparado o KFOR e prevenido a morte ou o êxodo de milhares de kosovares não albaneses⁵² assim como a divisão de cidades por linhas étnicas⁵³. Apesar destas deficiências salientes nos momentos iniciais, a resolução 1244 pretendia fornecer uma administração transitória assim como o estabelecimento e supervisão do desenvolvimento de instituições democráticas temporárias (S/RES/1244, 1999: §10). Num momento posterior, as Nações Unidas transfeririam a responsabilidade administrativa às instituições locais assim que estas estivessem preparadas para funcionar (O'Neill, 2022:31). A UNMIK estava igualmente encarregue de manter a lei e a ordem, estabelecendo por isso forças policiais através da presença internacional, promovendo e protegendo os direitos humanos (S/RES/1244, 1999: §11: i, j). Paralelamente exigia a desmilitarização do ELK e de outros grupos armados albaneses assim como o fim imediato às ofensivas (S/RES/1244, 1999: §15). Finalmente, saudou a ajuda da UE e de outras organizações internacionais no desenvolvimento de plano com fim ao desenvolvimento económico e à estabilização da região (S/RES/1244, 1999: §17).

2.3.4. O fim do conflito e a corrida ao Kosovo

O fim formal do conflito armado no Kosovo mostrou ser uma verdadeira corrida ao terreno por parte das organizações e agências internacionais. De repente, diversos fundos e oportunidades de carreira se encontravam ali disponíveis e acessíveis (O'Neill, 2002:32).

⁵² Segundo um relatório de 2003 realizado pelo Ministério Sérvio da Administração Interna baseado em dados da Cruz Vermelha, da ONU e do Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia, 1,192 sérvios e 593 kosovares de outras etnias que não a albanesa perderam a vida desde a chegada da OTAN em Junho de 1999 (Hehir, 2006).

⁵³ Mitrovicë/Mitrovica, é atualmente o símbolo da cisão étnica entre kosovares albaneses e kosovares sérvios.

No entanto, as dificuldades expressas na Resolução 1244, rapidamente tomaram dimensões perturbantes no terreno. O dissenso entre as comunidades espelhava a igual falta de consenso internacional acerca do estatuto final do Kosovo. Tal como Yannis identifica, a Resolução mostrava ser “produto de um único e efêmero consenso internacional sobre como pôr um fim ao imprevisível confronto entre a OTAN e a Jugoslávia⁵⁴”. O acordo que dera lugar à resolução apresentava três objetivos muito claros: o fim da campanha aérea da OTAN assim como da limpeza étnica contra kosovares albaneses e o estabelecimento de bases para a formação de uma solução política. Ainda que o primeiro objetivo fosse atingido e o segundo apenas parcialmente – uma vez que a violência continuava mas desta vez de kosovares albaneses contra as minorias, o terceiro colocava a resolução numa zona de frágil equilíbrio. Para além disso, o principal responsável pela limpeza étnica – o regime de Milošević, ainda se encontrava em funcionamento, mostrando quão pouco credível e eficaz se poderia tornar a Resolução do outro lado da fronteira. É neste contexto importante conhecer as principais características dos principais atores internacionais presentes no terreno: KFOR e UNMIK (United Nations Mission in Kosovo).

a) A KFOR

É igualmente a resolução 1244, mais particularmente ao longo do Anexo 2, que estipula a presença da OTAN enquanto força de manutenção da paz (S/RES/1244, 1999: Annex 2) “composta por 16 mil efetivos de 32 países” (Gomes, 2011). O seu mandato de *peace enforcement* – pressupõe a imposição do cessar-fogo e de desmilitarização do ELK, colocando o KFOR no quadro de uma missão de manutenção de paz – *peacekeeping*. Entre as suas principais tarefas encontram-se o desmantelamento de novas hostilidades, assegurar o retorno seguro dos refugiados assim como o acesso à ajuda humanitária e por fim, a remoção de minas e controlo de fronteiras. À responsabilidade do KFOR também está estipulada a protecção e segurança da UNMIK assim como de outras organizações internacionais (Friedrich, 2004). No imediato pós-guerra, o mandato do KFOR era então

⁵⁴ Tradução livre da autora. No original: “Resolution 1244 was the product of a unique and, perhaps, fleeting international consensus on how to exit the increasingly unpredictable militar confrontation between NATO and Yugoslavia.” (Yannis, 2001).

uma das mais robustas funções no quadro daquela que é uma missão de imposição da paz: eliminar o ciclo de violência do Kosovo (Neethling, 2010).

b) A UNMIK

Com uma estrutura particularmente inovadora e associada a uma panóplia de tarefas, a UNMIK apresenta-se como uma missão sem precedentes dentro daquele que é o habitual funcionamento da ONU (Friedrich, 2004). De forma a lidar com essas mesmas tarefas e a coordenar diferentes organizações e agências internacionais, a UNMIK funciona numa estrutura de quatro pilares correspondendo cada um a diferentes áreas e tarefas. A cada pilar estava subjacente uma organização internacional: NU, Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), OSCE e UE, sendo que em conjunto, os quatro pilares são comandados e supervisionados pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas (RESG) – a mais alta autoridade nomeado pelo SG das NU. Como tal, o Kosovo passa a ser “temporariamente” administrado pela ONU, sub-administrado pela EU, a OSCE e pelo ACNUR (Reka, 2004 e Bernabéu, 2007). Numa fase inicial e mais especificamente durante o período de estado de emergência (até Junho de 2000), o planeamento e o fornecimento da assistência humanitária funcionava ao abrigo da missão do ACNUR (antigo pilar I). Já o estabelecimento da administração civil interina (Pilar II) assim como a administração da polícia e justiça (Pilar I, desde 2001) correspondiam à lista de competências e responsabilidades das NU. Através do Pilar III, a construção de instituições assim como o processo de democratização estavam a cargo da OSCE. E finalmente no Pilar IV, as tarefas de reconstrução da economia e de infraestruturas funcionavam sob alçada da UE (Reka, 2004 e Friedrich, 2004). Em conjunto, estas quatro organizações representam o Comité Executivo da UNMIK sob a liderança das NU. Tal como referido anteriormente, o principal objetivo a longo-prazo da UNMIK é o estabelecimento de uma “substancial autonomia e significativa autoadministração do Kosovo” (S/RES/1244, 1999: §11a). Sendo que a curto prazo a mais importante necessidade era o restabelecimento da ordem no território (Neethling, 2010). Também se pretendia o desenvolvimento de instituições para um governo autónomo e democrático assim como a organização e realização de eleições acompanhadas pela posterior transferência de responsabilidades administrativas. Formatam-se assim as linhas orientadoras da matriz política a ser instalada no Kosovo. Desse modo, tal como evidenciado na Resolução 1244 (S/RES/1244, 1999: §11e), prevê-se a facilitação do

processo de identificação do estatuto final do Kosovo por parte da UNMIK. Neste seguimento, a missão apresenta a responsabilidade de fiscalizar a transferência final de autoridade para as instituições estabelecidas no acordo final (Friedrich, 2004:238)⁵⁵. É precisamente esta dimensão de formatação e construção política através de uma “estrutura paralela não hierárquica” entre o KFOR e a UNMIK (Friedrich, 2004) que traz diversidade no processo de paz utilizado no momento do pós-conflito no caso do Kosovo. Se por um lado, a KFOR pode ser apresentada através de uma missão de manutenção da paz caracterizada pela imposição militar da paz, por outro a UNMIK apresenta um carácter de consolidação da paz – *peacebuilding*. Neste sentido, esta característica de reconstrução política – realização de eleições e tentativa de definição do estatuto final, permitem identificar esta missão como uma de consolidação da paz.

2.3.5. Mitrovicë/Mitrovica: o legado da cisão entre as comunidades albanesa e sérvia

Até 2008 o território do Kosovo permaneceu profundamente marcado pela existência de instituições e estruturas Estatais paralelas. Para além de um legado daquilo que já analisámos ser a política Titista como forma de prevenir a preponderância de uma comunidade ou república face às outras, estes paralelismos sociais são igualmente resposta da negligência de governantes e de uma administração internacional mas também a falta de iniciativas eficientes no que diz respeito a políticas de não-discriminação e de reconciliação (Montanaro, 2009: 11).

⁵⁵ São então definidas cinco fases de atuação dentro daquilo que é a estratégia de consolidação política da UNMIK. A primeira tem como objetivo o estabelecimento e consolidação da autoridade da UNMIK, sendo que após a restauração da estabilidade no território, a segunda fase foca-se na administração de serviços e utilidades sociais, assim como a consolidação do Estado de direito. Numa terceira fase pretende-se a preparação e realização de eleições. Na quarta fase, a UNMIK tem como função supervisionar as funções dos representantes eleitos nos seus esforços para organizar e estabelecer instituições provisórias para um autogoverno autónomo e democrático: são elas a assembleia, o presidente do Kosovo, Governo, tribunais (UNMIK, 2001). A quinta e última fase depende do estabelecimento do estatuto final sendo que deve também supervisionar a transferência de autoridade das instituições provisórias kosovares para instituições estabelecidas em termos do definido no acordo político (Neethling, 2010).

Um símbolo desses paralelismos assim como da constante cisão entre k-albaneses e k-sérvios é a cidade de Mitrovicë/Mitrovica. Dividida pelo rio Ibar, esta cidade estabelece a divisão *de facto* entre k-albaneses a sul e k-sérvios a norte, em resultado disso, região a norte do rio encontra-se marcada pela preponderante presença sérvia visível nas suas municipalidades⁵⁶. Nela k-sérvios

também procuraram desenvolver o seu sistema de governação paralelo, mantendo não só a moeda sérvia – dinar, assim como mantendo a forte presença de Belgrado no controlo de hospitais, universidade, escolas assim como o programa escolar, sistema judicial, social e de saúde, tal como a assembleia local. Ainda que o norte do Kosovo seja parte integrante do território, a administração internacional nunca conseguiu controlar completamente a região permanecendo até os dias de hoje sob influência sérvia (Montanaro, 2009: 12; Choedon, 2010 :52; Jenne, 2009:282).

A divisão remonta a 1999, aquando

do ataque aéreo da OTAN. Durante esse período forças de segurança sérvia expulsaram a maioria da população albanesa do norte da cidade e desde então, o retorno da comunidade e instituições albanesas tem sido contido pelas forças k-sérvias, para além disso o acesso da UNMIK e esta zona apenas era permitido na presença de membros da UNMIK maioritariamente k-sérvios. No ano 2000, o surgimento de novos surtos de violência levou à migração da maioria da restante população albanesa para o sul de Mitrovicë/Mitrovica. Num sentido oposto e após as violentas manifestações de 2004, a maioria dos k-sérvios que

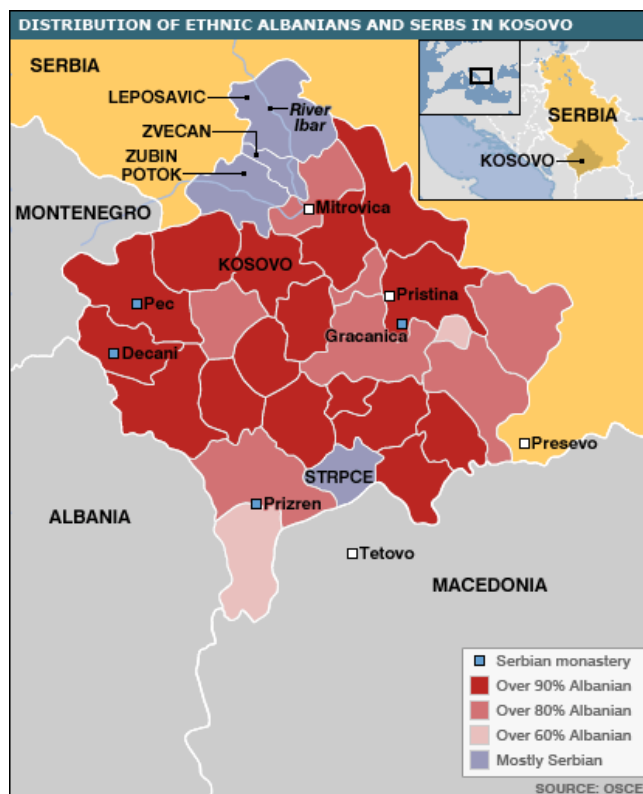


Imagem 2: Distribuição das comunidades sérvias e albanesas no Kosovo em 2008. Fonte: BBC News, Europe “Kosovo MPs proclaim independence”. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7249034.stm#map>

⁵⁶ O norte do Kosovo consiste nas seguintes municipalidades: norte de Mitrovicë/Mitrovica, Zubin Potok, Zvečan/Zvečan e Leposavić/Leposaviq.

se encontravam no sul da cidade fugiu para o norte da cidade (Rumea, 2013:122 e 12). Após este momento, a cidade ficara marcada pela completa cisão étnica caracterizada pelo contraste entre duas zonas monóetnicas apenas ligadas por uma ponte.

Mas na realidade, desde julho de 1999, a UNMIK nunca teve um efetivo controle ou autoridade sobre o norte de Mitrovica, compactuando até com aquilo que era alguma impunidade para as estruturas servias paralelas (Pettifer, 2004).

Março de 2004

A frágil estabilidade construída ao longo dos primeiros anos da missão de paz das Nações Unidas apresentou os seus primeiros colapsos físicos a 17 de Março de 2004. Nesta data a luta fizera-se contra k-sérvios assim como contra a missão da ONU e nesse momento a violência dos motins atingira níveis perturbadores fazendo lembrar as ondas de violência anteriores a 1999. Nesse sentido, as forças de segurança da UNMIK e do KFOR mostraram-se incapazes de reagir eficazmente, sendo evidenciadas a falta de organização e de reação rápida das forças militares (International Crisis Group, 2004; Pettifer, 2004).

Os fatores que levaram 50 mil pessoas a manifestarem-se têm obviamente diferentes versões e nesse sentido, também diferentes interpretações, principalmente entre k-albaneses e k-sérvios. Os acontecimentos de março de 2004 representam precisamente a débil estrutura de uma paz, legados de um conflito mantido através do silenciamento de ódios e medos assim como estruturas de segurança ainda incapazes e mal preparadas, resultando por isso da incapacidade da administração internacional em reconciliar as comunidades.

Os principais motivos que levaram ao surgimento de violência estão relacionados com uma sequência de acontecimentos num ambiente já particularmente instável entre comunidades. No entanto, é fundamental deixar claro que o ambiente marcado pela falta de controle no norte de Mitrovicë/Mitrovica assim como pela grande taxa de desemprego entre jovens, funcionaram como potencializadores destes conflitos (Pettifer, 2004).

A 15 de Março um jovem k-sérvio é atingido por uma bala numa aldeia sérvia – Caglavica, nas redondezas da capital. Como forma de protesto, habitantes dessa zona decidiram bloquear a estrada principal que liga Pristina a Skopje assim como outras estradas na zona dominada pela comunidade sérvia na região mais central do Kosovo, levando ao surgimento de diversas críticas por parte da comunidade albanesa relativamente à incapacidade da UNMIK e da KFOR em prevenirem e remediarem essa situação. No dia seguinte, três

Associações de Guerra (veteranos do ELK e familiares das vítimas), organizam manifestações conta a UNMIK um pouco por todo o território. No dia 17 de março, e segundo a comunicação social, três crianças k-albanesas foram atiradas ao rio Ibar, alegadamente por um(s) kosovar(s) sérvio(s), sendo que duas delas acabaram por falecer⁵⁷. É no entanto, fundamental, deixar claro que não existirem testemunhas para além das vítimas (Pettifer, 2004; Schenker, 2004).

Em conjunto, todos estes fatores viriam a funcionar como despoltadores de novos conflitos sendo que os diversos meios de comunicação foram cruciais na partilha das informações, que serviram obviamente como um (re)fervilhar de ódios escondidos.

Os primeiros protestos iniciam-se a a 17 de Março, na margem sul do rio Ibar e portanto do lado albanês, mas da mesma forma e a norte, também k-sérvios participam nestes violentos protestos. Rapidamente, protestantes de ambas as fações iniciam uma onda de violência direta marcando as linhas daquilo que viria a ser um conflito aberto entre k-albaneses e k-sérvios, conflito esse de que o KFOR e as forças policiais não estava à espera. As televisões tiveram um enorme papel na disseminação do conflito, uma vez que a meio da tarde as principais cidades do Kosovo encontravam-se mergulhadas em violentas manifestações. Os incidentes ficaram marcados pelo ataque maioritariamente de k-albaneses a aldeias predominantemente sérvias. Casas e igrejas foram destruídas e queimadas mas também a força policial da UNMIK se tornara um alvo – 72 veículos da UNMIK foram destruídos (Schenker, 2004). A violência entre os dias 17 e 19 de Março de 2004 fizera 900 feridos e 18 mortos (International Crisis Group, 2004) e revelara as fraquezas da missão de paz da UNMIK e do KFOR. Mitrovicë/Mitrovica tornara-se então no ponto de referência no que diz respeito a tensões étnicas (Bouckaert, 2004: 15-26) mas principalmente a marca da cisão *de facto* entre k-albaneses e k-sérvios.

⁵⁷ Estas informações nunca foram comprovadas e nesse sentido um relatório apresentado pela OSCE viria a acusar os media k-albaneses responsáveis pela publicação da informação de irresponsabilidade uma vez que transmitindo informação que estaria por confirmar.

3. A missão da ONU no Kosovo: uma análise crítica

3.1. O modelo da paz das Nações Unidas

Os desafios que se colocam durante incertos períodos de pós-guerra têm tornado as missões de consolidação da paz da ONU tarefas bastante complexas. Para esta complexidade muito tem contribuído também a necessidade de enfrentar as mais vastas realidades e dilemas suscitados pela natureza diversa dos conflitos atuais (Lederach, 2002:149). Como vimos anteriormente e como forma de responder a essa mesma complexidade, as Nações Unidas procuraram desenvolver uma abordagem estratégica, coordenada e compreensiva como forma de pôr um fim aos conflitos violentos, assim como promover a posterior (re)construção da paz (*Ibidem*: 150). Como tal, as operações de consolidação da paz da organização têm procurado abordar e responder às causas mais profundas das guerras assim como as cicatrizes por elas deixadas e a que Ramsbotham (2000) apelida de “défices⁵⁸”. E neste sentido, o modelo de consolidação da paz das Nações Unidas tem abordado estes “défices” através de incontáveis reformas militares, políticas, económicas e psicossociais como forma de construir uma paz realmente sustentável. Antes de iniciar esta análise multidimensional é importante deixar claro que para além de complementares, uma vez que diversas das suas dinâmicas se interligam⁵⁹, as etapas da (re)construção da paz são postas em funcionamento de forma cronológica. E tal como ser analisado, a procura de uma funcionalidade na cronologia de acontecimentos e processos poderá ser um entrave ao funcionamento e eficácia do modelo de paz.

3.2. Análise das dimensões de consolidação da paz das Nações Unidas no quadro da Missão no Kosovo

3.2.1. Dimensão militar e de segurança

A dimensão militar, intrinsecamente ligada a questões de segurança, tem mostrado ser de grande relevância naquele que é o processo de consolidação da paz em geral e, mais

⁵⁸ A estes “défices” encontram-se associados a incapacidade política constitucional, a debilitação económica e social e o trauma psicossocial, paralelamente a um défice na esfera militar (Ramsbotham, 2000).

⁵⁹ Tal como será apresentado na seguinte secção relativa à análise das dimensões no caso do Kosovo.

especificamente, no Kosovo enquanto estudo de caso em análise. Tal como é possível analisar através deste caso, o desenvolvimento de estruturas de segurança e principalmente de uma capacidade policial tornaram-se objetivos fundamentais no pós-conflito (Crossley-Frolick e Dursun-Ozkanca, 2001). De facto, num ambiente particularmente inseguro e após a longa intervenção da OTAN, o contexto social e económico ficara marcado por uma grande fragilidade e vulnerabilidade da população em termos de segurança, tornando a reconstrução sustentável de uma sociedade uma hipótese distante (Schnabel e Ehrhart, 2006:1). Para além disso, resquícios⁶⁰ de períodos de confronto violento podem ser de grande risco para a segurança interna, podendo manter ativos ciclos de violência e tornar possível o retorno ao conflito. Neste sentido, a efetiva construção de uma paz sustentável requer uma abordagem multidimensional que inclua a reforma do sector da segurança (RSS), um procedimento no qual o envolvimento de atores militares, económicos e políticos, é e tem sido considerado fundamental (Ibidem: 6). A reforma militar e de segurança, torna-se então o primeiro objetivo em termos de prevenção dos catalisadores mais óbvios do conflito, procurando o seu fim imediato. Neste sentido, o envio de forças militares internacionais – neste caso as forças do KFOR, deveriam tornar-se o ponto de partida para o fim das hostilidades e possivelmente para as posteriores negociações para cessar-fogos ou acordos de paz (Schnabel e Ehrhart, 2006:5). No âmbito desta reforma, o desarmamento de ex-combatentes e o controlo de armas têm adquirido crescente relevo ao longo dos anos, tornando-se parte destas missões de operações de paz (Zawels, 1996: 29 e Tanner, 1996: 169). Integrando-se no quadro do processo de Desmilitarização, Desmobilização e Reinserção (DDR) estas tarefas pretendem restaurar a segurança e prevenir o relapso da violência, tendo como objetivo final a construção de estabilidade política através da apresentação de alternativas à violência armada (UNDDR, 2006 e Nilsson, 2005: 30).

No caso do Kosovo, e como forma de prevenir o fracasso do acordo de paz por via do ressurgimento de violência, o processo de DDR⁶¹ tem abordado o papel dos ex-combatentes, nomeadamente do Exército de Libertação do Kosovo (ELK) através de uma série de

⁶⁰ Por estes resquícios entende-se “armadas militares com pouco ou nenhum controlo civil, presença de forças irregulares e paramilitares, abundância de armas, fracas forças de segurança e falta de confiança na legitimidade do governo sobre as forças policiais e militares” (Schnabel e Ehrhart, 2006:1).

⁶¹ É Resolução 1244 que estabelece o contexto de funcionamento do DDR (S/RES/1244, 1999§15) e mais especificamente a OTAN – Undertaking of Demilitarisation and Transformation by the UCK, que estipulada o processo de DDR permitindo que ex-combatentes do ELK tenham um acesso preferencial a lugares no KPC e KPS.

reformas (Tanner, 1996: 177 e Nilsson, 2005: 32). Numa primeira fase, de desmobilização, são agrupados ex-combatentes de diferentes fações em acantonamentos ou assembleias (UNDDR, 2006), no qual são desarmados – as armas podem ser confiscadas para uso do exército nacional ou ainda destruídas (Nilsson, 2005: 31). Durante alguns meses acantonados, os ex-combatentes vão preparar o retorno à vida civil e sua reintegração, após serem devidamente registados (*Ibidem*). Nesta fase, ex-combatentes assim como os seus familiares recebem assistência básica de forma a auxiliar a reinserção social, inclui-se essencialmente o fornecimento de alimentação, vestuário, abrigos serviços médicos, educação, formação, etc. (DPKO, 2010), sendo que podem então escolher entre a integração no exército nacional em conjunto com adversários ou seguir o caminho do estatuto civil (Stedman, 2001: 16). Após abandonarem estes espaços, os ex-combatentes são oficialmente desvinculados dos anteriores grupos militares armados. No caso do Kosovo, foram apresentadas três alternativas aos ex-combatentes do ELK, duas delas civis – através do *Kosovo Protection Corps* (KPC) e de programas de formação do *Information Counselling and Referral Service* (ICRS) e uma outra de integração na força armada/policial através do *Kosovo Police Service* KPS (Rufer, 2005). Posteriormente, a reintegração de ex-combatentes na vida civil é feita através de programas que funcionam numa lógica de incentivos económicos e sociais com objetivo de auxiliar a integração na sociedade. Nesta fase final, aos ex-combatentes é atribuído o estatuto de membro independente de uma sociedade sendo identificadas oportunidades de empregos, fornecidos apoios educacionais específicos – particularmente em casos de crianças soldado⁶² (UNDDR, 2006), assim como formações para o desenvolvimento de competências técnicas (DPKO, 2010 e Nilsson, 2005: 31). E para esse efeito o ICRS foi composto pelo Fundo de Reintegração⁶³ (FR) e pelo Serviço de Referência de Armas (SRA) onde 16,229 ex-combatentes procuraram apoio para reintegração social e económica (Barakat e Özerdem, 2005). Após assinado o acordo de desmilitarização do ELK, em setembro de 1999, 4,552 ex-combatentes (90% dos do KPC) foram “selecionados” para integrarem o programa de formação para o KPC. Nesse sentido, a 20 de Setembro o ELK dá início à entrega de armas sendo paralelamente abandonado quer

⁶² Ainda que a presença de crianças represente um grande número em grupos armados – 300 mil em 2002, cerca de 30% das crianças soldado não fazem parte dos processos formais de DDR (Nilsson, 2005:75).

⁶³ O fundo apresenta ainda dois tipos de programas: um relacionado com formação para futuros empregos e outro acerca do desenvolvimento de empresas, em 2000 o ICRS implementou também uma categoria de terapia psicossocial (Barakat e Özerdem, 2005).

o uniforme quer a insígnia⁶⁴ (Barakat e Özerdem, 2005 e KCSS, 2009). Enquanto organização civil, o objetivo da KPC era o de fornecer ajuda em situações de emergência, sendo no entanto importante sublinhar que a principal motivação dos recentes membros do KPC era a de constituir o futuro núcleo das forças armadas de um futuro Kosovo independente⁶⁵ (Barakat e Özerdem, 2005 e Cady, 2003). Por outro lado, a institucionalização de uma força policial através do KPS fora uma alternativa à vida civil, iniciando-se com a criação da academia policial em Vushtrri/Vuciten a 6 setembro de 1999 e com o recrutamento de quatro mil homens – número que sucessivamente fora aumentando (Baliqi, 2012). No entanto, durante os primeiros momentos, uma das grandes exigências feitas pelo ELK era que os seus ex-combatentes constituíssem o total dos membros do KPS. Após negociações entre a UNMIK, KFOR e o ELK, acordou-se uma quota de 50% para os ex-combatentes do ELK (Rufer, 2005). Sob autoridade do RESG e supervisionado pela polícia da UNMIK, o KPS pretendia dar apoio na prevenção do crime assim como na segurança e protecção pública com o objetivo de assumir gradualmente responsabilidades adicionais de manutenção de lei e ordem. Tal como planeado, o KPS foi gradualmente absorvendo algumas das responsabilidades e deveres da Polícia da UNMIK tornando-se cada vez mais independente face à força policial da UNMIK. Em 2002, iniciou-se o processo de transferência de responsabilidades de policiamento na fronteira do KFOR para a polícia do UNMIK e para o KPS (Crossley-Frolick e Dursun-Ozkanca, 2001). Paralelamente e ainda no quadro da desmilitarização e desarmamento, a recolha de armas assume grande importância principalmente tendo em consideração que umas das dificuldades mais persistentes durante o processo de RSS no Kosovo foi a presença de uma forte cultura de armas. Marca de um legado cultural enfatizado por quase uma década de conflito violento e pela proliferação em massa do crime organizado, característico da década de 90 (Carapic, 2014), a presença de armas no pós-guerra representa o medo e falta de confiança relativamente às forças de segurança recentemente instituídas. Mas principalmente, a incerteza quanto ao futuro estatuto político do Kosovo (Heinemann-Grüder, 2001). Nesse sentido, a presença deste tipo de armamento mostra algumas ligações óbvias com a produção

⁶⁵ O Kosovo declarou a Independência do território a 17 de Fevereiro de 2008 (Republic of Kosovo, 2008) e em 2009 o KPC é dissolvido sendo posteriormente reintegrado (1500 ex-membros no KPC) no *Kosovo Security Force* (KSF) (KCSS, 2009).

e manutenção de ciclos de violência armada⁶⁶. Como tal, a desmilitarização da sociedade através da recolha de armas tem sido uma das principais prioridades no Kosovo (Cady, 2003) principalmente tendo em conta que o ambiente socioeconómico do pós-guerra não tem conseguido conter o florescimento de atividades criminais.

Ainda que a desmilitarização seja um passo fundamental para a consolidação da paz, é obviamente difícil fazer uma estimativa correta (cerca de 330 a 460 mil armas sendo a maioria ilegal) assim como controlar o grande fluxo deste tipo de armamento. Neste sentido, a RSS deve passar pela limitação da proliferação de armas mas também pelo controlo das fronteiras e pelo desenvolvimento de mecanismos de segurança interna como forma de prevenir essa mesma proliferação (Schnabel e Ehrhart, 2006: 8). No entanto, estas atividades têm encontrado obstáculos no caso do Kosovo. Antes de mais a perceção de insegurança por parte da comunidade sérvia assim como a sua vivência em enclaves, resultando também da sua exclusão do processo de reconstrução pós-guerra, torna óbvia a presença de armas por questões de segurança (Carapic, 2014). Mas a situação geográfica do Kosovo também tem sido um problema: as suas fronteiras a norte com a Sérvia (Mitrovicë/Mitrovica) e a Sul com a Macedónia são considerados pontos de grandes perturbações políticas, assim como as fronteiras com a Albânia e o Montenegro trazem graves problemas ao controlo efetivo de armas (Heinemann-Grüder, 2001). Ainda no quadro de reformas, é fundamental promover a reestruturação dos sistemas penais e judiciais que se apresentam como tópicos de particular relevância na RSS no Kosovo uma vez que afeta diretamente o Estado de Direito, a transição democrática assim como a eficácia do sector de segurança (Baliqi, 2012). Também a introdução de uma cultura de respeito pelos Direitos Humanos e pelo Estado de Direito devem eficazmente estar garantidos, paralelamente com a necessidade de fortalecer a transparência deste sector. Em conjunto estas tarefas devem promover a integração da reforma do sector no diálogo político (Stedman, 2001; *Ibidem*: 6-8). Finalmente, a identificação e desmantelamento de estruturas potencializadoras de conflito são tarefas cruciais no quadro de missões de paz desta natureza, uma vez que, por exemplo, a falta de eficácia na recolha de armas pode minar o acordo de paz (Lodgaard, 1996). No entanto, também é importante ressaltar que para além de dependerem da capacidade dos atores

⁶⁶ 90% das mortes em situações de guerra civil durante a década de 90 são resultantes deste tipo de armamento (Hill, 2004:6).

internacionais dependem também da vontade das partes beligerantes em querer ou não cooperar na entrega das armas (Stedman, 2001).

3.2.2. Dimensão política constitucional

Como já referido anteriormente, a institucionalização de uma estrutura política democrática com realização periódica de eleições (Kumar, 1998a: 5), desenvolvimento de instituições democráticas ou assistência na elaboração de constituições e quadro legais democráticos (Ottaway, 2002 e Samuels, 2006) em situações de pós conflito, tem sido parte integrante e fundamental da ampla panóplia de tarefas do modelo de consolidação da paz da ONU. Esta preferência por um sistema democrático surge num contexto de pós Guerra Fria, tornando-o “a filosofia política dominante da comunidade multilateral”⁶⁷. Como tal, os atores internacionais, em particular as Nações Unidas, têm procurado reconstruir sociedades destruídas por guerras, assumindo em alguns casos, ainda que temporariamente, poderes governamentais: administrações interinas (Strasheim e Fjelde, 2012) como é o caso da UNMIK. No quadro deste processo de âmbito mais político, a realização de eleições multipartidárias tornou-se uma tarefa prioritária e fundamental (Ottaway, 2002). Com o objetivo de conseguir colocar fim ao conflito bem como às probabilidades de retorno à violência, pretende-se essencialmente estabelecer um governo democrático legitimamente reconhecido nacional e internacionalmente assim como conseguir um processo de democratização estável e finalmente reconciliar as partes beligerantes (Kumar, 1998a: 5). No caso do Kosovo, ainda que a legitimidade de um “governo democrático” tenha sido posta em causa pelas diversas comunidades kosovares (Narten, 2008 e Lemay-Hébert, 2009), as eleições (municipais e parlamentares) foram de facto de grande importância uma vez que foram vistas como um claro incentivo ao desenvolvimento da prática democrática mas, principalmente, como uma necessidade de medir o progresso positivo da missão (Chesterman, 2001). Tal como referido no capítulo anterior, o processo de reconstrução política no Kosovo encontra-se a cargo da OSCE através do Pilar III, focando maioritariamente o desenvolvimento de três “instituições” principais. Ou seja, as instituições governamentais através do *Provisional Institutions of Self-Government* (PISG), as

⁶⁷ Tradução livre da autora. No original: “Democracy has become the dominant political philosophy of the multilateral community” (Barnes, 2002: 86)

instituições políticas através do desenvolvimento de programas e formações de incentivo ao desenvolvimento de partidos políticos e assim como instituições públicas através do fomento da sociedade civil através da presença de ONG's e de outros grupos cívicos que permitiriam promover a democracia e a boa governação (OSCE, 2002). O contexto em que a realização de eleições pós-guerra acontece é obviamente de grande instabilidade. Como tal, os constrangimentos que este processo apresenta podem ser resultado direto de um clima nacional instável assim como de alguns fatores externos tais como a intervenção da comunidade internacional (Kumar, 1998a: 7 e López-Pintor, 1997: 45). No caso do Kosovo, as dificuldades fizeram-se sentir primeira e obviamente devido ao carácter dúbio que a Resolução 1244 apresentava⁶⁸ e que tornava incerto o futuro papel dos atores políticos eleitos. No entanto, aliada à pressa da administração internacional em realizar de eleições que representariam essencialmente um foco de atividade não-violenta (Chesterman, 6), a realização da grande maioria dessas eleições ficara marcada pelo boicote de k-sérvios (as eleições parlamentares foram realizadas em 2001, 2004 e 2007) sendo que em Maio de 2008 foram organizadas eleições locais por Belgrado nas municipalidades de maioria sérvia, levando à manutenção de dinâmicas eleitorais paralelas mesmo após a declaração da independência (Montanaro, 2009: 5). Este tipo de processos eleitorais requerem por isso o desenvolvimento de estruturas e procedimentos democráticos paralelos que funcionem como motor, assim como incentivo à votação e participação política, não apenas da população como também dos próprios partidos políticos. Em termos de procedimentos, é fundamental registar os partidos políticos bem como os eleitores, o que pode ser uma tarefa de grande dificuldade devido ao retorno de deslocados e refugiados (Kumar, 1998a: 8). É também fundamental promover formações relativas ao processo eleitoral assim como campanhas de informação pública (Samuels, 2006). Nesta lógica, também legislações são formuladas ou reformuladas, dando lugar à existência de novas comissões e administrações eleitorais, sistemas de votação assim como procedimentos eleitorais (Kumar, 1998b: 221). Paralelamente, o processo de elaboração de uma Constituição adquire grande importância como forma de diálogo social uma vez que pode constituir um fórum para a negociação de soluções na prevenção da violência. No caso do Kosovo e durante os primeiros momentos, é precisamente a Resolução 1244 que vai estabelecer as matrizes orientadoras da política “nacional” sendo que conseqüentemente, os constrangimentos acima falados, vão ser neste

⁶⁸ Ver capítulo anterior

caso, fruto de alguma instabilidade local, mas principalmente das lacunas e incertezas presentes no documento. Em 2001 é desenvolvido o *Constitutional Framework for Provisional Self-Government in Kosovo*, o qual define as instituições provisórias para o governo provisório – PISG (SRSG, 2001) e prevê a transferência de poderes da administração internacional para as autoridades locais (Montanaro, 2009). Este quadro constitucional também estabelece a separação de poderes e instituições legislativas, executivas e judiciais sendo que em termos práticos não é apresentada nenhuma indicação acerca de como é que essa divisão de poderes vai funcionar entre a UNMIK e o novo governo estabelecido (Demekas et al., 2002). Em termos de funcionamento político municipal e de forma a dismantelar estruturas paralelas resistentes, é instituído o *Regulation on Self Government of Municipalities in Kosovo* que também prevê o funcionamento das eleições locais (Baskin, 2004).

Quanto à estrutura democrática, pretende-se primeiramente a criação de partidos políticos. Ainda que esta tarefa seja particularmente morosa, uma vez que pressupõe a transformação de grupos armados em partidos políticos, como por exemplo a transformação do ELK para o Partido Democrático para o Kosovo (PDK) (Manning, 2004), é ainda assim de grande relevância para o fim do conflito armado e para a manutenção da paz (Lyons, 2000). A qualidade e efetividade do processo político democrático depende do estabelecimento de partidos políticos (Manning, 2004) e, como tal, da capacidade da administração internacional convencer as facções beligerantes a baixar as armas, sendo a UNMIK trabalhou no sentido de oferecer a participação em eleições⁶⁹ como a única forma de manter uma força política ativa (Manning, 2004).

A formação de meios de comunicação livres é outro dos pré-requisitos fundamentais para a democratização e apoio à realização de eleições levado a cabo pela OSCE no Kosovo. Apesar de quase inexistentes em períodos de guerra armada, a presença de meios de comunicação livres e independentes permite difundir o acesso à informação e neste caso, a rádio tem tido um importante papel em contextos onde um grande número população não tem acesso à imprensa ou onde as elevadas taxas de iliteracia são uma realidade. Também o

⁶⁹ Os restantes partidos albaneses eram a Liga Democrática para o Kosovo (LDK) de Rugova e a Aliança para o Futuro do Kosovo (AAK) (Chesterman, 2001).

desenvolvimento de ONG's como forma de influência das políticas públicas representa um grande avanço na direção da institucionalização da democracia (Kumar, 1998b: 218-221). Depois do conflito violento no Kosovo, a maioria dos doadores e agências internacionais dedicados ao desenvolvimento da sociedade civil centraram-se precisamente no sector das ONG's, em resultado claro de um discurso de construção da paz, reconstrução, reconciliação e multietnicidade oferecido pelas Nações Unidas. Infelizmente este surgimento ficou marcado pelo ceticismo e medo de que a única motivação destas ONG's fossem as candidaturas a projetos financiados e não, necessidades verdadeiras (Kastrati, 2015: 69 e 75): “ONG's locais também se tornaram adeptas da manipulação a “multietnicidade” como meio de atrair fundos”⁷⁰.

Tendo como modelo a estrutura institucional de Estados ocidentais democráticos, pretende-se a preparação de departamentos governamentais e agências públicas⁷¹ que, numa fase, posterior consigam desempenhar as suas funções de forma independente e democrática (Ottaway, 2002). Mas pretende-se fundamentalmente que imponham o estado de direito de forma a manter a responsabilidade dos atores políticos (Barnes, 2002). Com estes objetivos e no quadro do funcionamento do PISG, são então desenvolvidas as estruturas políticas kosovares: a Assembleia com 120⁷² assentos, o presidente da Assembleia, o Presidente do Kosovo, o Governo (composto por um primeiro ministro e pelos ministérios), os tribunais assim como um Provedor de Justiça (SRSB, 2001). A fase de transição democrática é assim, de grande importância no estabelecimento da ordem e estruturas políticas tal como uma questão chave na manutenção da sustentabilidade da paz e da estabilidade no território (Samuels, 2006). Assim, a formação de instituições interinas durante o processo de implementação da paz constitui o processo no qual ex-combatentes e futuros eleitores irão tomar as decisões políticas que formará o processo de paz (Lyons, 2002). No entanto, a transplantação e promoção destas práticas democráticas e ocidentais, frequentemente entendidas como as “melhores” (OSCE, 2002), de forma prematura ou num curto prazo,

⁷⁰ Tradução livre da autora. No original: “Local NGOs have also become adept at manipulating ‘multi-ethnicity’ as a means of attracting funding.” (Franks e Richmond, 2008: 99)

⁷¹ Tal como Ottaway (2002) mostra as instituições eleitorais, agências financeiras, parlamentos, sistemas judiciais, militares e policiais são os principais alvos.

⁷² 20 Assentos dedicados a membros de comunidades não-albanesas: 10 comunidade sérvia, quatro para representantes da comunidade Cigana, Ashkali e Egípcia, três para a comunidade Bósnia, duas para a Turca e um para a comunidade Gonari (SRSB, 2001).

pode representar um obstáculo à reconstrução política sustentável (Barnes, 2002 e Ottaway, 2002). E, neste sentido, também a realização precoce de eleições pode minar a estabilidade política uma vez que as instituições recentes e pouco consolidadas podem não ser capazes de conter o sucesso eleitoral de atores não-democráticos (Paris, 2004 *apud* Strasheim e Fjelde, 2012) assim como de controlar as adversidades face a resultados menos positivos por parte de alguma fações. Como tal é fundamental dismantelar estruturas bélicas: é difícil consolidar partidos democráticos políticos quando os ex-combatentes que os devem constituir não estão desmilitarizados (Lyons, 2002).

De referir também, que a promoção deste projeto de democratização parte sobretudo da vontade da comunidade internacional e não necessariamente de atores locais e tal como Strasheim e Fjelde (2012) identificam, esta questão é de grande relevância para aqueles que virão a ser os resultados do pós-conflito. Tal como o caso do Kosovo é exemplo, a apropriação de todo o processo de construção política por parte da administração internacional promoveu a construção de instituições inconsistentes em termos de coesão-sociopolítica colocando assim em causa o *statebuilding*:

“Estruturas políticas criadas para o controlo estrangeiro tendem a ser inadequados às normas locais. A razão é que, em parte, os “objetivos limitados” do controlo estrangeiro são geralmente determinados através de uma análise limitadas circunstâncias locais”. (Chesterman, 2004: 237 *apud* Lemay-Hébert, 2009: 39).⁷³

Isto, principalmente se o processo de *statebuilding* funcionar numa lógica paralela à necessidade de incentivar o discurso entre comunidades e à necessidade de construção de uma identidade nacional – *nationbuilding*. E nesse sentido, uma abordagem meramente institucional pode reverter, tal como aconteceu no caso do Kosovo, os objetivos iniciais da construção político-constitucional pós-conflito (Lemay-Hébert, 2009) pondo de parte a importância da reconciliação e do *nationbuilding*. Relevante também é o facto de as administrações interinas serem frequentemente percecionadas como grande concretizando

⁷³ Tradução livre da autora. No original: ““political structures created for foreign control (benevolent or not) tend to be unsuited to local rule. The reason for this, in part, is that the “limited goals” of foreign control (benevolent or not) are generally determined with limited regard to local circumstances.”” (Chesterman, 2004: 237 *apud* Lemay-Hébert, 2009: 39).

uma clara influência externa, levando mesmo a questionar a autonomia do processo assim como a verdadeira vontade das partes beligerantes relativamente à paz e democracia promovidas (López-Pintor, 1997: 47). É por isso fundamental optar por uma abordagem mais inclusiva de promoção de capacitação local durante as primeiras fases do processo, evitando o surgimento de oposições à administração internacional tal como aconteceu relativamente à UNMIK (Lemay-Hébert, 2012; Narten, 2008). A vontade da comunidade internacional não substitui o compromisso dos atores locais (López-Pintor, 1997:58) e nesse sentido é fundamental desconstruir e entender de quem e para quem é efetivamente, o processo de construção e consolidação política pós-guerra.

3.2.3. Dimensão económico-social

A reconstituição do tecido económico e social em sociedades pós-guerra tem sido igualmente uma das prioridades do modelo de consolidação da paz das Nações Unidas. No entanto, dismantlar as complexas e profundamente enraizadas estruturas bélicas existentes após a assinatura de acordos de paz tem-se tornado uma tarefa complicada. O reconhecimento dos legados do conflito é uma primeira tarefa fundamental, uma vez que “cada situação de pós-guerra é única e cada cenário tem as suas próprias vulnerabilidades associadas à própria história do conflito”⁷⁴. Para além do número de mortos, deslocados e refugiados e da falta de pessoal competente devido à emigração, os contextos de pós-guerra são consequentemente marcados por altas taxas de desemprego paralelamente com uma substancial perda de rendimentos (Haughton, 1998). A regressão económica é também uma marca da guerra: a capacidade produtiva do Kosovo ainda que já abalada durante as décadas de 80 e 90, resultado da má gestão da Jugoslávia e também da sua consecutiva desintegração, sofrera os severos impactos da guerra (Demekas, 2002). O surgimento de atividades económicas informais e a persistência de desequilíbrios macroeconómicos – taxas de inflação altas, défices fiscais crónicos, níveis altos de dívidas domésticas e externas e baixos rendimentos domésticos, são legados do conflito no Kosovo. Particularmente no que diz respeito ao florescimento de economias informais como resultado da instituição de estruturas sociais, políticas e económicas paralelas desenvolvidas por Rugova. O surgimento de

⁷⁴ Tradução livre da autora. No original: “every post-conflict situation is unique, and each setting has its own vulnerabilities associated with its conflict history” (Peacebuildinginitiative, s.d.).

conflitos violentos nos Balcãs criou oportunidades e incentivos lucrativos que mantiveram então estas dinâmicas paralelas desta vez através do tráfico e do mercado negro (Pugh, 2014). Mas também a destruição de infraestruturas⁷⁵ e de instituições que através da desintegração de mecanismos de governação, mantêm ciclos de violência e inseguranças (Ohiorhenuan e Kumar, 2005; peacebuildinginitiative, s.d.). Face a estes desafios, a recuperação socioeconómica pressupõe a protecção e desenvolvimento do capital humano (Pugh, 1998) assim como a (re)construção de uma “boa economia”, que seja dinâmica e inclusiva (Castillo, 2008). Para este propósito, prevê-se uma dinâmica de continuidade entre ajuda humanitária, reabilitação e desenvolvimento económico e social⁷⁶ (Carbonnier, 1999). A partir de 1999, a prioridade no Kosovo estava direccionada para a reconstrução ao invés de para o desenvolvimento (Franks e Richmond, 2008: 96). Esta dinâmica pretende a reforma de vários sectores de forma sustentável e frequentemente simultânea (Green e Ahmed, 1998). Assim, a ajuda humanitária de emergência, ainda que fundamental, deve ser programada a curto prazo podendo, caso contrário, comprometer a necessidade de produção e empreendedorismo da sociedade ou contrariar a necessidade de criação de empregos. No caso do Kosovo, a necessidade de ajuda humanitária era particularmente urgente: o impacto mais claro da guerra levava cerca de 700 mil k-albaneses a refugiarem-se na Macedónia, Albânia e outros países vizinhos lado a lado com um atraso por parte da UNMIK em chegar ao terreno (OCDE, s.d.) que tornara a situação ainda mais precária. Após a chegada da OTAN, a grande maioria albanesa retornou ao Kosovo sendo que, contrariamente, 250 mil pessoas não-albanesas abandonaram o território e a grande maioria permaneceu na Sérvia (Roukanas, 2002). Meio milhão de pessoas internamente deslocadas e 10 mil mortos. No entanto, no Verão de 2000 a emergência humanitária tinha chegado, formalmente, ao fim (Demekas et al., 2002). Imensas instituições perderam os seus trabalhadores assim como a sua capacidade de gestão e estima-se que ao número de 250 mil k-sérvios apenas 70 mil tenham permanecido após o conflito. Para além disso, as marcas da guerra fizeram-se sentir não só na destruição de infraestruturas, mas também da produção industrial assim como no setor da agropecuária (World Bank, 1999: 1). Também a presença de atores internacionais

⁷⁵ Dois terços das habitações destruídas, 40% das fontes de água, contaminadas; pontes e estradas destruídas e uma vasta área de campos minados (Demekas, 2002: 5).

⁷⁶ A ajuda humanitária pressupõe o fornecimento de bens primários tais como alimentação, abrigo, apoio médico e roupa. A reabilitação está relacionada com atividades de reconstrução de curto e médio prazo podendo também incluir processos de DDR ou de reforma institucional e política. O desenvolvimento inclui projetos de longo prazo direccionadas a mudanças socioeconómicas e político-institucionais estruturais (Zeeuw, 2001).

pode criar distorções em termos de preços e promover a dependência económica. No caso do Kosovo, o rápido crescimento económico imediatamente após o conflito em termos de PIB (21% em 2000) é explicado em grande parte pela grande presença de assistência estrangeira massiva para a reconstrução uma vez que entre 2002 e 2006 o valor estagnou aproximadamente no 1% e 0,5% (OCDE, s.d.) em resultado do fim do estado de emergência e portanto de uma contínua diminuição da ajuda financeira. De facto, esta diminuição foi sendo acompanhada pelo crescimento da pobreza do território (Franks e Richmond, 2008: 96). Por outro lado, desenvolvimento pressupõe uma capacitação nacional através de um processo de participação na identificação das prioridades nacionais que deve funcionar a longo-prazo (Del Castillo, 2008). Mas tal como Carbonnier (1999) identifica, tem havido claras dificuldades em criar equilíbrios entre as necessidades mais urgentes e os efeitos negativos da ajuda. Estes efeitos têm sido igualmente visíveis na presença de instituições financeiras internacionais (IFIs) que através de programas de ajustamento estrutural e de estabilização económica, não têm diferenciado a reconstrução económica entre situações de desenvolvimento “normal” e economias de pós-guerra (Del Castillo, 2008). A importância desta distinção surge da necessidade de realçar que economias de pós-guerra têm necessidades específicas, funcionando também numa lógica paralela de reconstruções de outras dimensões e essencialmente direccionadas para a paz. A ausência desta diferenciação traz prioridades das IFI para a reconstrução de economias fragilizadas pela guerra, sendo as IFIs quem define as reformas da política económica. Como tal, a solução resulta da prioridade na abertura e liberalização dos mercados como forma de integração no sistema internacional económico trazendo prioridade à “credibilidade” e “capacidade nacional” (Del Castillo, 2008 e *peacebuildinginitiative*, s.d.). No Kosovo, a identificação dessas prioridades sofreu um processo de apropriação por parte da UNMIK. As prioridades identificadas foram as da comunidade internacional, especificamente a estabilidade macroeconómica (Pugh, 2014) e conseqüentemente as privatizações em massa (Knudsen, 2013). Tal como Pugh (1998) argumenta, este paradigma de intervenção dominante marcado pela presença de uma ideologia neoliberal sobrepõe estabilidade à segurança, direito e ordem à justiça e capitalismo global ao bem-estar. Também é importante sublinhar que a reconstrução económica não está relacionada com a restauração da economia existente anteriormente ao conflito, mas antes com a criação de uma nova política económica autossustentável (UNDP,

2008). Após o conflito, a UNMIK procurou a construção de estruturas e instituições⁷⁷ necessárias para uma política económica autónoma através do Pilar da União Europeia. Para isso foi legalizado o uso de qualquer moeda estrangeira nas transações domésticas assim como pagamentos de impostos e, uma vez que o Marco Alemão já era amplamente utilizado antes do conflito, rapidamente se tornou a moeda mais utilizada (Demekas, 2002). No entanto, em 2002, o Euro torna-se a moeda oficial do Kosovo substituindo o Marco Alemão (Chesterman, 2001).

Em situações de pós-guerra, uma nova política económica pode ser uma importante medida de prevenção mais estrutural, abordando as raízes de conflito, mas também pode levar ao rápido ressurgimento de disputas se, tal como no caso do Kosovo, houver produção, manutenção e/ou aumento de desigualdade económicas entre as comunidades (Bhaumik et al., 2005). Face ao número de atores e agências internacionais é importante, tal como difícil, prevenir a dependência às agências internacionais (peacebuildinginitiative, s.d.). A não criação ou promoção de fontes de financiamento alternativas ao financiamento das organizações internacionais e ONG's no Kosovo tornou o país altamente dependente da comunidade internacional (Roukanas, 2007). Mais uma vez, a indefinição relativamente ao estatuto do Kosovo trouxe entraves ao desenvolvimento de uma economia independente e (auto)sustentável, principalmente em termos comerciais. Principalmente, porque torna o ambiente confuso e contraditório relativamente a quais as regras a seguir, acabando por afastar potenciais investidores (Roukanas, 2007).

Atualmente, o Kosovo tem a maior população jovem da Europa e, ainda assim, a falta de oportunidades económicas e a alta taxa de desemprego (2008: 43.6%) continuam a minar as perspetivas de desenvolvimento do país. De 1999 a 2008, a UNMIK dedicou-se ao “planeamento, preparação e implementação” daquilo que seria visto como a privatização em massa das empresas nacionais, tendo apenas a venda das empresas sido iniciada em 2005. No entanto, não foram decididos nem discutidos modelos alternativos, dando evidências daquilo a que Knudsen (2013: 291) diz ser uma “reforma neoliberal predeterminada pelo

⁷⁷ Foi criada uma Autoridade Central Fiscal que estabelecesse o orçamento assim como uma política fiscal e administrativa. O Departamento de Reconstrução estava encarregue de coordenar a assistência financeira de dadores. Foi também desenvolvido um novo sistema de impostos para fornecer recursos para o orçamento. O sistema comercial vindo do sistema jugoslavo fora substituído por um mais simples. Foi também criado um sistema bancário e uma autoridade de pagamentos. Finalmente e com o objetivo de partilhar responsabilidades administrativas, a UNMIK cria em 200 a *Joint Interim Administrative Structure* (Demekas, 2002: 3).

modelo de paz liberal e formalmente patrocinado pela Resolução 1244⁷⁸. As conhecidas *Kosovo's socially owned enterprises* (SOEs) e *publicly owned enterprises* (POEs), e principalmente as primeiras, apresentavam ser de grande valor apesar do estado precário de economia kosovar. Nelas se incluíam diversos sectores tais como sector mineiro, agricultura, produção de alimentação, processamento de metais, materiais de construção e construção, comércio, turismo, transportes e serviços, os quais conjuntamente representavam cerca de 90% da base industrial e mineira do Kosovo e empregavam dezenas de milhares de pessoas. As SOEs eram de facto, no início da administração internacional, uma importante parte da economia assim como uma interessante fonte de desenvolvimento económico (Knudsen, 2013:292). Tal como Franks e Richmond (2008: 97) identificam, estas privatizações não provocaram o efeito esperado das economias neoliberais. Para além disso, os efeitos da tentativa de uma rápida transformação de um Estado socialista pós-comunista agrícola para um capitalismo institucionalizado, aumentou a taxa de pobreza assim como a de desemprego, resultando também na degradação dos níveis de vida. A construção da paz liberal criou altas expectativas económicas em linha com as liberdades e direitos políticos. Também a permanência de um sistema económico paralelo, através destas instituições, minou o processo económico assim como a criação de uma economia unificada e mais sólida. A economia nacional manteve-se dividida entre o formal e o informal (Pugh, 2014) e entre k-albaneses apoiados pela administração internacional e entre k-sérvios apoiados por Belgrado.

3.2.4. Dimensão psicossocial

Para além de todos os legados visíveis e físicos da guerra, os traumas que ficam ‘presos’ nas memórias de sobreviventes são possivelmente dos mais complexos de prevenir e responder. Paradoxalmente, são também os mais subvalorizados na agenda liberal dominante para a reconstrução da paz. O Kosovo é sem dúvida um bom exemplo dessa negligência uma vez que a questão dos crimes de guerra cometidos e conseqüentemente os processos de reconciliação, não receberam a devida atenção por parte da administração internacional (Sverrisson, 2006; Dugolli e Agimi, 2008; Burema, 2013). Ainda que não

⁷⁸ Tradução livre da autora. No original: “(...) neoliberal reform seemed predetermined by the template of liberal peace, formally embraced by UNSC 1244”.

institucionalizadas, algumas práticas utilizadas para aquilo que é a justiça transitória, têm mostrado um padrão enraizado no comportamento da comunidade internacional. Nesse sentido e tal como Parent (2010) identifica, a justiça transitória enquadra-se nas medidas utilizadas para o processo de reconciliação no âmbito da consolidação da paz. Procura-se o fim imediato da impunidade assim como a restauração da dignidade das vítimas. A longo prazo, pretende-se prevenir ressurgimentos de novos conflitos através da restauração da confiança, promoção da reconciliação e o estabelecimento do Estado de Direito e da ordem democrática (Dugolli e Agimi, 2008). Esta dimensão está assim, profundamente ligada à necessidade de (re)construção de um sector de justiça eficaz. Nestas medidas encontram-se tribunais internacionais, tais como o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ) que apenas se encontrava dirigido para um pequeno número de casos de crimes de guerra⁷⁹, deixando os restantes para o sistema local de tribunais do Kosovo (Harder, 2008 e Dickinson, 2003). Amnistias e comissões de verdade, que não receberam atenção por parte da presença internacional no Kosovo (Sverrisson, 2006) a RSS, reparações a vítimas e edificação de memoriais enquanto alternativas a acusações ou como mecanismos fundamentais na gestão da cultura da memória (Parent, 2010: 277; Fischer, 2011; Dugolli e Agimi, 2008). No que se refere a reparações, apenas em 2006 a Assembleia do Kosovo adotou a “Lei sobre o Estatuto e Direitos das famílias, Veteranos e Inválidos do ELK e as famílias de Vitimas Civis da Guerra⁸⁰”, sendo este o único mecanismo que reconhece as questões referentes às vítimas. Quanto aos memoriais as vítimas, a maioria dos pequenos monumentos construídos para esse efeito são dedicados aos membros do ELK. Ainda assim, quase impossível seria construir um memorial que fosse aceite por todas as comunidades (Dugolli e Agimi, 2008). A reconciliação pressupõe então a aceitação mútua entre grupos: entre vítimas e perpetradores ou entre partes beligerantes de um conflito, implicando por isso uma alteração na percepção do outro, isto é, a criação uma relação construtiva, contrariamente à que predomina em cenários de conflito violento (Staub, 2006). A alteração de percepções e relações entre ex-inimigos é obviamente um processo progressivo que enfrenta desafios: guerra, destruição, “desumanização em relação ao outro”, sucessivas

⁷⁹ “O TPIJ apenas estava preparado para julgar as piores atrocidades na mais ampla escala.” (Dickinson, 2003: 1061)

⁸⁰ Tradução livre da autora. No original: “Law on Status and Rights of the families of Martyrs, KLA War Invalids and Veterans, and the Families of Civilian Victims of War” (Dugolli e Agimi, 2008: 21).

exclusões do outro, mortes em massa, tortura, violações, limpezas étnicas e entre outros (Kelman, 1999) que deixam profundas cicatrizes e tornam difícil a reconciliação.

O processo de justiça transitória apresenta também desafios relacionados com as dificuldades na reconstrução e institucionalização de um sistema de justiça eficaz. À data da chegada da UNMIK não existia nenhum sistema formal de justiça e o sistema judicial anterior era maioritariamente marcado pela presença de k-sérvios (Harder, 2008). Para além disso, a maioria das infraestruturas físicas do sistema judicial encontravam-se completamente destruídas pelo conflito no Kosovo e a identificação de juízes locais rapidamente se transformou num tormento: a maioria dos profissionais k-sérvios tinham abandonado o território antes da chegada da UNMIK e os que aí permaneceram negaram-se a trabalhar para a UNMIK, contrariamente os k-albaneses, afastados das instituições estatais durante a era Milošević, encontravam-se novamente contratados ainda que evidenciando falta de experiência devido ao longo período de afastamento. Criou-se um grupo de juízes e advogados maioritariamente albaneses, o que colocava em risco a parcialidade e igualdade dos julgamentos (Harder, 2008; Perriello e Wierda, 2006). A falta de um quadro legal claro constituiu também um desafio à administração internacional que não estava preparada para o vazio do sistema judicial. Desenvolveu-se então uma abordagem *ad hoc* que passou primeiramente pelo restabelecimento do quadro legal anterior a 1999, significando assim que as leis Jugoslavas se sobreporiam ao código criminal no Kosovo a não ser que apresentassem elementos de discriminação étnica ou que violassem o Direito Internacional. Esta decisão foi obviamente rejeitada pela maioria albanesa. Ficou então clara a incapacidade dos tribunais locais em lidar com a maioria dos casos relacionados com crimes de guerra e que portanto sem a participação internacional, não poderiam funcionar de forma justa e neutra uma vez que k-sérvios e k-albaneses recebiam tratamento e julgamentos diferentes (Harder, 2008 e Dickinson, 2003). A solução foi trazida através da criação de um tribunal especial – *Kosovo War and Ethnic Crimes Court*, com jurisdição idêntica ao TPIJ e com uma maioria de juízes internacionais. Mas devido a uma série de entraves, a ideia foi abandonada em 2000⁸¹ (TRIAL, s.d.). Foi então dado espaço ao desenvolvimento de tribunais híbridos⁸² como forma de colmatar as falhas dos tribunais locais em fornecer

⁸¹ Para mais informações ver: <http://www.trial-ch.org/en/resources/tribunals/hybrid-tribunals/programme-of-international-judges-in-kosovo/the-unmik-programme.html>.

⁸² Os tribunais híbridos são constituídos por um conjunto de profissionais nacionais assim como internacionais, procurando colmatar as falhas de quer tribunais locais assim como internacionais (Nouwen, 2001: 190).

juízos justos, assim como da incapacidade do TPIJ em lidar com um grande número de casos (Dickinson, 2003).

Para além de todos estes mecanismos, é fundamental promover a (re)construção de relações: um complexo processo de redesenho da perceção de estruturas societárias, particularmente mais complexo em situações de pós-guerra e em sociedades divididas uma vez que prevê a recuperação psicológica de traumas de guerra e a formação de novas relações entre ex-inimigos com intuito de prevenir o relapso da guerra. Neste sentido, a reconciliação pode e deve ser entendida como o objetivo final da resolução do conflito (Ramsbotham, Oliver et al., 2011 : 246) uma vez que prevê a eliminação de elementos potencializadores do conflito violento, procurando abordar as causas mais profundas com um enfoque particular em questões comportamentais e estruturais (Fischer, 2011). Mas a recuperação psicossocial de uma sociedade depende da estrutura da sociedade assim como das próprias cicatrizes da guerra. Neste sentido, e paralelamente à falta de dados empíricos (Fischer, 2011), têm surgido algumas dificuldades em identificar as metodologias mais adequadas para o processo de justiça transitória. Antes de mais, o debate justiça retributiva *versus* justiça restaurativa⁸³, intrinsecamente ligado ao debate justiça *versus* verdade, tem procurado desconstruir a dicotomia vítima-perpetrador, dando relevância à escolha da vítima no destino da acusação. Nesta lógica, reconhecer as necessidades da vítima pode ser mais importante do que dar um julgamento “justo” ao perpetrador (Parent, 2010). As críticas à comunidade internacional que dão preferência a um tipo de justiça retributiva – tribunais e julgamentos, assim como a escolha de medidas sem prévia análise do seu impacto, tornou-se “uma rotina e uma prática padrão” (Fischer, 2001: 410) e vem trazer luz sobre a importância de introduzir medidas de justiça restaurativa durante processos de reconciliação com base numa análise detalhada das especificidades do conflito e da sociedade em causa. Dando lugar a vozes de sobreviventes e testemunhas e não apenas a tribunais internacionais a justiça adquire um significado ampliado, incluindo não só punição e acusação mas também reparação, reconhecimento, restituição e prevenção de novos conflitos no futuro (Amadiume a Na-Na'im, 2000). Ainda que fundamentais, estes processos não foram devidamente implementados no Kosovo. Tal como já referido em secções anteriores o fim do conflito

⁸³ Segundo Parent (2010) justiça distributiva tem como objetivo último condenar o infrator sendo que contrariamente a justiça restaurativa tem como objetivo a promoção da reconciliação restaurando a humanidade do perpetrador e a sua relação com a vítima.

armado pela mão da comunidade internacional promoveu a estagnação do conflito entre comunidades, promovendo uma dicotomia entre vencedores – k-albaneses, e perdedores – k-sérvios, mas mais grave entre as vítimas – k-albaneses e os perpetradores – k-sérvios. A presença internacional foi de facto incapaz de lidar com um passado dividido, o que acaba por marcar igualmente as relações futuras entre as comunidades. Falar do passado tornou-se não só um tabu entre a UNMIK e o PISG uma vez que poderia representar um risco à estabilidade, mas principalmente entre as comunidades. A consequência mais perigosa revelou-se através da construção de uma lógica de vitimização exclusiva da comunidade albanesa, deixando todas as outras comunidades como perpetradores e culpados. O facto de diferentes fações terem sido responsáveis por crimes de guerra criou um ciclo vicioso excludente de culpabilidade e vitimização (Dugolli e Agimi, 2008; Jenne, 2009) que obviamente não deixa espaços para todas as vítimas tornando o processo de reconciliação particularmente improvável uma vez que promove igualmente uma lógica de impunidade por aqueles que se auto percecionaram (com a ajuda da administração internacional) como únicas vítimas. Tal como identificado por Burema, nenhuma das comunidades está disposta a reconhecer o significado do sofrimento do outro (2013: 16) e nesse sentido o maior desafio do processo de justiça transitória é a “reconciliação de diferentes verdades” (Sverrisson, 2006: 15). Há um consenso particularmente óbvio quanto à abordagem do processo de justiça transitória (Fischer, 2011; Parent, 2010; Bloomfield, 2006; Staub, 2006). Pressupõe-se nesse sentido atividades a vários níveis ou seja, abordagens simultaneamente *bottom-up* e *top-down* que incidam em questões estruturais – comportamentos, memória e relações. Mais precisamente, uma abordagem *bottom-up* procurando a reconciliação entre indivíduos que estiveram diretamente envolvidos em dinâmicas violentas e que necessitam de construir um futuro em comunidade. E uma abordagem *top-down* que procure “perceber o que é necessário para construir confiança cívica, para conseguir reconciliação política e reciprocidade democrática”⁸⁴. Pretende-se então, a complementaridade entre ambas as abordagens: uma reconciliação a nível micro e uma reconciliação política a nível nacional. No entanto, não foi o que aconteceu no Kosovo. O processo de justiça transitória apenas se focou no desenvolvimento em massa de instituições de justiça. A reconciliação política ou reciprocidade democrática não existiram no Kosovo até 2008 uma vez que para além das

⁸⁴ Tradução livre da autora. No original: “(...) try to see what needs done to build civic trust, to achieve political reconciliation, democratic reciprocity (...)” (Bloomfield, 2006:27).

comunidades viverem uma separação *de facto* e num ambiente de constante desconfiança e medo relativamente ao outro, a formação de partidos políticos seguiu linhas de separação com base na etnicidade, fazendo com que o partido representasse uma comunidade assim como os seus interesses e não agendas políticas realmente democráticas, abrangentes ou inclusivas. No que se refere à abordagem *bottom-up* o Kosovo é de facto, um claro exemplo de fracasso em termos de reconciliação na medida em que o processo de reconstrução pós-conflito não abordou até 2008 a questão da justiça, nem as violações em massa de Direitos Humanos e muito menos a sensível questão referente aos injustificados desaparecimentos. Tal como Dugolli e Agimi (2008) afirmam, a justiça fora sacrificada em prol de uma estabilidade política e económica.

Finalmente, e tal como Fischer (2011) afirma, o processo de justiça transitória deve incluir dinâmicas nacionais locais não só na sua conceção assim como na sua realização, uma vez que devem ser os próprios nacionais os interessados na restituição da paz. No entanto, no Kosovo, até 2008 não houve nenhuma discussão pública sobre crimes de guerra (Dugolli e Agimi, 2008), como tal até essa data a abordagem *top-down* foi a única abordagem utilizada para o processo de reconciliação no Kosovo o que revela obviamente alguma precariedade por parte da comunidade internacional na gestão da dimensão psicossocial.

3.3. O feminismo pós-colonial na construção de uma crítica à paz liberal: Kosovo

3.3.1. Reconstrução do ódio entre kosovares albaneses e kosovares sérvios

Tal como foi possível observar através da análise multidimensional do modelo de consolidação da paz das Nações Unidas tal como implementado no Kosovo, até 2008 a administração internacional não foi capaz de responder às principais necessidades das comunidades em análise. Se por um lado manteve um discurso imperialista e cuja legitimidade fora posta em causa, por outro, preservou e cristalizou as dinâmicas conflituais entre k-albaneses e k-sérvios, mais ou menos visíveis, não só através da constante incerteza quanto estatuto futuro do território mas também, e principalmente, devido à incapacidade de promover a reconciliação entre comunidades. É neste sentido possível observar uma clara descoordenação entre aquilo que é a teoria e a prática democrática no Kosovo. Tal como Hehir mostra, a UNMIK pretendeu reeducar os kosovares de forma democraticamente ocidental, no entanto este processo de reeducação surge como hipócrita num sistema sem

eleições e onde a administração internacional é desresponsabilizada e auto-nomeada (Hehir: 2011: 203). De facto, diferentes lacunas são expostas na atuação da UNMIK através da análise das quatro dimensões, no entanto é possível observar a constante reprodução de uma dinâmica de exclusão de k-sérvios com base na diferença face a uma contrária excessiva valorização política de k-albaneses, presente ao longo da administração internacional. Ou seja, ao longo da missão da UNMIK é possível analisar que os maiores entraves da administração se traduziram ou foram causados pela consecutiva incapacidade em reconciliar as comunidades. Ainda que a dimensão psicossocial tenha sido a mais negligenciada de todas, as dificuldades presentes nas restantes compactuam com esta.

3.3.2. O *peacebuilding* liberal na agenda do feminismo pós-colonial: contributos críticos

Durante toda a década de 90, a dicotomia entre k-albaneses e k-sérvios colocava no topo da hierarquia social a comunidade sérvia contra a opressão da comunidade albanesa. Contudo, o conflito e o consecutivo processo de consolidação da paz cimentou estas divisões étnicas, permitindo apenas que houvesse uma troca de posições. Tal como Franks e Richmond (2008: 84) afirmam, ainda que a missão no Kosovo tivesse como objetivo colocar um fim às raízes do conflito, o processo de consolidação da paz no Kosovo correspondeu precisamente àquilo a que Randazzo e Bargués (2012: 33) identificam como uma descentralização étnica, ou seja, à marginalização de identidades assim como das suas agendas minando “objetivos pluralistas” do processo de consolidação da paz com a cooperação dos *liberal peacebuilders*. Aquilo a que estes autores chamam de cooptação local, correspondeu precisamente à troca dos papéis existentes entre ambas as comunidades. Como afirmam Franks e Richmond:

“Isto tomou a forma de uma separação *de facto* entre a população Kosovar Sérvia e a maioria Kosovar de 95%. E por causa disso, a maioria Kosovar Albanesa monopolizou as instituições políticas, sociais e económicas, utilizando um discurso de maioria democrática para servir o objetivo de um Estado Kosovar Albanês independente”. (Franks e Richmond, 2008: 91) ⁸⁵

⁸⁵ Tradução livre da autora. No Original: “This has taken the form of a *de facto* separation of the Kosovo Serb population and a Kosovar majority of 95% (Latawski and Smith, 2003: 84). Because of this, the Kosovo Albanian majority monopolize political, social and economic institutions, free-riding upon a majoritarian

A nossa abordagem teórica— o feminismo pós-colonial, surge como bastante pertinente e útil para esta análise, não apenas porque questiona esta realidade, mas principalmente porque procura dismantelar esta dicotomia entre comunidades de forma a entender as suas raízes. Ou seja, pretende-se com isto alertar que a realidade do pós-guerra no Kosovo não corresponde ao simples confronto entre identidades diferentes, mas sim à reprodução de realidades e processos onusianos invisibilizados que mantêm um sentido de colonialidade do comportamento da UNMIK. Nesse sentido, de forma mais ampla, o feminismo pós-colonial mostra-nos que a existência de dicotomias relacionadas com questões de feminidades/masculinidades estão intrinsecamente correlacionadas com outras posições binárias e estruturas hierárquicas que marcam o pensamento e comportamento Ocidental representadas neste caso pela UNMIK. É também através destes discursos de género, que a paz liberal impõe as suas normas (Hudson, 20012:444).

Tal como Franks e Richmond (2008: 89) identificam, os fatores primários do conflito podem ter sido exacerbados pelo projeto da paz liberal uma vez que um foco numa construção de instituições (*institutionbuilding*) *top-down* aponta para aquilo que é uma lógica de divisão em vez da construção de um Estado pluralista. Nesse sentido, a construção de identidades hierárquicas legitima uma agenda da paz liberal: a operação aérea da OTAN e a consequente intervenção da UNMIK para o terreno, tornaram-se facilmente percebidos pela comunidade albanesa como um ato de libertação e proteção por parte do Ocidente na sua periferia (Hehir, 2011: 201). Representações de género foram mobilizadas para construir a UNMIK assim como o RESG como protetores masculinos que intervêm num território fragilizado marcado pela guerra. Ao fomentar identidades coletivas e sensibilidades políticas (aquelas relacionadas com democracia, progresso e civilização) e marginalizando outras (identidades femininas e outras dependentes de proteção internacional, ou enquanto ameaças hiper-masculinizadas das quais as populações – albanesas, devem ser protegidas) a ONU foi capaz de conceptualizar e legitimar o papel de implementador da paz da UNMIK e das suas agências (O'Reilly, 2012:531). De facto, este discurso masculinizado da ONU, transposto para o terreno pela mão da UNMIK, estagnou a divisão entre as comunidades (Franks e

democratic discourse to serve the goal of an independent Kosovo Albanian dominated state.” (Franks e Richmond, 2008: 91)

Richmond, 2008; Jenne, 2009; Randazzo e Bargués, 2012) com base em identidades de género colocando k-albaneses sob a alçada feminina (em necessidade de protecção) e k-sérvios como masculinos e violentos com necessidade de serem reprimidos, mas não só. O discurso das Nações Unidas, tal como Tarja Väyrynen (2004) argumenta, produz formas neoliberais de masculinidades e feminidades criando um sistema de significados que ganham estatuto e dimensão através de posições hierarquicamente organizadas. De facto, através da personagem do RESG que reúne os poderes a que Mertus definiu como “virtualmente ilimitados”⁸⁶ (Mertus, s.d. apud Hehir, 2006), a UNMIK tornou-se o governo (Franks e Richmond, 2008: 84), apresentando características de um verdadeiro governo autoritário, o que acabou por colocar não só em causa a rapidez da transferência das responsabilidades das instituições da UNMIK para os locais, assim como a legitimidade da sua intervenção. Deste modo, e através de Spivak, é-nos possível observar que ambos, k-sérvios e k-albaneses, se apresentam como grupos subalternos de uma agenda de paz liberal e k-sérvios, como duplamente subalternizados, uma vez que também se encontram socialmente sobrepostos por k-albaneses. Tal como Hudson (2012: 444) argumenta, a forma como o género é enquadrado em discursos de segurança e operações de paz é sintomática da forma hegemónica na qual o discurso e práticas dominantes de paz liberal são normalizadas e institucionalizadas.

Para além do facto de a construção da paz sob alçada liberal após a conquista (intervenção militar) ser instituída através de um contínuo compromisso à prática neoliberal de boa governação e abertura de mercados (Hudson, 2012: 444), a UNMIK apresenta uma narrativa que reproduz lógicas de masculinidades no pós-guerra e por isso, uma paz masculinizada que cria distinções com base na diferença e que promove um ciclo de violências par a par com a produção de uma ordem desigual. Para além da utilização da diferença no tratamento das diferentes comunidades, a ONU produziu discursos, tal como acima referido, que a tornaram capaz de se colocar no centro do sistema estabelecendo não só a periferia onde

⁸⁶ O RESG tem o poder de dissolver a assembleia e convocar novas eleições tem autoridade final sobre a nomeação, demissão do cargo e disciplinamento de juizes e procuradores, exerce autoridade sobre instituições de aplicação da lei, pode recusar a aprovação do orçamento e conduz as relações externas. Nomeia pessoalmente os membros do Conselho Económico e Fiscal, do Conselho de Direção da Autoridade Bancária e de Pagamentos do Kosovo, o chefe executivo do Serviço de Alfândega e Imposto de Inspeção e finalmente do Auditor geral (UNMIK, 2001).

intervir – Kosovo, como mantendo uma posição de superioridade face aos Kosovares em geral mantendo e reproduzindo lógicas de colonialidade. O desenvolvimento de uma identidade política que pressupõe o Ocidente como referencial, apenas prevê autogovernarão quando esta respeita aqueles que são os princípios democráticos e liberais (Hudson, 2012: 447). Nesta linha de argumentação, um território que não corresponda aos critérios estabelecidos por esta identidade política forte, não apresenta as condições para ser tornar um Estado autogovernado – independente, condenado a ser tal como o Kosovo um protetorado internacional. Mas para além disso, a não pertença a este referencial por parte do Kosovo correspondeu precisamente à responsabilidade da OTAN e da ONU em intervir no seu território, legitimando assim esse comportamento e promovendo a ideia de que o Ocidente tem a obrigação moral/dever de modernizar, democratizar e desenvolver o Sul global (Kasniqi, 2007: 7 *apud* O'Reilly, 2012: 535).

A missão da ONU no Kosovo não foi então capaz, a nosso ver, de promover a reconciliação entre as comunidades em causa nem tão pouco de prevenir e responder às raízes do conflito. Pelo contrário, a UNMIK homogeneizou e universalizou k-albaneses e k-sérvios dentro dos seus próprios círculos comunitários impedindo assim a alternativa de identidades dentro das comunidades: k-sérvios não poderiam ser vítimas porque apenas eram apresentados enquanto perpetradores e k-albaneses apenas podem ser os vencedores da guerra porque apenas k-sérvios são perdedores, tal como a administração internacional definiu. Mas também devem ser desconstruídos mitos de vitimizações, tal como como o feminismo faz relativamente a mulheres do Terceiro Mundo o que já amplamente foi apresentado no primeiro capítulo desta dissertação⁸⁷.

Para além disso, a cimentação desta dicotomia pela mão da paz liberal, promove a construção de grupos heterogéneos (ou albanês, ou sérvio) assim como uma lógica de vitimização interligada a um determinado grupos (Byrne, 1995).

⁸⁷ Ver capítulo 1 página 1: Onyinyechukwu Onyido (2013).

3.3.3. Legados de uma paz liberal no local

Os reflexos desta agenda de paz liberal marcada por aquilo que já analisámos ser uma tipologia de colonialidade traduziram-se no caso do Kosovo na estruturação de lógicas de violências. Sejam elas culturais (uma vez que os comportamentos e crenças que marcam a grande distinção entre k-sérvios e k-albaneses reproduzem e legitimam lógicas de violência, tornando-as parte da normalidade e fomentando a construção de uma hierarquia com base na diferença entre comunidades) ou estruturais (uma vez que k-sérvios se encontram em desvantagem intrinsecamente construída relativamente a k-albaneses no sistema político, social e económico do Kosovo) (Galtung, 1990; 1996), mantendo assim ativas as causas mais profundas do conflito. É no entanto fundamental identificar esses mesmos reflexos ou resultados no território e mais especificamente na população.

O desenvolvimento de instituições tem sido reconhecido como um verdadeiro caso de sucesso no Kosovo. No entanto, se analisarmos com mais exatidão é possível perceber que aliadas às incapacidades da UNMIK em promover a reconciliação, essas mesmas instituições acabaram igualmente por minar possibilidade de diálogo, fomentando e cimentando a discórdia entre as comunidades. Um dos conhecidos “casos de sucesso” para a UNMIK foi a institucionalização do KPS (Cady, 2003:72; Franks e Richmond, 2008: 87; Heinemann-Grüder e Wolf-Christian, 2001: 51), mas ainda que operacional e bem estabelecida e ainda que fosse uma das poucas instituições na qual trabalham em conjunto membros de diferentes comunidades⁸⁸, apresentou lacunas no seu funcionamento. Cinquenta por cento dos seus membros eram ex-membros do ELK sendo que num quadro mais amplo e olhando também para o caso do KPC (90% dos membros do KPC eram ex-membros do ELK), ex-membros do ELK monopolizaram a agenda militar e de segurança no pós-guerra, fomentando assim o medo relativamente às forças de segurança “nacionais” por parte das comunidades não albanesas. Também institucionalização da prática democrática no Kosovo tem sido vista como um caso de sucesso⁸⁹. No que se refere a partidos políticos, é importante deixar claro que as suas distinções eram mais uma vez marcadas por linhas étnicas, como tal a distinção

⁸⁸ Em 2008 mais de 15% dos seus membros não eram k-albaneses e cerca de 10% eram k-sérvios (Crossley-Frolick e Dursun-Ozkanca, 2001: 39).

⁸⁹ Instituiu alguma estabilidade, diminui a taxa de assassinatos tal como da violência interétnica e finalmente facilitou o retorno da maioria dos refugiados k-albaneses (Lemay-Hébert, 2009: 31 e 32).

entre estes mesmos partidos representa precisamente as divisões entre as comunidades, não trazendo assim agendas políticas verdadeiramente democráticas ou inclusivas uma vez que representam na realidade os interesses específicos e particulares de cada comunidade (Chesterman, 2001: 5). Quanto ao funcionamento de instituições tais como a Assembleia Nacional, a Presidência, o Comitê dos Direitos e Interesses das Comunidades ou ainda os Ministros do Governo, estas apresentam números fixos de participação relativamente a cada comunidade⁹⁰. O funcionamento dessas divisões com base na diferença étnica forçaram cidadãos Kosovares a compactuar e atuar dentro das linhas de comportamento estabelecidas pelo discurso da etnicidade (Hehir, 2011: 202). Também a permanência da existência de instituições paralelas (Chesterman, 2001: 8; Montanaro, 2009: 5; Narten, 2008: 381; Baskin, 2004) ou de uma sociedade dividida por linhas étnicas, aliada à vivência de k-sérvios em enclaves tornou as relações entre comunidades no pós-guerra ainda mais ambíguas. A administração Internacional procurou firmar a autoridade em regiões maioritariamente albanesas, deixando enclaves sérvios sob controlo de Belgrado (Lemay-Hébert, 2009: 31; Montanaro, 2009: 11). Uma das principais causas disso tem sido o facto de a UNMIK se mostrar incapaz de criar uma noção de cidadania inclusiva (Franks e Richmond, 2008: 91) assim como de desenvolver uma identidade nacional através daquilo que é identificado como *nationbuilding* (Lemay-Hébert, 2009). Neste sentido, é possível observar que a nova agenda política no Kosovo seguiu a linha divisória que já existia entre as comunidades:

“A UNMIK estabeleceu a etnicidade como a característica social de definição no Kosovo e a administração adsorveu a identidade étnica no novo sistema político, tornando-a um fator crucial na repartição de poder”. (Hehir, 2011: 201).⁹¹

Ainda que o processo de *institutionbuilding* no Kosovo tenha sido visto como um caso de sucesso, a construção de instituições estatais sem uma base social sólida, torna essas instituições vazias e ilegítimas aos olhos dos locais, uma vez que não representam os seus interesses. Em conjunto, os erros cometidos pela administração internacional acabaram por minar um acordo de paz efetivo entre as comunidades. O potencial destabilizador do conflito permaneceu intacto uma vez que as causas mais profundas do conflito não foram

⁹⁰ Ver exemplo apresentado na secção “Dimensão política constitucional” acerca da Assembleia Nacional na página 62.

⁹¹ Tradução livre da autora. No original: “UNMIK established ethnicity as the defining social characteristic in Kosovo and the administration embedded ethnic identity in the new political system, making it a crucial factor in the apportioning of power” (Hehir, 2011: 201).

abordadas (Yannis, 2001). A abordagem utilizada nesta situação permitiu, contrariamente ao esperado, a manutenção e surgimento de novos ódios entre as comunidades uma vez que pressupôs a reutilização dos fatores catalisadores do conflito como fórmula de resolução do conflito.

Conclusão

Ao longo desta dissertação elaborámos uma abordagem alternativa através de uma análise crítica da intervenção das Nações Unidas no Kosovo, especificamente na UNMIK. Contudo, avaliar o êxito de intervenções internacionais é inerentemente um exercício relativo. Nesse sentido, e de forma a conseguirmos respostas pragmáticas e fundamentadas, procurámos elaborar um quadro de análise inovador através da definição de conceitos – paz sustentável, paz liberal e paz masculinizada, assim como da identificação de tipologias de violência apresentadas por Galtung – violência direita, violência estrutural e violência cultural, de forma a delimitarmos os nossos critérios. A partir desse momento, identificámos as etapas que nos permitiriam avaliar a missão da ONU no Kosovo as quais se materializaram nos 3 capítulos aqui apresentados.

No primeiro capítulo, identificámos o quadro teórico utilizado na análise da missão da UNMIK e como tal, na construção de uma crítica alternativa – o feminismo pós-colonial. Evidenciámos o papel que esta abordagem em conjunto com uma lente de género têm na construção dessa crítica alternativa, assim como na desconstrução de discursos masculinizados que, reproduzidos por administrações internacionais, nomeadamente a UNMIK, têm influência na (d)estabilização de ambientes afetados por conflitos armados. Desta forma e ao longo do trabalho, procurámos perceber se de facto a administração internacional no Kosovo conseguiu responder às necessidades das duas comunidades em análise (k-albaneses e k-sérvios) contribuindo para a construção e consolidação de uma paz sustentável. A análise, assim como as evidências empíricas que fornecem a resposta a esta pergunta, foram apresentadas ao longo do terceiro capítulo e nesse sentido, o argumento inicialmente apresentado – o processo de reconstrução pós-conflito no Kosovo não deu a devida centralidade a todas as comunidades em análise, traduzindo-se antes na imposição de uma paz liberal tipicamente masculinizada e excludente, mostrou estar confirmado.

Ainda assim, numa fase anterior – no segundo capítulo, elaborámos uma análise histórica que identificou os principais elementos das complexas raízes do conflito assim como o contexto das primeiras etapas da intervenção internacional. Ao longo desse capítulo foram efetivamente identificados os principais despoletadores de ódios que tão profundamente marcaram a histórias e as relações entre comunidades e que tornaram difícil a gestão do

imediatamente pós-guerra. Nesse sentido a afirmação de Moncada (2001: 62) que apresentamos inicialmente, de que o conflito mostrava ser “produto de fatores políticos e estratégicos” tornou-se mais clara uma vez que estes ódios surgiram como resultado de construções forçadas por nacionalismos exacerbados e mútuas imposições e ocupações territoriais. Nesse sentido, a criação de instituições paralelas por parte da comunidade albanesa tornou-se a solução, marcando o desenvolvimento da sociedade Kosovar até 2008. No entanto, também foram identificados os primeiros problemas e limitações da ação da comunidade internacional no conflito primeiramente pelas mãos da OTAN e num segundo momento através da apresentação da Resolução 1244. Se durante a intervenção aérea da organização, a violência entre comunidades aumentara exponencialmente, após 78 dias de bombardeamentos a retirada das forças militares jugoslavas deixara um vazio em termos de segurança que permitira a manutenção e criação de novos ciclos de violência, desta vez numa lógica de vingança de k-albaneses contra as restantes comunidades o que agudizou as já existentes divisões entre comunidades. Por outro lado, e ainda que estabelecendo as linhas do acordo de paz, a Resolução 1244 mostrou-se dúbia e incerta trazendo dificuldades tanto aos administradores internacionais tal como aos kosovares no que se refere às suas expectativas relativamente ao estatuto político do Kosovo.

No que diz respeito ao terceiro capítulo, e tal como propusemos fazer, analisámos e avaliámos as quatro dimensões do modelo de consolidação da paz da ONU através do nosso caso prático tendo como data limite o ano da declaração de independência do Kosovo – 2008. Foram identificadas reformas e processos a nível político, económico e social, que apresentaram precisamente resultados contrários àquele a que Ramsbotham *et al.* (2011: 246) identifica ser o objetivo último da resolução do conflito – a reconciliação. Mas para além disso e também ao longo da análise dessas dimensões, foi identificado um discurso marcado por aquilo que já identificámos ser a colonialidade, presente na ONU e representado na sua missão no Kosovo. Quer isto dizer que para além da crescente falta de legitimidade identificada ao longo da intervenção da UNMIK, a falta de participação de locais nos processos de discussão e tomada de decisão foram reveladores de uma abordagem *top-down* imposta à população local (os membros da ELK são obviamente uma exceção neste caso uma vez que beneficiaram das negociações com a administração). Desta forma, foram então identificadas duas lógicas dicotómicas altamente excludentes baseadas num sistema

masculinizado hierárquico e colonial, marcadas pelo poder dominante de determinado grupo em relação a outro e que por isso minaram a construção de uma paz sustentável no Kosovo. De igual forma, tornou-se visível que o projeto liberal no Kosovo criou um Estado iliberal e mono-étnico que representa aquilo que é, a nosso ver, uma paz virtual ou artificial.

Nesse sentido, e respondendo à nossa pergunta de partida, é possível afirmar que até 2008, a missão da ONU no Kosovo não foi capaz de responder às necessidades das comunidades uma vez que a reconciliação não fez parte da agenda do processo de consolidação da paz e sendo que k-albaneses e k-sérvios permaneceram até à data afastados entre si, tanto cultural como fisicamente. Para além disso, k-sérvios ficaram confinados a pequenos enclaves dispersos pelo território, assim como a norte do Kosovo – a partir de Mitrovicë/Mitrovica, nas fronteiras com a Sérvia. Estas regiões mais a norte e especificamente Mitrovicë/Mitrovica que, como vimos antes, permanece dividida pelo rio Ibar separando k-albaneses a sul de k-sérvio a norte, passaram assim a representar a divisão precisamente entre estas duas comunidades, assim como a incapacidade da UNMIK em controlar a totalidade do território e em prevenir a grande influência de Belgrado nestas regiões. Tendo em conta a segunda parte da nossa pergunta de partida, a UNMIK não conseguiu construir e consolidar uma paz sustentável no Kosovo, uma vez que primeiramente não foram tomadas medidas que prevenissem a re-escalada da violência e prova disso foram os acontecimentos de março de 2004. Mas também, para além de ter mantido lógicas de conflito não armado através de dinâmicas de violência estrutural e cultural, não eliminou as raízes do conflito e optou por uma abordagem *top-down* focando excessivamente a necessidade de construção de instituições Estatais ao invés de uma noção de *nationbuilding* ou de *local ownership*.

Tal como já indicámos através das palavras de Pugh (1988) este modelo de consolidação da paz sobrepõe ideais, metodologias e reformas neoliberais às necessidades e interesses locais, minando o objetivo de uma paz sustentável. O recurso ao feminismo pós-colonial em conjunto com uma lente de género permitiu-nos introduzir um prisma diferente na construção de uma análise crítica à missão da UNMIK e por isso mesmo alternativa. A construção de dicotomias masculinidade/feminidade ou colonizador/colonizados foram elementares na implementação de um modelo de paz liberal sob alçada da UNMIK, uma paz institucionalizada através de estruturas de controlo, regulações, imposições ocidentais. Tal

como foi analisado na última secção, a utilização deste quadro teórico, permitiu identificar a paz liberal como um projeto de género que reproduz precisamente uma lógica de género, classes, identidades nas quais o masculino, o liberal, o ocidental são entendidas como fontes de superioridade, dominação e privilégio.

O trabalho que aqui nos propusemos a elaborar representa uma abordagem crítica inovadora à missão das Nações Unidas no Kosovo com base num quadro teórico feminista pós-colonial. É nesse sentido um ponto de partida e metodologia interessante para futuras análises em termos daqueles que são os estudos da paz e da segurança mas principalmente para analisar diferentes operações de paz no quadro das Nações Unidas. Será nesse sentido uma abordagem pertinente para continuar a análise do processo de consolidação da paz no Kosovo até os dias de hoje.

Referências Bibliográficas

- Amadiume**, Ifi e An-Na'im, Abdullahi (2000) *The Politics of Memory: Truth, Healing and Social Justice*. New York: Zed Books;
- Arms** Control Association [ACA] (1999) "Belgrade, KLA Move Forward on Arms Control, Disarmament" https://www.armscontrol.org/act/1999_09-10/yugso99 [5 de Maio de 2015].
- Baliqi**, Bekim (2012) "Security Sector Reform in Kosovo: From Institutional Transitions to the Democratic Consolidation" University of Prishtina - Department of Political Science http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2421264 [10 de Maio de 2015].
- Barakat**, Sultan e Özerdem, Alpaslan (2005) "IMPACT OF THE REINTEGRATION OF FORMER KLA COMBATANTS ON THE POST-WAR RECOVERY OF KOSOVO" *International Journal of Peace Studies*. Volume 10/Número 1, 27-45. http://www.gmu.edu/programs/icar/ijps/vol10_1/Barakat&Ozerdem_101IJPS.pdf [29 de Abril de 2015].
- Bouckaert, Peter (2004) "Failure to Protect: Anti-minority Violence in Kosovo, March 2004" Human Rights Watch.
- Barnes**, Samuel H. (2002) "The contribution of democracy to rebuilding post conflict societies" <http://myweb.clemson.edu/~maloney/download/RussianNucs/journ-cut/ajil.pdf> [27 de Março de 2015].
- Baskin**, Mark (2004) "Building Local Democracy under Conditions of Uncertainty in Kosovo" <http://www.wilsoncenter.org/publication/291-building-local-democracy-under-conditions-uncertainty-kosovo> [1 de Junho de 2015].
- Bellamy**, Alex J. e Williams, Paul (2008) *Peace Operations and Global Order*. London: Routledge.
- Bernabéu**, Irene (2007) "Laying the Foundations of Democracy? Reconsidering Security Sector Reform Under UN Auspices in Kosovo" SAGE Publications <http://sdi.sagepub.com/content/38/1/71.full.pdf+html> [5 de Março de 2015].
- Bhaumik**, Sumon Kumar et al. (2005) "Ethnic conflict and economic disparity: Serbians and Albanians in Kosovo" *Journal of Comparative Economics*. Volume: 34 Número: 4 <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S014759670600045X> [10 de Maio de 2015].

Bloomfield, David (2006) “On Good Terms: Clarifying Reconciliation” Berghof Research Center for Constructive Conflict Management. <http://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2011/2521/pdf/br14e.pdf> [28 de Abril de 2015].

Bouckaert, Peter (2004) “Failure to Protect: Anti-minority Violence in Kosovo, March 2004” Human Rights Watch.

Boulding, Elise (1992) "United Nations peacebuilding in Namibia" in *New Agendas for Peace Research*.

Buckley, William Joseph (2000) *Kosovo: Contending Voices on Balkan Interventions*. Lancaster: Eerdmans Publishing.

Burema, Lars (2013) “Reconciliation in Kosovo: A Few Steps Taken, a Long Road Ahead” *Journal on Ethnopolitics and Minority Issues in Europe*. Volume: 11, Número: 4, 7-27. <http://www.ecmi.de/fileadmin/downloads/publications/JEMIE/2012/Burema.pdf> [10 de Junho de 2015].

Buzan, Barry; Hansen, Lene (2009) *The Evolution of International Security Studies*. UK: Cambridge University Press.

Byrne, Bridget; Marcus, Rachel e Powers-Stevens, Tanya (1995) “Gender, conflict and development: volume II: Case Studies: Cambodia; Rwanda; Kosovo; Algeria; Somalia; Guatemala and Eritreia”, 53-69. Bridge Development – gender. <http://www.bridge.ids.ac.uk/sites/bridge.ids.ac.uk/files/reports/re35c.pdf> [12 de Março de 2015];

Cady, Jean-Christian (2003) “The United Nations and Security Sector Reform in Kosovo” <http://www.dcaf.ch/Chapter-Section/The-United-Nations-and-Security-Sector-Reform-in-Kosovo> [28 de Abril de 2015].

Carapic, Jovana (2014) “Handgun Ownership and Armed Violence in the Western Balkans” *Small Arms Survey Issue Brief*. Número: 4, 1-16. <http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/G-Issue-briefs/SAS-AV-IB4-Western-Balkans.pdf> [15 de Maio de 2015].

Carbonnier, Gilles (1999) “The Challenges of Rebuilding War-torn Economies” http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/127/ichaptersection_singledocument/a5d78648-74b9-496a-83fa-7cedf671e399/en/doc_129_259_en.pdf [22 de Março de 2015].

- Chandler, David** (2006) *Empire in Denial: The Politics of State-Building*. Londres: Pluto Press.
- Chesterman, Simon** (2001) “Kosovo in Limbo: State-Building and “Substantial Autonomy” International Peace Academy. http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/7860A930CB97D2D585257425005A88E2-IPA_Kosovo_Aug01.pdf [1 de Junho de 2015].
- Choedon, Yeshi** (2010) “The United Nations Peacebuilding in Kosovo: The Issue of Coordination”. <http://isq.sagepub.com/> [1 de Junho de 2015].
- Chomsky, Noam** (1999) *O novo Humanitarismo Militar: Lições do Kosovo*. Porto, Campo das Letras.
- Confortini, Catia C.** (2006) “Galtung, Violence, and Gender: The Case For A Peace Studies/Feminism Alliance” *Peace&Change*. Volume 31/número 3, 333-367.
- Conseil de Sécurité des Nations Unies [CSNU]** (1999) “S/1999/648: Les accords de Rambouillet” http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/990123_RambouilletAccord%28fr%29.pdf [16 de Março de 2015].
- Conselho da União Europeia [CUE]** (2008) “Comprehensive approach to the EU implementation of the United Nations Security Council Resolution 1325 and 1820 on women, peace and security” http://www.usip.org/sites/default/files/Gender/EU_Report_Comprehensive_Approach_to_Implementation_of_Resolution_1325.pdf [25 de Novembro de 2014].
- Cravo, Teresa Almeida** (2013) “Duas décadas de consolidação da paz: as críticas ao modelo das Nações Unidas”, <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/viewFile/2621/2137> [29 de Setembro de 2014].
- Crossley-Frolick, Katy A. e Dursun-Ozkanca, Oya** (2011) “Transitional Justice and Security Sector Reform: The Role of the EU and Other Multilateral Institutions in Building Kosovo’s Police Force” http://www.euce.org/eusa/2011/papers/12i_dursun-ozkanca.pdf [1 de Maio de 2015].
- Del Castillo, Graciana** (2008) *Economic Reconstruction of War-Torn Countries: The Role of the International Financial Institutions*

<http://scholarship.shu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1085&context=shlr> [21 de Março de 2015].

Demekas, Dimitri G. et al. (2002) *KOSOVO Institutions and Policies for Reconstruction and Growth*. EIDimitri G. EUA: International Monetary Fund, <http://www.esiweb.org/pdf/bridges/kosovo/18/1.pdf> [5 de Junho de 2015].

Dickinson, Laura A. (2003) “The Relationship Between Hybrid Courts and International Courts: The Case of Kosovo” <http://www.nesl.edu/userfiles/file/lawreview/vol37/4/dickinson.pdf> [10 de Junho de 2015].

Diken, Bulent; Laustsen, Carsten (2005) “Becoming Abject: Rape as a Weapon of War”, <http://www.staff.amu.edu.pl/~ewa/Diken%20and%20Lausten,%20Becoming%20Abject.pdf> [23-03-2014].

Doyle, Michael, Kant, “Liberal Legacies and Foreign Affairs”, *Philosophy and Public Affairs*, 12(3), pp. 205-235 (Summer 1983).

Dugolli, Ilir e Agimi, Ilire (2008) “Transitional Justice in Kosovo” Kosovar Institute for Policy Research and Development. http://www.kipred.org/advCms/documents/57981_Eng_ToJ.pdf [10 de Junho de 2015].

European Center for Minority issues in Kosovo (ECMI) (2015) “Ethno-Political Map of Kosovo” http://www.ethnopoliticalmapks.com/?eth=al_sr_tr_ba_ro_as_eg_go_me_oh_oth&lang=En [7 de Junho de 2015].

Fischer, Martina (2011) “Transitional Justice and Reconciliation: Theory and Practice” in Beatrix Austin, Martina Fischer, Hans j. Giessmann (eds.) *Advancing Conflict Transformation: The Berghof Handbook II*. Barbara Budrich Publishers, Opladen/Framington Hills, 406-430 http://www.berghof-foundation.org/fileadmin/redaktion/Publications/Handbook/Articles/fischer_tj_and_rec_handbook.pdf [23 de Abril de 2015];

Franks, Jason; Richmond, Oliver P. (2008) “Coopting liberal peace-building untying the Gordian knot in Kosovo” *Cooperation and Conflict* <http://cac.sagepub.com/content/43/4/480> [28 de Setembro de 2014].

- Friedrich**, Jürgen (2005) “UNMIK in Kosovo: Struggling with Uncertainty” *Max Planck Yearbook of United Nations Law*. Volume: 9, número: 1, 225-293, http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb_friedrich_9_225_293.pdf [22 de Fevereiro de 2015].
- Galtung**, Johan (1990) “Cultural Violence” *Journal of Peace Research*, Vol. 27, No. 3. (Aug., 1990), pp. 291-305 [http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202014%20readings/IPD%202014_2/Cultural%20Violence%20\(Galtung\).pdf](http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202014%20readings/IPD%202014_2/Cultural%20Violence%20(Galtung).pdf) [21 de Outubro de 2014].
- Galtung**, Johan (1996) “Violence, Peace, and Peace Research” *International Peace Research Institute*, Oslo, <http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/sites/developpement/shared/developpement/343/Galtung1969JPRViolencePeacePeaceResearch.pdf> [21 de Outubro de 2014].
- Garde**, Paul (1992) *Vie et mort de la Yougoslavie*. Lille: Fayard.
- Ginty**, Roger e Richmond, Oliver (2009) “Myth or Reality: Opposing Views on the Liberal Peace and Post-war Reconstruction” in Ginty, Roger e Richmond (eds.) *The Liberal Peace and Post-War Reconstruction: Myth or reality?*. Nova Iorque: Routledge 1-7.
- Ginty**, Roger e Richmond, Oliver P (2013) “The Local Turn in Peace Building: a critical agenda for peace” <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01436597.2013.800750> [30 de Junho de 2015].
- Gomes**, Teresa Cierco (2011) “Kosovo: os desafios à democratização” *Relações Internacionais*. Número 32, 153-170.
- Gow**, James (2005) “The War in Kosovo, 1998-1999” in Ingraio, Charles e Emmert, Thomas (eds.) *A. Confronting the Yugoslav Controversies: A Scholars' Initiative (Second Edition)*. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press http://docs.lib.purdue.edu/purduepress_ebooks/28/.
- Green**, Reginald Herbold e Ahmed, Ismail I (1998) “Complex Political Emergencies: From Relief Work to Sustainable Development? Rehabilitation, Sustainable Peace and Development: Toward Reconceptualisation” <http://mobile.opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/123456789/5661/rg237.pdf?sequence=1> [23 de Março de 2015].

Harder, Melissa Ann (2008) “*No Law but Order: Justice and Security Sector. Reform in Kosovo*” Dr. John Harriss <http://summit.sfu.ca/system/files/iritems1/9030/etd4087.pdf> [10 de Junho de 2015].

Haughton, Jonathan (1998) “The Reconstruction of War-Torn Economies” http://www.researchgate.net/profile/Jonathan_Haughton/publication/237563879_THE_RECONSTRUCTION_OF_WAR-TORN_ECONOMIES_Technical_Paper/links/00b49528f6e27c557a000000.pdf [21 de Março de 2015].

Hehir, Aidan (2006) “Autonomous province building: Identification theory and the failure of UNMIK” *International Peacekeeping* Volume 13 número 2, http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13533310500437597#.VO4Go_msWN0 [23 de Fevereiro de 2015].

Heinemann-Grüder, Andreas e Wolf-Christian, Paes (2001) “Wag the Dog: The Mobilization and Demobilization of the Kosovo Liberation Army” Bonn International Center for Conversion: Brief 20. file:///C:/Users/Cyntia/Desktop/Cyntia/Documents/1.%20Faculdade/Faculdade%20de%20Economia%20da%20Universidade%20de%20Coimbra/Mestrado/tese/6.%20cap%C3%ADtulo%20anal%C3%ADtico/Dimensoes%20do%20peacebuilding/pr%C3%A1tico_Kosovo/1.%20Dimens%C3%A3o%20militar%20e%20de%20seguran%C3%A7a/Brief_20.pdf [28 de Maio de 2015].

Hill, Stephen M. (2004) *United Nations Disarmament Processes in Intra-State Conflict*. Hampshire : Palgrave Macmillan <http://www.palgrave.com/page/detail/united-nations-disarmament-processes-in-intrastate-conflict-stephen-m-hill/?K=9780333947166> [01 de Abril de 2015].

Hudson, Heidi (2005) “Doing Security As Though Humans Matter: A Feminist Perspective on Gender and the Politics of Human Security” *Security Dialogue*. Volume 36/número 2, 154-174.

Ingrao, Charles; Emmert, Thomas A. (2012) *Confronting the Yugoslav Controversies: A Scholars' Initiative*. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press.

International Crises Group (2004) “Collapse in Kosovo: Europe Report N°155”. <http://www.crisisgroup.org/en/regions/europe/balkans/kosovo/155-collapse-in-kosovo.aspx> [3 de Junho de 2015].

International Crisis Group [ICG] (2001) “Religion in Kosovo” ICG Balkans Report nº105, <http://www.crisisgroup.org/~media/Files/europe/Kosovo%2026> [15 de Janeiro de 2015].

International Crisis Group: working to prevent conflict worldwide. Religion in Kosovo: *Europe Report* nº105 (2001) <http://www.crisisgroup.org/en/regions/europe/balkans/kosovo/105-religion-in-kosovo.aspx> [20 de Outubro de 2014].

Jabri, Vivienne (2013) “Peacebuilding, the local and the international: a colonial or postcolonial rationality?” *Peacebuilding*. 1-1, 3-16.

Janjić, Dušan et al. (2005) “Kosovo under the Milošević regime” in Emmert, Thomas A. (eds.) *Confronting the Yugoslav Controversies: A Scholars' Initiative (Second Edition)*. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press http://docs.lib.purdue.edu/purduepress_ebooks/28/.

Jenne, Erin K. (2009) “The Paradox of Ethnic Partition: Lessons from *de facto* Partition in Bosnia and Kosovo” *Regional & Federal Studies*. Volume: 19, Número: 2. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13597560902789853> [8 de Maio de 2015].

Jennings, Kathleen M. (s.d.) “Gender and Post-Conflict Statebuilding” The Graduate Center, http://statesandsecurity.org/_pdfs/Jennings.pdf [10 de Outubro de 2013];

Jesus, Diego Santos Vieira (2010) Ensaio “Bravos novos mundos: uma leitura pós-colonialista sobre masculinidades ocidentais” Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100010 [7 de Outubro de 2014].

Kaldor, Mary (1999) *New and Old Wars*. Cambridge: Polity Press.

Kastrati, Ardian (2015) “Civil Society Development and its Impact on the Democratization Process in Kosovo” *Mediterranean Journal of Social Sciences*. Volume: 6 Número: 2 S5. 69-79. <file:///C:/Users/Cyntia/Downloads/6161-23833-1-PB.pdf> [25 de Junho de 2015].

Kelman, Herbert C. (1999) “Transforming the relationship between former enemies: A social-psychological analysis” in In R.L. Rothstein (Ed.) *After the peace: Resistance and reconciliation*. Boulder, CO, and London: Lynne Rienner, 193-205.

<http://scholar.harvard.edu/hckelman/publications/transforming-relationship-between-former-enemies-social-psychological-analysis> [26 de Abril de 2015].

Knudsen, Rita Augestad (2013) “Privatization in Kosovo: ‘Liberal Peace’ in Practice” *Journal of Intervention and Statebuilding*. Volume: 7. Número: 3 <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17502977.2012.734559> [5 de Maio de 2015].

Kosovar Center for Security Studies [KCSS] (2009) “Chronology for Security Sector Reform in Kosovo” <http://www.qkss.org/en/Occasional-Papers/Chronology-for-Security-Sector-Reform-in-Kosovo-89> [28 de Abril de 2015].

Kowalski, Mateus (2014) “Paz” in Mendes, Nuno Canas; Coutinho, Francisco Pereira (eds.) *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 378-380.

Krieger, Heike (2001) *The Kosovo Conflict and International Law: An Analytical Documentation 1974-1999*. Cambridge: University Press.

Kumar, Krishna (1998) “After the Elections: consequences for Democratization” in Kumar, Krishna Postconflict Elections, Democratization, and International Assistance. Londres : Lynne Rienner Publishers, 215-227.

Kumar, Krishna (1998) “Postconflict: conflict Elections and International Assistance” in Kumar, Krishna Postconflict Elections, Democratization, and International Assistance. Londres: Lynne Rienner Publishers, 5-14.

Le Monde Diplomatique (s.d.) “UN CAHIER SPECIAL SUR LE KOSOVO: La conférence de Rambouillet” <http://www.monde-diplomatique.fr/cahier/kosovo/rambouillet> [16 de Março de 2015].

Lederach, John Paul (2002) *Building Peace Sustainable Reconciliation in Divided Societies*. Washington, D.C.: United States Institute of Peace.

Lemay-Hébert, Nicolas (2009) “Statebuilding without Nation-building? Legitimacy, State Failure and the Limits of the Institutional Approach” *Journal of Intervention and Statebuilding*. Volume: 3 Número: 1 <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/175029708026081599> [8 de Maio de 2015].

Lemay-Hébert, Nicolas (2012) “Coerced transitions in Timor-Leste and Kosovo: managing competing objectives of institution-building and local empowerment” *Democratization: Special Issue: — DO ALL GOOD THINGS GO TOGETHER?*

CONFLICTING OBJECTIVES IN DEMOCRACY PROMOTION. Volume: 19 Número: 3
<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13510347.2012.674358> [7 de Abril de 2015].

Lidén, Kristoffer (2006) “Whose Peace? Which Peace” On the Political Architecture of Liberal Peacebuilding. International Peace Research Institute, Oslo (PRIO).

Lodgaard, Sverre (1996) “Preface” in United Nations Institute for Disarmament Research Geneva [UNIDIR] Disarmament and Conflict Resolution Project Managing Arms in Peace Processes: The Issues. Geneva, 169-204.
<http://unidir.org/files/publications/pdfs/disarmament-and-conflict-resolution-project-managing-arms-in-peace-processes-the-issues-129.pdf> [15 de Março de 2015].

Lopes, Paula Duarte (2014) “Construção da Paz” in Mendes, Nuno Canas; Coutinho, Francisco Pereira (eds.) *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 378-380.

Lopes, Paula Duarte; Freire, Maria Raquel (2009) “Rethinking Peace and Violence: New Dimensions and New Strategies” in Lopes, Paula Duarte; Ryan, Stephen (eds.) *Rethinking Peace and Security: New Dimensions, Strategies and Actors*. University of Deusto, Bilbao: EDITOR, 13-30.

López-Pintor, Rafael (1997) “Reconciliation Elections: A Post-Cold War Experience” in Kumar, Krishna Rebuilding Societies After Civil War Critical Roles for International Assistance. Estados Unidos da América: Lynne Rienner Publishers, 43 -61.

Lyons, Terrence (2002) “Postconflict Elections: War Termination, Democratization, and Demilitarizing Politics” Institute for Conflict Analysis and Resolution George Mason University, http://scar.gmu.edu/sites/default/files/wp_20_lyons.pdf [25 de Março de 2015].

MacGinty, Roger e Richmond, Oliver (2009) “Myth or Reality: Opposing Views on the Liberal Peace and Post-war Reconstruction” in MacGinty, Roger e Richmond, Oliver *The Liberal Peace and Post-War Reconstruction: Myth or reality?*. Londres: Routledge.

Manning, Carrie (2004) “Armed opposition groups into political parties: Comparing Bosnia, Kosovo, and Mozambique” *Studies in Comparative International Development*. Volume: 39 Número: 1, 54-76. <http://link.springer.com/article/10.1007%2F02686315> [1 de Junho de 2015].

Maaz, Zeev e Russett, Bruce (1993) “Normative and Structural Causes of Democratic Peace, 1946-1986” *The American Political Science Review*. Volume: 87 Número:3, 624-638

http://journals.cambridge.org/download.php?file=%2FPSR%2FPSR87_03%2FS0003055400271414a.pdf&code=94a13150f8feba67559d97c60a9e146d [1 de Julho de 2015].

Meintjes, Sheila (2000) “The aftermath: women in post-war reconstruction”, *Agenda: Empowering women for gender equity*, <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10130950.2000.9675805#.UpxUQcRDvyg> [23 de Outubro de 2013].

Ministry of Foreign Affairs Kosovo (s.d.) “Countries that have recognized the Republic of Kosova” <http://www.mfa-ks.net/?page=2,33> [15.10.2014].

Mishra, Raj Kumar (2012) Review “Postcolonial feminism: Looking into within-beyond-to difference” *International Journal of English and Literature*. Volume 4, 129-134. http://www.academicjournals.org/article/article1379605585_Mishra.pdf [10 de Outubro de 2014].

Mohanty et al. (1991) “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses” in Mohanty et al. *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington: Indiana University Press, 51-80.

Moncada, Hugo Solano Cabral (2001) *Algumas considerações sobre o conflito do Kosovo no quadro da desintegração da Jugoslávia*. Coimbra: Almedina.

Montanaro, Lucia (2009) “The Kosovo statebuilding Conundrum: Addressing Fragility in a Contested State”, *FRIDE- Working Paper* 91 http://www.initiativeforpeacebuilding.eu/resources/WP91_Kosovo_Statebuilding_Conundrum.pdf [1 de Junho de 2015].

Morton, Stephen (2004) *Gayatri Chakravorty Spivak Routledge Critical Thinkers essential guides for literary studies*. Londres: Routledge.

Narten, Jens (2008) “Post-Conflict Peacebuilding and Local Ownership: Dynamics of External–Local Interaction in Kosovo under United Nations Administration” *Journal of Intervention and Statebuilding*. Volume : 1 Número: 3 <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17502970802436361> [8 de Maio de 2015].

Neethling, Theo (2010) “The peace process in Kosovo: Structures, processes and thoughts on peacekeeping in Africa” Centre for Military Studies (Gauteng), University of Stellenbosch, <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/10246029.2000.9628034> [05 de Março de 2015];

Newman, Edward ; Paris, Roland e Richmond, Oliver P. (2009) “Introduction” in Newman, Edward ; Paris, Roland e Richmond (eds.) *New Perspectives on Liberal Peacebuilding*. Nova Iorque: United Nations University Press, 3-25.

Nilsson, Anders (2005) “Reintegrating Ex-Combatants in Post-Conflict Societies”, http://www.pcr.uu.se/digitalAssets/67/67211_1sida4715en_ex_combatants.pdf [31 de Março de 2015];

Nogueira, João Pontes e Messari, Nizar (2005) *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda.

Nouwen, Sarah M.H. (2011) ‘Hybrid courts’ The hybrid category of a new type of international crimes courts <http://www.uniceub.br/media/181726/Texto3.pdf> [10 de Junho de 2015];

O’Reilly, Maria (2012) “Muscular Interventionism: Gender, Power and Liberal Peacebuilding in Post-Conflict Bosnia-Herzegovina” *International Feminist Journal of Politics*. 529-548 <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14616742.2012.726096> [16 de Dezembro de 2014].

O’Neill, William G. (2002) *Kosovo: an unfinished peace*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

OCDE (s.d.) “Annex 5: THE POLITICAL AND ECONOMIC SITUATION IN KOSOVO IN BRIEF” Political developments 1999–2008. <http://www.oecd.org/derec/finland/43968479.pdf> [9 de Junho de 2015].

Ohiorhenuan, John e Chetan Kumar (2005) “Sustaining Post-Conflict Economic Recovery: Lessons and Challenges” UNDP, Bureau for Crisis Prevention and Recovery, http://scholar.google.pt/scholar?q=Sustaining+PostConflict+Economic+Recovery:+Lessons+and+Challenges&hl=ptPT&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart&sa=X&ei=s8c3VbeJOI7U7AbYh4DQCQ&ved=0CBwQgQMwAA [22 de Março de 2015].

Oliver P. Richmond (2012) “Beyond Local Ownership in the Architecture of International Peacebuilding” *Ethnopolitics: Formerly Global Review of Ethnopolitics*. Volume 11 e Número 4. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17449057.2012.697650> [30 de Junho de 2015]

Onyido, Onyinyechukwu (2013) “Reconceptualizing Women’s Role in Peacebuilding” *Africa Peace and Conflict Journal: Women, Peace, and Security*. Volume 6/ número 1.

OSCE Mission in Kosovo (2002) *Supporting Democracy in Kosovo* <http://www.osce.org/kosovo/37661?download=true> [1 de Junho de 2015]

OSMANI, Shaip (2014) “KFOR MISSION IN KOSOVO AND ITS FUTURE” *Mediterranean Journal of Social Sciences*, Volume: 5, número 19, 350-354.

OTAN (1999) *Undertaking of Demilitarisation and Transformation by the UCK* http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/990620_Undertaking%20of%20Demilitarization%20and%20Transformation%20by%20the%20UCK.pdf [14 de Maio de 2015].

OTAN (s.d.) *Kosovo Force: Mission* <http://www.aco.nato.int/kfor/about-us/mission.aspx> [29 de Janeiro de 2015]

OTAN: NATO's role in relation to the conflict in Kosovo: Historical Overview <http://www.nato.int/kosovo/history.htm> [15 de Outubro de 2014].

Ottaway, Marina (2002) “Rebuilding State Institutions in Collapsed States” *Institute of Social Studies*, <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-7660.t01-1-00258/abstract> [26 de Março de 2015].

Parent, Geneviève (2010) “Reconciliation and Justice after Genocide: A Theoretical Exploration” *Genocide Studies and Prevention: An International Journal*. Número 3, artigo 5. 276-292, <http://scholarcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1094&context=gsp> [24 de Abril de 2015].

Paris, Roland (2004) *At War's End: Building Peace After Civil Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.

Paris, Roland (2010) “Saving Liberal Peacebuilding” in *Review of International Studies* 337-365, http://aix1.uottawa.ca/~rparis/Saving_Liberal_Peacebuilding_FINAL.pdf [29 de Setembro de 2014].

Pavlović, Momčilo (2005) “Kosovo Under Autonomy, 1974-1990” in Ingraio, Charles e Emmert, Thomas A. (eds.) *Confronting the Yugoslav Controversies: A Scholars' Initiative (Second Edition)*. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press http://docs.lib.purdue.edu/purduepress_ebooks/28/.

Peacebuildinginitiative (s.d.) “Economic Recovery” <http://www.peacebuildinginitiative.org/index7604.html?pageId=1769> [21 de Março de 2015].

Perriello, Tom e Wierda, Marieke (2006) “The Deployment of International Judges and Prosecutors in Kosovo” International Center for Transitional Justice https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-FormerYugoslavia-Courts-Study-2006-English_0.pdf [10 de Junho de 2015].

Pettifer, James (2004) “Kosovo March 2004 - The Endgame Begins” file:///C:/Users/Cyntia/Downloads/2004_Apr_2.pdf [14 de Julho de 2015].

Porter, Elisabeth (2007) *Peacebuilding: Women in international perspective*. New York: Routledge.

Pugh, Michael (1998) “Post-conflict Rehabilitation: social and civil dimensions” <https://sites.tufts.edu/jha/archives/136> [21 de Março de 2015].

Pugh, Michael (2014) “Rubbing Salt into War Wounds: Shadow Economies and Peacebuilding in Bosnia and Kosovo” *Problems of Post-Communism*. Volume 25 Número 3. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10758216.2004.11052171> [8 de Junho de 2015].

Pureza, José Manuel e **Cravo**, Teresa (2005) “Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 71, 4-19.

Quijano, Aníbal (2002) “Colonialidade, poder, globalização e democracia” *Novos Rumos*. Número: 37. 4-28. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF [18 de Junho de 2015].

- Ramsbotham**, Oliver (2000) “Reflections on UN post-settlement peacebuilding” *International Peacekeeping*. Volume: 7, número: 1, 169-189. http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13533310008413824?journalCode=finp20#.VRkQh_nF-N0 [16 de Março de 2015].
- Ramsbotham**, Oliver et al. (2011) *Contemporary Conflict Resolution*. Cambridge: Polity Press.
- Randazzo**, Elisa; Bargués, Pol (2012) “Peace-Building and the Loop of Liberal Multiculturalism: The Case of Kosovo” *THE WESTERN BALKANS POLICY REVIEW*, Volume 2, Issue 2, <http://www.kppcenter.org/WBPRReview2012-2-2-Randazzo-Bargues.pdf> [1 de Novembro de 2014].
- Refworld** (1992) Immigration and Refugee Board of Canada: *Chronology of Events: September 1991 - July 1992*. <http://www.refworld.org/docid/3ae6a81114.html> [16 de Março de 2015].
- Reka**, Blerim (2004) “UNMIK as an international governance within post-conflict society” Center for Peace and Democracy, <http://www.newbalkanpolitics.org.mk/item/UNMIK-as-an-International-Governance-within-Post-Conflict-Society> [22 de Fevereiro de 2015].
- Republic** of Kosovo (2008) “News: Kosovo Declaration of Independence” <http://www.assembly-kosova.org/?cid=2,128,1635> [27 de Maio de 2015].
- Republic of Kosovo**, Ministry of Foreign Affairs “Countries that have recognized the Republic of Kosova” <http://www.mfa-ks.net/?page=2,33> [7 de Junho de 2015];
- Richmond**, Oliver e Franks, Jason (2009) *Liberal Peace transitions: between statebuilding and peacebuilding*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Richmond**, Oliver P. (2004) “UN peace operations and the dilemmas of the peacebuilding consensus” *International Peacekeeping*. Volume 11, Número 1;
- Richmond**, Oliver P. (2009) “Beyond liberal peace? Responses to “backsliding”” in Newman, Edward et al. (eds) *New Perspectives on Liberal Peacebuilding*. Tokyo: United Nations University Press, 54-77;
- Roberts**, David (2012) “Saving Liberal Peacebuilding From Itself” *Peace Review: A Journal of Social Justice*.

<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/10402659.2012.704328> [30 de Junho de 2015];

Roukanas, Pantelis Skilas Spyros (2007) “Development in post-conflict Kosovo” *South-Eastern Europe Journal of Economics*. Número: 2
<http://www.asecu.gr/Seeje/issue09/sklias.pdf> [3 de Junho de 2015];

Rummel, R.J., *ALibertarianism and International Violence*@ The Journal of Conflict Resolution, Vol. 27, No. 1 (Mar., 1983).

Rufer, Reto (2005) “Disarmament, Demobilisation and Reintegration (DDR): Conceptual approaches, specific settings, practical experiences” GENEVA CENTRE FOR THE DEMOCRATIC CONTROL OF ARMED FORCES (DCAF),
http://www.dcaf.ch/content/download/35355/525927/file/RUFER_final.pdf [28 de Maio de 2015].

Samuels, Kirsti (2006) “Post-Conflict Peace-Building and Constitution-Making”
<http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/events-documents/1216.pdf> [09 de Abril de 2015]

Schenker, Harald (2004) “Violence in Kosovo and the Way Ahead” ECMI Brief # 10.
http://www.ecmi.de/uploads/tx_lfpubdb/brief_10.pdf [14 de Julho de 2015].

Schnabel, Albrecht e Ehrhart, Hans-Georg (2006) “Post-conflict societies and the military: Challenges and problems of security sector reform” in Schnabel, Albrecht e Ehrhart, Hans-Georg (eds.) *Security sector reform and post-conflict peacebuilding*. United Nations University Press, 1-16.

Shital V., Gunjate (2012) “Postcolonial Feminist Theory: An Overview”, Shivaji Mahavidyalaya, Udgir. *Proceedings of National Seminar on Postmodern Literary Theory and Literature*.

Sjoberg, Laura (2010) *Gender and International Security Feminist perspectives*. Nova Iorque: Routledge (1-6).

Spivak, Gayatri Chakravorty (1986) “Imperialism and Sexual Difference” *OLR*. Volume: 8, Número: 1, 225-244.

Spivak, Gayatry Chakravorty (1988) “Can the subaltern Speak?” http://www.mcgill.ca/files/crclaw-discourse/Can_the_subaltern_speak.pdf [3 de Dezembro de 2014].

Sriram, Chandra Lekha (2009) “Transitional justice and the liberal peace” in Newman, Edward ; Paris, Roland e Richmond, Oliver P. (eds.) *New Perspectives on Liberal Peacebuilding*. Tokio: United Nations University Press, 112-130.

SRSG (2001) “Constitutional Framework for Provisional Self-Government in Kosovo” http://www.assemblykosova.org/common/docs/FrameworkPocket_ENG_Dec2002.pdf [4 de Junho de 2015].

State Portal of the Republic of Kosovo [SPRK] (s.d.) “Fillimi: Citizens: Culture and Free Time: Religion” <https://www.rks-gov.net/en-US/Qytetaret/KulturaDheKohaLire/Pages/Religjioni.aspx> [11 de Março de 2015].

Staub, Ervin (2006) “Reconciliation after Genocide, Mass Killing, or Intractable Conflict: Understanding the Roots of Violence, Psychological Recovery, and Steps toward a General Theory” *Political Psychology*. Volume : 27, Número:6, 867-894, <http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic920402.files/staub%202006.pdf> [28 de Abril de 2015].

Stedman, Stephen John (2001) “Implementing Peace Agreements in Civil Wars: Lessons and Recommendations for Policymakers” IPA Policy Paper Series on Peace Implementation, http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/ImplementingPeaceAgreementsinCivilWars_IPI2001.pdf [01 de Abril de 2015].

Strasheim, Julia e Fjelde, Hanne (2012) “Pre-designing democracy: institutional design of interim governments and democratization in 15 postconflict societies” *Democratization*. Volume: 21, Número: 2, 335–358. [PROCURAR LINK] [25 de Março].

Sverrisson, Hjortur Bragi (2006) “Truth and Reconciliation Commission in Kosovo: A Window of Opportunity?” *Peace Conflict & Development*, Número 8 <http://www.bradford.ac.uk/ssis/peace-conflict-and-development/issue-8/TRC-Kosovo.pdf> [10 de Junho de 2015].

Tanner, Fred (1996) “Consensual Versus Coercive Disarmament” in United Nations Institute for Disarmament Research Geneva [UNIDIR] *Disarmament and Conflict*

Resolution Project Managing Arms in Peace Processes: The Issues. Geneva, 169-204.
<http://undir.org/files/publications/pdfs/disarmament-and-conflict-resolution-project-managing-arms-in-peace-processes-the-issues-129.pdf> [15 de Março de 2015];

Tickner, J. Ann (2006) “Feminist responses to international security studies” *Peace Review: A Journal of Social Justice*. 16:1, 43-48.
<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1040265042000210148#.UzmHUPldVZ4>
(23 de Setembro de 2014).

TRIAL (s.d.) “The UNMIK programme” <http://www.trial-ch.org/en/resources/tribunals/hybrid-tribunals/programme-of-international-judges-in-kosovo/the-unmik-programme.html> [16 de Junho de 2015];

Tziarras, Zenonas (2012) “Liberal Peace and Peace-Building: Another Critique” The GW Post Research Paper, <http://thegwpost.com/2012/06/02/liberal-peace-and-peace-building-another-critique/> [24 de Setembro de 2014].

U.S. Department of State (2013) Office of the Historian: “MILESTONES: 1989–1992 The Breakup of Yugoslavia, 1990–1992” <https://history.state.gov/milestones/1989-1992/breakup-yugoslavia> [14 de Janeiro de 2015].

United Nation Security Council [UNSC] (1999) “Rambouillet Accords: Interim Agreement for Peace and Self-Government in Kosovo” http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/990123_RambouilletAccord.pdf [28 de Janeiro de 2015].

United Nations (2000) “Le Conseil de Sécurité estime que les femmes doivent être représentées a tous les niveaux de la prise de décision concernant les efforts de paix”, <http://www.un.org/press/en/2000/20000308.sc6816.doc.html> [25 de Novembro de 2014].

United Nations Department of Peacekeeping Operations Office of Rule of Law and Security Institutions [DPKO] (2010) “DDR in peace operations a retrospective” http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/DDR_retrospective.pdf [31-03-2015].

United Nations Development Programme [UNDP] “Crisis Prevention and Recovery Report 2008: Post-Conflict Economic Recovery: Enabling Local Ingenuity”,

http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/A73161A001F3AB6CC12574EA004625C6-undp_oct2008.pdf [21 de Março de 2015].

United Nations Disarmament Demobilization and Reintegration [UNDDR] (2006) “Post-conflict Stabilization, Peacebuilding and Recovery Frameworks”
<http://www.unddr.org/uploads/documents/IDDRS%202.20%20Postconflict%20Stabilization%20and%20Peace-building.pdf>.

United Nations General Assembly [UNGA] (1995) “The Situation in Bosnia And Herzegovina”
http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/BA_951121_DaytonAgreement.pdf [17 de Fevereiro de 2015].

United Nations Interim Administration Mission in Kosovo [UNMIK] (s.d.) “UNMIK Background” <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmik/background.shtml> [29 de Janeiro de 2015].

United Nations Interim Administration Mission in Kosovo [UNMIK] (2001) “A Constitutional Framework for Provisional Self-Government in Kosovo Regulation” No. 2001/9
http://www.minoritycentre.org/sites/default/files/constitutional_framework_kosovo.pdf [9 de Março de 2015].

United Nations Interim Administration Mission in Kosovo [UNMIK]: UNMIK Background”
<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmik/background.shtml> [14 de Outubro de 2013].

United Nations Security Council [UNSC] (1998) “RESOLUTION 1199”
[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1199\(1998\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1199(1998)) [28 de Janeiro de 2015].

United Nations Security Council [UNSC] (1999) “Resolution 1244”
<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/kos%20SRES%201244.pdf> [29 de Janeiro de 2015].

United Nations: United Nations Transition Assistance Group [UNTAG] “Namibia UNTAB: Background” <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/untagFT.htm> [26 de Novembro de 2014].

Väyrynen, Tarja (2004) “Gender and UN Peace Operations: The Confines of Modernity” *International Peacekeeping*. Volume 11, Número 1, 125-142 <http://en.iwpeace.com/sites/en.iwpeace.com/files/field/files/pdf-1443.pdf> [20 de Junho de 2015].

Vickers, Miranda (2000) “Kosovo, the Illusive State” in Buckley, Willian Joseph (eds.) *Kosovo: Contending Voices on Balkan Interventions*. Cambridge: Eerdmans Publishing, 97-100.

Wachtel, Andrew e Bennett, Cristopher (2012) “The Dissolution of Yugoslavia” in Ingrao, Charles e Emmert, Thomas A. (eds.) *Confronting the Yugoslav Controversies: A Scholars' Initiative (Second Edition)*. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press http://docs.lib.purdue.edu/purduepress_ebooks/28/.

Weber, Annette (2006) “Feminist Peace and Conflict Theory” Routledge Encyclopedia on Peace and Conflict Theory.

Weedon, Chris (2000) “Key Issues in Postcolonial Feminism: A Western Perspective” **Cardiff University**. <http://www.genderforum.org/issues/genderealisations/key-issues-in-postcolonial-feminism-a-western-perspective/> [19 de Junho de 2015].

Weller, Marc (1992) “The International Response to the dissolution of the Socialist Federal Republic of Yugoslavia” *The American Journal of International Law*. Volume 89/número 3, 569-609 <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2203972?uid=2484557207&uid=2134&uid=3738880&uid=2484557217&uid=2&uid=2484557207&uid=70&uid=3&uid=60&sid=21104822561357> [14 de Outubro de 2014].

United Nations: Peacebuilding Support Office [PBSO] (2010) UN Peacebuilding: an Orientation. http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pdf/peacebuilding_orientation.pdf;

Wiechers, Marinus (2010) “Namibia's Long Walk to Freedom: the Role of Constitution Making in the Creation of an Independent Namibia” in Miller, Laurel E. (ed.) *Framing the*

State in Times of Transition: Case Studies in Constitution. Washington, DC: United States Institute of Peace Press, 81-110.

Word Bank (1999) “KOSOVO: BUILDING PEACE THROUGH SUSTAINED GROWTH The Economic and Social Policy Agenda” http://ec.europa.eu/enlargement/archives/seerecon/kosovo/documents/kosovo_building_peace_1999.pdf [25 de Maio de 2015].

Wulf, Herbert (2004) “Security Sector Reform in Developing and Transitional Countries” <http://www.wulf-herbert.de/Berghofdialogue2.pdf> [24 de Março de 2015].

Yannis, Alexandros (2001) “Kosovo under international administration” *Survival: Global Politics and Strategy*. Volume 43, número 2. <http://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/713660347#.VO3qIvmsWN0> [19 de Fevereiro de 2015].

Yannis, Alexandros (2002) “State Collapse and its Implications for Peace-Building and Reconstruction” *Development and Change*. Volume: 33 Número: 5, 817–835.

Zawels, Estanislao Angel (1996) “Specificity in Peacekeeping Operation Mandates: The Evolution of Security Council Methods of Work” in United Nations Institute for Disarmament Research Geneva [UNIDIR] *Disarmament and Conflict Resolution Project Managing Arms in Peace Processes: The Issues*. Geneva, 1-35. <http://unidir.org/files/publications/pdfs/disarmament-and-conflict-resolution-project-managing-arms-in-peace-processes-the-issues-129.pdf> [15 de Março de 2015].

Zeeuw, Jeroen De (2001) “Building Peace in War Torn Societies: From Concept to Strategy” Netherlands Institute of International Relations, Conflict Research Unit. http://www.clingendael.org/publications/2001/20010800_cru_paper_dezeeuw.pdf [23 de Março de 2015].

